Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Ciências Sociais

Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte

Nas margens da Cidade Olímpica: etnografia visual da luta por moradia da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Porto Maravilha

Rio de Janeiro
2017

Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte

Nas margens da Cidade Olímpica: etnografia visual da luta por moradia da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Porto Maravilha

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof. Dra. Clarice Ehlers Peixoto

Rio de Janeiro

2017

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

D812 Duarte, Ana Clara Chequetti da Rocha.
Nas margens da Cidade Olímpica: etnografia visual da luta por moradia da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Porto Maravilha / Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte. – 2017.
111 f.

Orientadora: Clarice Ehlers Peixoto.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Institu to de Ciências Sociais.

1. Urbanização - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 2. Habitação - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 3. Direito à moradia - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. 4. Antropologia - Rio de Janeiro (RJ) - Teses. I. Peixoto, Clarice Ehlers. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

CDU 364.122.5(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Ana Clara Chequetti da Rocha Duarte

Nas margens da Cidade Olímpica: etnografia visual da luta por moradia da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Porto Maravilha

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 21 de novembro de 2017.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dra. Clarice Ehlers Peixoto (Orientadora)

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

_____

Prof. Dra. Paula Lacerda

Instituto de Ciências Sociais – UERJ

_____

Prof. Dra. Ana Paula Alves Ribeiro

Faculdade de Educação – UERJ

_____

Prof. Dra. Mariana Leal

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2017

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras e ao movimento de ocupações urbanas.

In Memorium

Elaine Oliveira
Dona Miriam
Ivan Vasconcelos

AGRADECIMENTOS

Esse pequeno trecho talvez seja a parte mais importante de todo texto, pois é aqui que revelamos as suas "condições de possibilidade" – agradecemos àqueles sem os quais o trabalho seria impossível.

Primeiramente, gostaria de agradecer às guerreiras e guerreiros da Ocupação Quilombo das Guerreiras e ao pessoal do projeto Quilombo da Gamboa, por terem me acolhido e me proporcionado a chance de realizar esta pesquisa. Muitos foram os momentos em que me emocionei escrevendo essas páginas, realizando o vídeo e revendo os relatos. A Quilombo deixou grandes saudades e um vazio em nossos corações que espero que há de ser ocupado com muita luta e novas esperanças e projetos.

Agradeço em especial à Anginha, Roberto e Nilde, não apenas pelo apoio e pela participação no vídeo, mas pelas verdadeiras aulas que vocês já me deram com a luta de vocês, mesmo sem saber. Nesse sentido, queria agradecer também ao mestre João Barbosa, por proporcionar infinitas lições de luta o tempo todo. Para mim, os mestres aqui são vocês.

Também agradeço a todos os pesquisadores-militantes que trilharam esse caminho antes de mim e que me ajudaram muito com suas pesquisas, em especial ao Mateus Grandi.

À minha orientadora Clarice Peixoto pelo apoio durante todos estes anos de UERJ.

Ao pessoal do INARRA, pelas experiências e trocas que marcaram de forma decisiva minha formação e trajetória na vida, em especial ao Marcos pela compreensão e apoio sempre.

À Mariana Leal, por participar da minha banca e por sempre me dar força.

Agradeço imensamente às professoras Adriana Vianna e Roberta Guimarães pela participação em minha banca de qualificação, suas contribuições foram essenciais para este trabalho.

Às professoras Paula Lacerda e Ana Paula Alves Ribeiro por comporem minha banca examinadora de defesa. Me sinto lisonjeada de poder contar com o parecer de tantas pesquisadoras maravilhosas em minha trajetória no mestrado.

Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) por ter financiado esta pesquisa, sem o que nada seria possível. Em tempos de crise, é um privilégio contar com o fomento deste órgão que continua possibilitando a educação pública de qualidade.

Por fim, agradeço a tudo e a todos que me ajudaram a manter minha saúde mental e emocional e aguentar firme nesses anos difíceis. Às poucas amigas que não saíram do meu lado.

À minha avó, por sempre ter me acolhido e me ajudado.

OCUPAÇÃO
(...)
Ela traz os meninos pelas mãos,
Como motivo de sua luta.
Ele, de peito exposto
com blusa que já perdera o botão,
afirma o quanto a causa é justa.
Todos sentem medo.
Mas estão dispostos a vencê-lo.
(Mais fácil quando a gente se junta).

Desse jeito atrapalhado,
nasceu a paixão

pela transformação.

Uns, de fome embriagados;
outros, suados do dia de trabalho;
cada qual colocando ao lado seu fardo,
se enchia de energia para a reunião.

Reunir pra quê?
Pra fazer Ocupação.

Aos poucos
perdemos este entre-olhar ressabiado
e ganhamos centenas de irmãos.
Dores irmanadas na necessidade.
Confiança irmanada na lealdade.
Convicção irmanada na justiça.
Alegria irmanada na conquista.

Assim, parimos o amor.
Amor igual.
Amor geral,
puxador de samba
nas nossas cabanas
em um eterno carnaval.

É negra a liberdade construída

e de todas as cores
as bandeiras estendidas

nesta renovada vida,
filha
da jornada
coletiva.

Elaine Oliveira

RESUMO

CHEQUETTI, Ana Clara. **Nas margens da Cidade Olímpica:** etnografia visual da luta por moradia da Ocupação Quilombo das Guerreiras no Porto Maravilha. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Trabalhando com um coletivo de ocupantes sem-teto em sua luta por moradia na zona portuária da cidade do Rio de Janeiro, esta dissertação, realizada no âmbito da antropologia visual, adota como metodologia a análise da construção de uma narrativa visual deste grupo sobre sua trajetória em meio ao processo de revitalização da área. Ao mesmo tempo em que se embasa em uma antropologia das margens, busca indagar as condições de possibilidade dessa imagem, deslocando a problemática das representações para a questão das malhas de relações de poder que as sustentam. Representadas pelos agentes promotores da reforma como espaços subdesenvolvidos e precários, como se apenas sobrevivessem, no limite da vida e da natureza, as ocupações urbanas se tornam alvo sistemático de remoção com o projeto de intervenção urbanística "Porto Maravilha". Justificando-se através da narrativa do Porto como um "vazio a ser preenchido", propõe então o "re-vitalizar". Neste emaranhado de categorizações, entre legal/ilegal, invasão/habitação social, vítimas/bandidos, os membros das ocupações estão enredados nestes jogos de poder em que tem que negociar e contornar seus efeitos nocivos numa luta que é, assim, pessoal e política. Constroem, através da organização coletiva e da autogestão, estratégias que recriam singularmente formas de habitar a cidade. Assim, a ocupação urbana, como esse espaço "marginal" da cidade Olímpica, é um espaço privilegiado para análise das políticas do fazer cidade.

Palavras-chave: ocupações urbanas; renovações urbanas; Porto Maravilha; antropologia visual.

ABSTRACT

CHEQUETTI, Ana Clara. **In the margins of the Olympic City***:* visual ethnography of the struggle for housing of the Quilombo das Guerreiras squat*.* 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

Working with a collective of homeless squatters in their struggle for housing in the port zone of Rio de Janeiro city, this dissertation, carried out within the scope of visual anthropology, adopts as methodology the analysis of the construction of a visual narrative of this group about its trajectory in the middle of the process of revitalization of the area. At the same time as it is based on an anthropology of the margins, seeks to inquire the conditions of possibility of these images, shifting the problematic of the representations to the question of the meshes of relations of power that sustain them. Represented by the promoters of the reform as underdeveloped and precarious spaces, as if they only survived, at the limit of life and nature, urban squats became a systematic target of eviction with the project of urban intervention "Porto Maravilha". It is justified from the perspective of the harbor as an "empty to be filled", proposing then to "re-vitalize". In this medley of categorizations, between legal / illegal, invasion / social housing, victims / thugs, members of the squats are entangled in these power games in which they have to negotiate and circumvent their harmful effects in a struggle that is thus personal and political. They construct, through collective organization and self-management, strategies that singularly recreate ways of inhabiting the city. Thus, urban squats, as this "marginal" space at the Olympic city, is a privileged space for the analysis of the politics of city-making.

Keywords: urban squats; biopolitics; Porto Maravilha; visual anthropology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Gamboa 2015..... 12

Figura 2 - Porta do Quilombo da Gamboa..... 12

Figura 3 - Fotograma do vídeo institucional 39

Figura 4 - Mapa novos limites CEPACS..... 44

Figura 5 - Mapa Ocupações e Remoções no Porto..... 46

Figura 6 - Praça Mauá revitalizada 50

Figura 7 - Obras do VLT na Mauá 2015..... 50

Figura 8 - Rua da Gamboa 2015..... 50

Figura 9 - Mauá x Gamboa..... 52

Figura 10 - Mapa subdivisões do Porto Maravilha..... 54

Figura 11 - Projeção Trump Towers na Francisco Bicalho..... 55

Figura 12 - Grafite na OQG..... 61

Figura 13 - Modelo Habitação de Interesse Social..... 69

Figura 14 - “Minha Casa Minha Briga” stencil na OQG. Acervo apoiadores..... 71

Figura 15 - Morro da Gamboa refletido nos espelhos de um prédio novo..... 72

Figura 16 - Mapa Remoções / Núcleo (2015) 73

Figura 17 - Ato na CDURP..... 77

Figura 18 - Porta do Quilombo da Gamboa..... 85

Figura 19 - Entre-conversas no mutirão (2015) 86

Figura 20 - Mutirão de limpeza..... 87

Figura 21 - Tirando o lodo..... 88

Figura 22 - Galpão Quilombo da Gamboa..... 89

Figura 23 - Mulheres do projeto no mutirão..... 90

Figura 24 - Mutirão no galpão Quilombo da Gamboa..... 91

Figura 25 - O "amanhã" fora do Museu - crianças removidas da OQG..... 100

Figura 26 - O Vazio - Av. Rodrigues Alves (2015) 101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Remoções de ocupações/ano..... 48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEIS	Área de Especial Interesse Social
AEIU	Área de Especial Interesse Urbanístico
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPAC	Certificado Especial de Potencial Adicional de Construção
CMP	Central de Movimentos Populares
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIIPM	Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ITERJ	Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro
MAR	Museu de Arte do Rio
MCMV	Minha Casa Minha Vida
OQG	Ocupação Quilombo das Guerreiras
PHIS	Plano de Habitação de Interesse Social
PPP	Parceria Público-Privada
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
UNMP	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	**CAMPO E CONTRACAMPO**	18
1.1	**"Um despejo outra ocupação": redes, fluxos e percursos do movimento de ocupações urbanas**	18
1.2	**Antropologia e imagem: visibilidades e contracampo**	27
2	**NAS MARGENS DA CIDADE OLÍMPICA**	38
2.1	**O Porto como vazio**	38
2.2	**Um Quilombo no Porto Olímpico**	54
3	**A LUTA POR MORADIA NAS MARGENS ENTRE LEGAL E ILEGAL**	69
3.1	**Ocupações, invasões e habitações sociais**	69
3.2	**Quilombo da Gamboa**	84
	CONCLUSÃO: Ruína da política ou política da ruína?	97
	REFERÊNCIAS	108

INTRODUÇÃO

Figura 1: Gamboa, 2015.

Coloquei minha câmera em algum lugar entre o que era a antiga Av. Rodrigues Alves e o que viria a ser a nova Av. Binária do Porto (Gamboa, Zona Portuária do Rio de Janeiro) em meados de 2015. O cenário devastado, em ruínas, se deve às obras do Porto Maravilha que escavavam buracos, abriam e fechavam ruas e passavam cabos por toda parte. Na esquina da Rua da Gamboa, alguns terrenos e galpões desativados sediam o projeto de moradia Quilombo da Gamboa, e também abrigam a escola de samba da Providência "Vizinha Faladeira".

Figura 2: Porta do Quilombo da Gamboa, 2015

Do outro lado podia ver os esqueletos dos prédios em construção, e dentre eles um me chamou a atenção: sobre aquele terreno existia a ocupação Flor do Asfalto, despejada em 2011. Como ela, muitas ocupações de moradia no Porto foram desalojadas desde o início do projeto

de revitalização. Para qualquer um que acompanhou estas ocupações, caminhar hoje pela zona portuária é uma mistura de memórias angustiantes e nostálgicas. Para cada prédio selado com concreto, terreno descampado ou arranha-céu em construção, correspondem muitas histórias e lembranças das pessoas que habitavam ali dando vida aos bairros.

Me envolvi com este movimento de ocupações urbanas do centro da cidade do Rio em 2008, frequentando atividades nas ocupações Machado de Assis e Flor do Asfalto, as quais conheci através de amigos militantes e apoiadores. Nos anos que sucederam estreitei minha relação com o movimento como apoiadora e em 2012 me envolvi como *apoio* na Ocupação Quilombo das Guerreiras, organizando em especial aulas de alfabetização para adultos.

As ocupações dessa rede constituem uma parcela bastante específica do movimento sem-teto da cidade do Rio de Janeiro formada a partir da Frente de Luta Popular em 2004, e estão ligadas não apenas pela sua localização no centro, mas distinguidas pela sua forma de organização política interna (OLIVEIRA, 2009; GRANDI, 2010). Apesar da diversidade interna de seus coletivos, as ocupações desta rede diferem dos grupos que se organizam por coordenações, majoritariamente ligados a partidos políticos institucionais, pois têm em comum a característica de se organizarem por autogestão, isto é, a assembleia de moradores é a instância máxima de decisão e ingerência sobre a ocupação[1].

Esta dissertação, desenvolvida no âmbito da antropologia visual, é fruto de uma parceria com alguns membros do coletivo Quilombo das Guerreiras para produzir um filme sobre sua trajetória em meio às reformas urbanas de revitalização do Porto do Rio de Janeiro, e que levaram ao seu despejo após oito anos de ocupação. A partir da experiência da produção dessas imagens, analiso os processos múltiplos e constantes de fabricação de fronteiras que inscrevem e reinscrevem os participantes em diversas ordens, onde a construção de representações de si e do grupo são perpassadas por relações de fabricação de fronteiras e narrativas da própria cidade.

Mantendo relações com diversos movimentos sociais e ocupações sem-teto da cidade, a história da Quilombo das Guerreiras se mistura e transborda por outros coletivos, outros locais e momentos, não podendo ser desatrelada da rede de militância que reivindica moradia popular no centro da cidade desde o fim dos anos 1990. Desse modo, inicio o primeiro capítulo realizando uma imersão no contexto dessas ocupações sem-teto abordando brevemente suas histórias e trajetórias, dentro das minhas limitações como apoiadora externa ao grupo. Busquei

1 Como descrito por Grandi (2010), mesmo com a participação de movimentos ligados à partidos, nenhum grupo político coordena as ocupações pois todos estão submetidos a este princípio base.

entender como essas manifestações sociais estão atreladas a um sentimento de pertencimento ligado às ocupações e, assim, perpassam a construção identitária de seus envolvidos.

É importante ressaltar que não tenho a pretensão de abarcar a totalidade de suas histórias, muito menos definir o movimento. Levando em conta a multiplicidade de seus participantes, cada um recontaria sua história de forma diferente, cada narrativa conteria suas próprias ênfases e lacunas, como é próprio do ato de representar. Nesse sentido, este trabalho é entendido como fruto de uma narrativa partilhada, permeada de seleções. Diante da impossibilidade de imparcialidade ou de reprodução "autêntica" das perspectivas de todos os participantes é essencial evidenciar esse movimento de construção de representações, e situá-lo no interior das condições de pesquisa (CLIFFORD, 1998; PEIXOTO, 1998).

Embora busque acessar o ponto de vista dos ocupantes, levando a sério suas perspectivas enquanto sujeitos importantes no "fazer-cidade" (AGIER, 2015), esse exercício tem como limite a própria *relação* na qual se desenvolve. A percepção dos sentidos atribuídos pelos participantes do movimento é mediada pela própria relação estabelecida entre mim, como apoiadora e pesquisadora, e meus interlocutores, indivíduos com suas próprias opiniões e que ocupam posições específicas dentro do coletivo. Como aponta James Clifford (1998, p.43), a etnografia deve ser vista como uma "negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos conscientes e politicamente significativos". Assim, durante todo o trabalho busquei ter em mente o risco constante que corremos como pesquisadores de generalizar e de tomar determinados discursos e atitudes individuais como representativos da coletividade.

A própria vivência nas ocupações está permeada por um trabalho cotidiano de "costurar" um sentido coletivo, de negociação constante de acordos e conflitos que faz funcionar, em meio a pluralidade de seus membros, um poder de organização coletiva que dá forma a esse sentido. Essa questão largamente antropológica é abordada na sequência, abrindo um debate sobre as múltiplas e heterogêneas perspectivas por trás da categoria coletiva "sem-teto". Assim, seguindo a perspectiva de uma antropologia das margens e das fronteiras (DAS E POOLE, 2010), mais do que enfocar no sentido coletivo, ou em identidades acabadas e definidas, a análise busca se deslocar justamente para este trabalho permanente de negociação e confecção dessas fronteiras e categorias.

Nesse sentido, o primeiro capítulo se dedica a abordar os caminhos iniciais que tracei para realizar essa pesquisa e uma aproximação inicial com esse "campo" e seus atores. Utilizando a antropologia visual como método, debruço-me, por fim, sobre a problemática da produção de imagens e representações acerca do grupo. Nesse tópico explicito a abordagem

com que se pensa e utiliza a imagem neste trabalho a partir do debate contemporâneo sobre o caráter representacional tanto da imagem quanto da etnografia antropológica e dos intercâmbios possíveis entre ambos.

Em 2015, quando me reaproximei do coletivo da antiga Quilombo das Guerreiras, apresentei a ideia de realizar um filme ligado também à minha dissertação de mestrado. Dentro da proposta da antropologia compartilhada, a ideia foi estabelecer uma parceria em que não houvesse uma apropriação unilateral, situação infelizmente corriqueira para esses grupos que passam a ver com desconfiança a aproximação de pesquisadores. Apesar de estarem cientes da minha condição de pesquisadora, e nesse sentido permitindo minha *observação participante* em reuniões e atividades, quase sempre produzindo imagens, foi minha ligação prévia enquanto apoiadora que fez com que o grupo me permitisse realizar o filme.

O segundo capítulo introduz o projeto Porto Maravilha e o impacto que a construção discursiva do *Porto como vazio a ser preenchido* teve para os seus antigos moradores, reorganizando os fluxos de circulação no Porto. Analisando distintas imagens, enunciados e narrativas sobre o Porto, busco evidenciar os dispositivos nos quais se legitimam e que fazem funcionar esses discursos.

Na esteira das empreitadas que urgem pela requalificação e ordenamento do centro, o governo municipal alega que a região portuária, local onde residiam a maioria das ocupações, sofreria com um "vazio habitacional" causado por décadas de abandono, o que teria resultado em esvaziamento e degradação. Assim, com o discurso de *urbanizar* e *revitalizar* o Porto, a administração governamental em conjunto com a iniciativa privada executou diversas obras de *requalificação* da infraestrutura urbana e através de dispositivos administrativos, jurídicos e fiscais, revalorizou a área buscando atrair novos atores, negócios e atividades para preencher esse suposto vazio.

Como parte dessa empreitada de ordenamento, diversas habitações consideradas irregulares foram removidas, atingindo fortemente as ocupações urbanas, e seus imóveis foram esvaziados a princípio para dar lugar aos novos empreendimentos de revitalização. Taxadas de ilegais, irregulares, precárias e permeadas do que de modo geral se propagou como "degradação" e "marginalidade", uma onda de remoções provocou o deslocamento de milhares de famílias dessas ocupações e outras moradias populares do centro da cidade desde o início do projeto Porto Maravilha.

Vistas como *de fora* – do legal, do urbano, do adequado, ou até mesmo do que se considera vida – proponho pensar as ocupações urbanas, representadas no projeto de revitalização como locais não integrados, subdesenvolvidos, e no limite, vazios e sem vida,

como situações de negociação dessas *margens* entre legal/ilegal, ordem/desordem, "vida"/vazio, no sentido proposto por Das (2004), em *The Signature of The State.* A autora afirma que estes *espaços onde se negociam as fronteiras* são locais privilegiados de análise para compreender a relação entre leis, corpos e disciplina. Pretendo, assim, abordar o processo de reordenamento do espaço urbano, em que se reformulam as fronteiras sociais e políticas da cidade, erguendo-se sobre os escombros e ruínas de uns, a narrativa de uma "Cidade Olímpica".

Localizada na região da Av. Francisco Bicalho, redesignada no do projeto como *Porto Olímpico* e destinada à construção de arranha-céus de alto investimento, a Quilombo das Guerreiras foi totalmente despejada em 2014. Dito isso, o segundo ponto deste capítulo visa destacar a conjunção de fatores que levaram ao despejo da Ocupação Quilombo das Guerreiras após quase oito anos de moradia popular, mesmo esta tendo o aval para permanecer no imóvel até que se providenciasse uma alternativa de reassentamento.

O objetivo é abordar o complexo jogo de poder que envolveu a Prefeitura, a CDURP, agentes do capital internacional na figura de Donald Trump, e um outro grupo sem-teto em um processo de desestabilização e precarização que culminou na remoção completa da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 2014. A aparente contradição desses efeitos de Estado, agindo em conluio com interesses do mercado imobiliário, é compreendida do ponto de vista da governamentalidade (FOUCAULT, 2008), considerando a noção de *governo* por um viés mais amplo, ou seja, da perspectiva que percebe a administração pública como um agente dentre muitos no governo populacional.

Desde 2009 o coletivo já participava da construção do Projeto Quilombo da Gamboa, uma iniciativa MCMV-Entidades, acordada entre grandes movimentos sociais[2] e a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto), que pretende construir um prédio de *habitação social* para grupos removidos com renda familiar de 0-3 salários-mínimos na Rua da Gamboa, tendo sido inserido no Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha (PHIS-Porto). Dessa maneira, desde seu despejo o grupo luta para a concretização da iniciativa.

O terceiro capítulo aborda a noção de *habitação social* e a relação estabelecida pelos membros participantes do projeto Quilombo da Gamboa em meio à sua transitividade entre legal e ilegal (TELLES, 2010). Formado por grupos removidos de ocupações urbanas e favelas, a trajetória de seus participantes é marcada por diversas classificações de ilegalidade e irregularidade. Em sua busca por legitimação através da política de habitação social, contudo,

2 CMP (Central de Movimentos Populares) e UNMP (União Nacional por Moradia Popular).

necessitam negociar com diversos agentes e forças de ordenamento do espaço urbano por reconhecimento.

Evidentemente que existe o interesse da Prefeitura em expor o projeto Quilombo da Gamboa como símbolo da habitação social no Porto renovado. Situados entre essas disputas por sentidos e objetivos, os participantes do projeto enfrentam a luta cotidiana por moradia e cunham seu próprio sentido no dia-a-dia, construindo a iniciativa praticamente sozinhos e contra todos os entraves burocráticos, políticos e sociais. Assim, a disputa de narrativas nesse contexto é mote deste capítulo.

Optei por ter como recorte a trajetória e perspectiva do coletivo da Ocupação Quilombo das Guerreiras, mesmo que no contexto atual se encontrem militando com pessoas provenientes de diversas partes da cidade no projeto de reassentamento. Como projeto MCMV, determinadas particularidades e desafios específicos são colocados que diferem da experiência de ocupação.

O primeiro motivo deste enfoque é que o coletivo Quilombo das Guerreiras mantém uma forte identidade coletiva devido à sua trajetória e se organiza ainda hoje cotidianamente através do projeto Quilombo da Gamboa, diferente da maior parte das ocupações removidas nas quais seus moradores se dispersaram para buscar moradia de outras formas pela cidade. Um outro motivo é pragmático e se refere à proximidade política e afetiva com alguns membros do coletivo, criada durante o tempo em que militei com eles. Isto facilitou meu contato e permitiu maior abertura para propor a realização do filme e do trabalho.

Por fim, a trajetória do coletivo da Quilombo das Guerreiras suscita diversas questões fundamentais acerca do processo de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro. Enquanto podemos ter uma visão mais ampla do impacto que as reformas tiveram para as ocupações através da rede na qual está inserida, sua história é emblemática para compreender as tecnologias de gestão populacional postas em prática na remoção de moradias populares do centro, processo que Gutierres (2016) chamou de *desabitação*, e assim dos dispositivos de ordenamento sócio-espaciais que produzem a cidade (e suas fronteiras).

De forma conclusiva, debato as perspectivas de sucesso e fracasso da política urbana a partir do pensamento de Ferguson (2006), buscando entender as implicações desta para o ordenamento e regulação populacional. Dentro desta perspectiva, delineio algumas análises acerca de como a luta das ocupações do centro participam do *fazer-cidade* (ROY E ONG, 2011; AGIER, 2015;).

1 CAMPO E CONTRACAMPO

1.1 “Um despejo outra ocupação”: redes, fluxos e percursos do movimento de ocupações urbanas

Me refiro como *rede* a este grupo de ocupações que, embora autônomas e não conformando estruturalmente um movimento único, compartilham de uma história comum e de um mesmo princípio organizativo pautado na autogestão. Elas formam uma "rede de apoio mútuo e solidariedade", como coloca Grandi (2010). São elas: Ocupação Chiquinha Gonzaga (2004), Ocupação Zumbi dos Palmares (2005), Ocupação Quilombo das Guerreiras (2006), Guerreiros Urbanos (3 tentativas entre 2009 e 2011), Machado de Assis (2008) e Flor do Asfalto (2006).

Nomear por si só já é um ato de fabricar fronteiras, delimitando quem fica dentro do recorte e quem está fora. Essa relação de poder que é classificar pode trazer consigo o peso da dissimetria dos lugares de fala, reencenando velhos papéis em que o pesquisador, munido de sua autoridade conferida pela academia e frequentemente pela classe, institui a violência de definir grupos que lhe são alheios. Assim, com a afirmação que estas ocupações constituem uma rede não pretendo dar uma definição rígida e fechada para o movimento, pois como veremos adiante, esse é um ponto polêmico entre os participantes que possuem múltiplas concepções acerca do movimento de ocupações.

Para compreender os fluxos[3] e trajetórias dessa rede de ocupações recorro não apenas à própria observação participante e às entrevistas formais e informais realizadas com membros do Quilombo das Guerreiras, como me apoio no levantamento bibliográfico de pesquisas realizadas sobre esse grupo de ocupações. Algumas dessas vivências são abordadas nos trabalhos de Elaine Oliveira (2009), Mateus Grandi (2010; 2012; 2015), Pedro Freire (2011), Teixeira (2009) dentre outros[4].

Elaine Oliveira (2009) reconta o contexto de formação da Frente de Luta Popular (FLP) que em 2004 reuniu militantes sem-teto organizados, incluindo individualidades e grupos, como

3 Hannerz (1997) sugere que a noção de fluxo na antropologia não deve ser interpretada "como uma questão de simples transposição, simples transmissão de formas tangíveis carregadas de significados intrínsecos. Ela deve ser vista como originando uma série infinita de deslocamentos no tempo, às vezes alterando também o espaço, entre formas externas acessíveis aos sentidos, interpretações e, então, formas externas novamente;" (15).

4 Para mais trabalhos sobre essa rede de ocupações em específico ver: Mamari (2008); Moreira, Grandi e Almeida (2009); Ramos (2012); Almeida (2009, 2011), Lima (2010), Moreira (2011).

a Frente Internacionalista dos Sem-Teto (FIST), dentre outros, que se aliaram à Central de Movimentos Populares (CMP) para ocupar o que viria a ser a "ocupação-mãe", a Ocupação Chiquinha Gonzaga. No prédio situado na rua Barão de São Félix 110 entraram cerca de oitenta famílias, e a ocupação deu uma nova vida a este enorme prédio de treze andares de propriedade do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), abandonado há mais de vinte anos no sopé do Morro da Providência.

Motivados pela realidade da falta de moradia e atentos às dezenas de famílias que solicitaram abrigo na ocupação, eles organizaram uma segunda ocupação. Após mais de seis meses de organização, mais de 100 famílias organizadas em coletivo ocuparam um imóvel do INSS abandonado na Av. Venezuela 53, em abril de 2005, fundando a Ocupação Zumbi dos Palmares, que viria a ser uma das mais populosas ocupações do centro da cidade.

Posteriormente, uma parcela dos grupos e militantes da FLP organizou a terceira ocupação dessa rede, fruto de um planejamento prolongado. A primeira tentativa, ao ocupar o prédio na Alcindo Guanabara 20[5] sofreu uma violenta repressão, e em seguida o grupo voltou a se reunir e a debater a estratégia. Outra tentativa frustrada aconteceu quando essa parcela do movimento ocupou um prédio na Rua Estrela, no Rio Comprido.

A ocupação é bem-sucedida apenas na terceira tentativa, contando com o apoio de moradores da Chiquinha e da Zumbi. No dia 8 de outubro de 2006, 70 famílias ocuparam o prédio abandonado da Companhia Docas na Av. Francisco Bicalho 49, fundando lá a Ocupação Quilombo das Guerreiras. A história dessa ocupação só pode ser recontada através dessas outras histórias, momentos e lugares não apenas pela solidariedade real entre as ocupações, mas pela trajetória mesma de seus participantes na luta por moradia na cidade.

As demais ocupações, embora podendo não estar diretamente ligadas à FLP (extinta em 2008), de alguma forma se desdobram a partir dessa coligação de movimentos, grupos e individualidades, sendo realizadas por parcelas dela ou por grupos indiretamente ligados à ela, mesmo que estes não respondam pela FLP como um todo, como é o caso da Flor do Asfalto e da Machado de Assis, por exemplo. Em 2008, moradores da Chiquinha Gonzaga e da Zumbi organizaram a ocupação Machado de Assis na Rua da Gamboa 111, onde havia uma fábrica abandonada, demarcada pela Prefeitura para habitação de interesse social.

5 Imóvel que hoje abriga a Ocupação Manoel Congo, do MNLM, e que ganhou o direito à reforma para habitação. Esse processo foi analisado por Henrique Fornazin em sua dissertação de mestrado "Luta pela moradia na Ocupação Manuel Congo: Imagens e implicações subjetivas", PPCIS-UERJ, 2014.

Todas essas ocupações tiveram em comum uma trajetória ligada à FLP, que buscou construir coletivos autônomos baseados em princípios de autogestão, isto é, adotando uma forma de organização na qual a assembleia de ocupantes é a instância máxima de decisão. Se afastando da ideia de coordenação política, que poderia configurar uma certa divisão entre trabalho intelectual e braçal, nestas ocupações todas as deliberações e demandas são tomadas pela assembleia exclusiva de moradores.

Nesse sentido, a função do *apoio,* normalmente composto por ativistas e militantes de grupos políticos, fica restrita a auxiliar a ocupação em demandas solicitadas pela assembleia de moradores, sem poder de voto e decisão, embora em alguns casos seja permitida a participação para informes, sugestões e propostas. Também ajuda na organização de atividades políticas e pedagógicas da ocupação.

Da mesma forma, a escolha por promover ocupações no centro fez parte de uma estratégia de luta da FLP, diferindo de outros coletivos sem-teto atuantes na cidade que existiam na época. Dentro da ideia de uma reapropriação da cidade pelo trabalhador, excluído de seus bens e circulações, o grupo buscou levantar a pauta reivindicativa do centro como um direito desse trabalhador que é relegado aos subúrbios.

Muitas pessoas do grupo trabalham como vendedores ambulantes ou pedreiros, dependendo de oportunidades que o centro da cidade oferece. Assim, além da perspectiva de permanecer próximo ao emprego e ter maior acesso às oportunidades de trabalho, a escolha desse local para fomentar ocupações têm um sentido politicamente direcionado. Existe a visão de que são efetivamente esses grupos sociais que constroem, literalmente "com as próprias mãos", o centro da cidade, e, portanto, lhes estaria sendo negado algo que é "de direito".

É importante ressaltar, no entanto, que embora grande parte dos participantes do movimento sem-teto integre parcelas do que se entende como trabalho precarizado e/ou informal, não se pode definir nem a condição de sem-teto, nem o movimento sem-teto, por fatores exclusivamente econômicos, discussão que discorro adiante. Da mesma forma, apesar das semelhanças e características comuns, cada ocupação possui um coletivo próprio e elas não constituem entre si um movimento unificado, não cabendo fazer generalizações sobre elas.

Como já apontado, tendo em mente o problema da autoridade etnográfica e da participação dos antropólogos na "invenção" de culturas como homogêneas e estáveis (CLIFFORD, 1998), não pretendo definir o movimento de ocupações sem-teto. Nesse sentido, este trabalho não tem a intenção de afirmar quem são “os sem-teto”, enquanto entidade coletiva, ou mesmo definir quem são e como funcionam estas ocupações em questão. A categoria "sem-teto" evoca comumente diversas interpretações, podendo se referir a pessoas em situação de

vulnerabilidade habitacional, compondo as taxas oficiais de déficit habitacional[6], como pode se referir ao movimento social sem-teto, por exemplo.

O movimento sem-teto de ocupações urbanas não possui um sentido único, sendo vivenciado e percebido de múltiplas formas por seus participantes e, portanto, sendo alvo constante de debates, conflitos e disputas. Nem no interior de um mesmo coletivo há consenso, muito menos no movimento em termos mais amplos. Cabe, portanto, expor essa multiplicidade de visões e o delicado e intrincado processo no qual elas são negociadas cotidianamente no interior desses coletivos.

Se nessas ocupações auto-gestionadas, o "Coletivo", como é chamado o coletivo de moradores enquanto instância deliberativa, decide sobre a organização da vida comunitária dentro da ocupação, delimitando princípios comuns através de extensas discussões, isso não significa que ele forme uma entidade coesa e monolítica. Muito pelo contrário, a heterogeneidade dos moradores (em termos de gênero, cor, local de origem, profissão, trajetórias, etc.) faz com que se tenha uma multiplicidade de perspectivas políticas, cuidadosamente negociadas nas reuniões e nas relações cotidianas.

Essa heterogeneidade é expressa por Oliveira (2009) quando relata a formação da Ocupação Chiquinha Gonzaga, que de certa forma originou as demais, mostrando a gama de pessoas que a categoria "vulnerabilidade habitacional" pode abarcar:

> (...) sujeitos em situação de vulnerabilidade habitacional, basicamente por serem familiares de pessoas vítimas da violência policial ou moradores de favelas cuja prole sofria aliciamento ostensivo do tráfico; ou por serem egressos de ocupações despejadas em meados da década de 1990 e que, no período da eleição de Lula, estavam residindo em local precário, não raro com alto risco de vida; ou por serem parte de uma juventude em contexto socioeconômico de recrudescimento da informalização e precarização do trabalho, em um estágio da vida no qual a independência com relação ao núcleo familiar é uma necessidade, mas sem receber remuneração suficiente para arcar com os custos de aluguel; ou moradores de rua contatados principalmente por ex-moradores de ocupações despejadas. Todos estes sujeitos reunidos deram origem à Ocupação Chiquinha Gonzaga, em 23 de julho de 2004 (OLIVEIRA, 2009, p. 81)

Tal como apontado por Teixeira (2009) e Grandi (2010), a condição de sem-teto não pode ser reduzida ao âmbito econômico, embora grande parte dos sujeitos componha, em termos de condições de trabalho, uma parcela precarizada da população: vendedores ambulantes, pedreiros, diaristas, cozinheiras, e outras profissões marcadas pela informalidade.

---

6 A Fundação João Pinheiro, responsável pelo cálculo do déficit habitacional, define a categoria a partir de quatro componentes: domicílios precários (dividido em domicílios rústicos e improvisados); coabitação familiar; ônus excessivo com aluguel urbano; e adensamento excessivo de domicílios alugados.

A categoria “sem-teto” é percebida por aqueles que compõem a ocupação de formas muito diversas, englobando desde sentidos bastante abrangentes como condições precárias de moradia, ou ausência de “moradia digna”, até sentidos mais restritos como a participação no movimento social organizado.

> (…) os sem-teto seriam todos aqueles cuja despesa com a moradia torna impraticável a habitação em absoluto ou, ainda, torna bastante precária a moradia que se consegue. Esta definição abarcaria, portanto, os moradores de rua, mas também aqueles que 'moram de favor', que habitam em cortiços ou alugam quartos, além de todos aqueles que 'vivem do aluguel', significando essa despesa a privação de uma 'estrutura melhor de vida (TEIXEIRA, 2009, p.149).

Nesse sentido, o termo “sem-teto” poderia se referir à múltiplas situações de “moradia precária”, não havendo consenso sobre quem é considerado parte do movimento sem-teto. Exemplo dessa discussão é a diferenciação entre “invasão” e “ocupação”. Algumas pessoas poderiam considerar que as “invasões”, no sentido de moradias tomadas espontaneamente sem uma organização coletiva não estariam, portanto, inseridas no movimento sem-teto. Outras pensam o contrário: toda família que vive precariamente ou que enfrenta muitas dificuldades financeiras para arcar com o custo da moradia comporia o grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional.

Os coletivos do movimento em questão se apresentam como ocupações e não invasões. Porém, não se trata de se diferenciar em relação a grupos desorganizados, legitimando a si ao passo que se deslegitima outros grupos sem-teto. Na verdade, quem opera essa diferenciação muitas vezes é a mídia e determinadas figuras da administração pública, que buscam desqualificar as ocupações esvaziando seu caráter reivindicativo e as criminalizando através da classificação como “invasões” “desorganizadas”. Em geral o termo “invasão” é visto como uma categoria estigmatizante utilizado em discursos que visam criminalizar a tomada de imóveis vazios, associando a prática diretamente à ilegalidade. Devido aos estigmas e preconceitos que os sem-teto sofrem, é importante para o movimento descriminalizar a prática, legitimando-a através de uma série de recursos e estratégias que envolvem as categorias e denominações que acionam.

Diferindo das “invasões”, as ocupações são fruto de um planejamento e organização prolongados, em que há uma forte preocupação com seu caráter político. Porém, como apontado por Grandi (2010), embora todos concordem com os *objetivos* da ocupação, a obtenção de moradia a curto/médio prazo, mesmo essa reivindicação adquire significados diversos para os moradores. O sentido da ocupação está constantemente sendo debatido entre os ocupantes, sendo alvo de disputas, conflitos, mas também acordos, sendo assim construído coletivamente.

As formas pelas quais esse sentido coletivo é negociado e como a imagem do grupo é construída é um ponto crucial de análise para compreender as fronteiras sociais que o circunscrevem. A todo tempo diversas questões de fundo estão postas, moldando as condições do seu discurso e influindo sobre as decisões, sobre a forma como se colocam, categorias que acionam, permeando as escolhas do que mostrar e dizer, e sobretudo o que não mostrar ou dizer.

Apesar das famílias sem-teto configurarem o grupo alvo de diversas políticas públicas para as chamadas famílias “hiposuficientes” ou “vulneráveis”, a ação direta de tomada de imóveis ociosos é largamente criminalizada e condenada moralmente. Dessa forma, descriminalizar o movimento e seus envolvidos, conferindo um caráter ético e político à prática é uma preocupação constante. Isso se dá não apenas no trato com agentes representativos das instâncias do Estado e com sua burocracia, mas também com os próprios grupos com necessidade de moradia com quem pretendem dialogar.

Como grupo militante, buscam envolver na causa famílias com dificuldades de habitação, moradores de rua, famílias habitando precariamente, vendedores ambulantes, grupos pobres em geral que dependem da área central da cidade para se sustentar, ou até mesmo “invasões” sem-teto desorganizadas. No entanto, um primeiro obstáculo nesse diálogo é a ideia de propriedade privada fortemente arraigada até mesmo para esses grupos, condenando moralmente a tomada de imóveis. Apesar de cada grupo e tendência política enxergar o movimento e seus objetivos de maneiras diferentes, através do contato com o movimento social os moradores passam a articular o discurso dos direitos sociais como o direito à moradia e à função social da propriedade, previstos na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Cidade (2001), que são frequentemente acionados como dispositivos de legitimação da reapropriação dos imóveis abandonados.

Assim, há um trabalho de ressignificação do que é invadir, em que a prática deixa de ser vista como um crime em que se está tomando posse de algo que “não lhe pertence”, para ser encarada como uma reivindicação justa que garante a moradia como algo que é "de direito”. Esse trabalho de ressignificação é um processo constante, que vai desde as primeiras reuniões de preparação e organização da ocupação e perdura por todo o tempo de moradia e participação no coletivo.

Roberto dos Santos, ex-morador da Quilombo e hoje coordenador do projeto Quilombo da Gamboa, relata que se integrou ao movimento de ocupações por habitar em uma comunidade dominada pelo tráfico, porém que até ter contato com a militância e participar das reuniões ele não se percebia como uma pessoa com necessidade de moradia, e que inclusive repudiava moralmente o que conhecia como “invasões”.

> Minha inserção no movimento sem-teto, mais especificamente na OQG foi através de uma pessoa que sentou do meu lado e começou a falar com relação ao déficit habitacional que existia na cidade do Rio de Janeiro e a nível de Brasil todo e começou a falar de ocupação, que eu entendia como uma invasão. Aquilo (…) num primeiro momento me deixou bastante estressado. […] Eu achava uma coisa completamente surreal invadir as coisas que não me pertenciam, coisas de outras pessoas, e eu achava isso completamente errado… e aceitei o convite dessa pessoa, isso numa conversa informal dentro do ônibus, aceitei o diálogo que ele estava fazendo comigo e a partir disso comecei a frequentar algumas reuniões para entender um pouco da questão de ocupação dos prédios públicos e privados que estariam abandonados no Rio de Janeiro sem cumprir qualquer tipo de função social. E comecei a me afeiçoar pela história do movimento sem-teto e de certa forma eu comecei a entender que eu também estava precisando porque embora eu tinha a casa dos meus pais, (...), eu vivia numa área completamente de risco, dominada pelo tráfico e aquilo causava um certo estresse cotidiano em função da submissão de todas as pessoas que ali moravam dentro da perspectiva da questão do tráfico na região, que já era um fator que já levava a mergulhar de cabeça nesse propósito de movimento sem-teto (SANTOS, R. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015).

Não cabe, portanto, definir a condição de sem-teto através de uma categoria objetiva, ou através de uma concepção econômica, pois ela se apresenta muito mais como uma categoria subjetiva em que as pessoas tomam consciência dessa condição, *percebendo*-se sem-teto através de um processo de transformação.

Roberto diz que é visto como uma certa liderança política pelo seu comprometimento com as tarefas coletivas e sua fala incorpora diversos termos do linguajar dos movimentos sociais. Ele faz menção ao déficit habitacional e situa a luta da ocupação dentro das categorias "direito à moradia" e "direito à cidade". No entanto, ele conta como sua trajetória passa de uma pessoa leiga que repudiava às ocupações para, através do envolvimento no movimento de ocupações urbanas e do contato com militantes, passar a ser uma pessoa fortemente engajada. Essa experiência teve um impacto transformador em sua vida pessoal e na forma como a enxerga, passando a dedicá-la à "causa".

> E a princípio eu entrei, fiquei ainda um pouco assustado com toda aquela movimentação, fiquei alguns dias do lado de fora pensando se eu iria ou não entrar nesse prédio, aquilo ainda me causava bastante temor. Né… polícia, guarda municipal, polícia federal, aquela coisa toda me deixava muito tenso, nunca tinha vivenciado aquilo, então fiquei muito tenso naqueles primeiros momentos. Mas depois de 1 mês e pouco depois, indo e vindo, ia pra casa, passava um tempo na porta do prédio, ia, vinha, mas nunca tinha entrado. Mas depois tomei coragem e falei assim: é isso que eu quero e é isso que eu quero pro resto da minha vida, militar nessas questões do direito à moradia, e de certa forma do direito à cidade também. Eu passei a fazer parte do coletivo da OQG, que foi um momento de temor, mesmo eu já estando dentro do prédio com pessoas que de certa forma eu já conhecia, outras não (...). Era tudo muito novo, um prédio completamente abandonado, (...) era tudo muito sujo, lixo, dormindo com pessoas estranhas, (...) aquilo me causava bastante temor. Em alguns momentos pensei até em desistir, mas com a ajuda de outras pessoas que estavam lá nos ajudando, que a gente chamava apoio, conversando com a gente, dando uma palavra de ânimo, de encorajamento, eu, como falei anterior, mergulhei de cabeça e dei continuidade a minha história no prédio, me sentia depois de algum tempo parte daquele acontecimento e daquela forma de tá enxergando uma sociedade mais justa e igualitária. Lá na OQG, a partir novembro/dezembro de 2006, foi a data especificamente que eu me considerava fazendo parte daquele coletivo, foi ali que de

> certa forma minha vida se transformou, que eu passei a entender qual era o propósito final da questão do direito à moradia e direito à cidade, e interagir com outras pessoas também que já trabalhavam com essas questões [...] (idem).

Como mostra em seu relato, se hoje Roberto é um militante politicamente engajado, ele foi aos poucos participando de reuniões e modificando não apenas sua forma de ver o movimento, mas a si mesmo. Militar pela "questão da moradia" passa a constituir uma parte de sua identidade e transformou diversos âmbitos de sua vida. Conta como foi o envolvimento na Quilombo das Guerreiras que possibilitou que ele e mais duas companheiras realizassem o sonho de entrar na universidade e concluir o ensino superior. Através da ocupação ele pôde entrar no curso da UFRRJ voltado para membros de movimentos sociais, o que diz ter transformado profundamente sua vida e consolidado sua "consciência" e a se entender enquanto militante "por uma sociedade mais igualitária".

> Ali fiquei durante esses sete anos aproximadamente, muitas coisas boas aconteceram e muitas coisas ruins também. Jamais eu poderia pensar depois de ter feito meu ensino médio com 20 poucos anos, em 2010 porque estava ali fazendo parte da Quilombo das Guerreiras consegui ingressar na universidade que era um sonho que eu tinha, mas bem distante, não achava que eu ia conseguir, mas em 2010 através de alguns amigos que nos indicaram o curso de licenciatura em Educação do Campo da UFRRJ, eu e mais duas outras companheiras também da Quilombo, Anginha e Maria Aparecida. Como falei anteriormente, mergulhei de cabeça nessa proposta de querer saber um pouco mais dos meus direitos, da sociedade, promover essa questão de uma sociedade mais justa e mais igualitária… e consegui entrar na universidade que foi algo surpreendente até pelo curso que era, voltado para os movimentos sociais, com uma infinita perspectiva de sabedoria das pessoas que estavam inseridas nesse curso, que eram quilombolas, caiçaras, movimento sem-terra, indígenas, e em contrapartida ali estávamos nós três (...) que éramos do movimento sem-teto (Idem).

O engajamento no movimento social abre novas possibilidades de perspectiva, pelos debates, reuniões e contatos com outros militantes, mas também possibilita outros caminhos e oportunidades. No entanto, essa experiência é vivenciada de forma diferenciada por cada participante. Como apontado por Roberto, diversos desafios se colocam logo de início: lidar com a repressão, tornar um prédio abandonado em condições de habitação, e conviver em coletivo, forma de habitar cotidianamente inteiramente nova para uma sociedade pautada no isolamento em núcleos familiares.

Embora a organização por assembleia vise uma maior horizontalidade, estimulando a participação de todos, existem muitos nuances dentro do grupo. Algumas pessoas estão mais ou menos à vontade em tomar iniciativa nas atividades coletivas da ocupação, ou em frequentar as assembleias. Embora a participação com uma certa frequência nas reuniões seja uma regra da ocupação, mesmo nelas há os que se colocam mais e os que quase nunca pedem a fala ou fazem intervenções nos debates.

É normal ouvir reclamações sobre atitudes que "enfraquecem o coletivo", que desmobilizam ou atrapalham o bom funcionamento da vida coletiva, como não compartilhar de despesas, não participar do revezamento de tarefas como portaria e limpeza, etc. Nesse sentido, a moradia na ocupação é marcada pela construção de uma certa ética coletiva, em que o próprio grupo cobra determinadas posturas e estabelece regras internas, fator que pode ser visto com certa resistência inicial por participantes que se integram ao movimento visando apenas habitação.

Com isso não se pretende insinuar que existam pessoas mais ou menos "politicamente conscientes", a experiência de participação na ocupação se mostra um processo contínuo de aprendizado e transformação de si e das condições de vida. As dimensões da "luta" não são visíveis apenas em manifestações e discursos de denúncia, mas no próprio ato de tomar um espaço que é negado e ressignificá-lo cotidianamente através das relações que vão se constituindo no seu interior.

Para os ocupantes ligados a grupos políticos principalmente, a luta por moradia vem atrelada ao direito à cidade, e, em outra instância, a *qual* cidade se deseja ter acesso, englobando assim categorias como participação política, trabalho, transporte, educação, saúde e lazer. A autogestão como proposta aparece, portanto, não apenas como um método ou estratégia de organização, mas se refere também à gestão coletiva da moradia e dos problemas comuns de forma direta e autônoma. Isso vai desde o próprio problema da falta de moradia, motivo em torno do qual o grupo se reúne e se mobiliza através da ocupação, e a partir disso também busca resolver diretamente outras questões mais práticas, como a organização autônoma para prover necessidades básicas como limpeza e estrutura do prédio, fornecimento de água e luz, etc. Mas também significa a organização coletiva frente à questões sociais mais amplas, como a falta de trabalho, educação de qualidade, atividades culturais, etc.

Dessa forma, o caráter político da ocupação é expresso por diversas ações organizadas também para além da moradia. Nas ocupações dessa rede, e não raro em outros grupos militantes, organizam-se atividades de geração alternativa de renda, como cooperativas, mutirões de limpeza e reparos, projetos político-pedagógicos, como reforço escolar, creche e alfabetização para jovens e adultos. Busca-se que através de sua própria organização cotidiana se possa transformar diversos âmbitos da vida, que se não fosse a participação no movimento social dificilmente se teria acesso. Assim, a ocupação extrapola a mera moradia e se apresenta como uma outra forma de habitar a cidade, e em certo sentido, propõe também uma outra cidade, ou ao menos outras formas de a construir.

As ocupações desta rede se apresentam em um duplo movimento, transbordando as fronteiras entre exterior e interior, pessoal e político. Nelas, mais do que nunca, a divisão entre casa e rua não faz sentido, pois para quem fazia da rua sua casa e conquista a casa na luta, o simples habitar, em geral entendido como algo do âmbito pessoal e íntimo, se torna uma luta política cotidiana. Ao mesmo tempo que é uma experiência coletiva, e em que o fortalecimento de um sentido comum se torna algo central, a ocupação é vivenciada e marca a vida pessoal de cada participante de forma singular, adquirindo múltiplos significados, que vão da necessidade básica de moradia até uma transformação da própria vida em vários sentidos.

Enquanto as sólidas paredes dos prédios vazios e fechados marcam uma fronteira (física, social e política) que é atravessada no ato de ocupação, esta não se restringe ao prédio tomado. Ela se espalha por diversas outras ocupações, grupos, movimentos, pessoas, lugares, atividades, momentos, memórias e afetividades. Seus moradores vêm de outras ocupações, favelas, comunidades pobres ou migram de outros Estados, marcando uma verdadeira teia de fluxos e trajetórias urbanas diversas que se encontram, ainda que temporariamente, nesses espaços. Cada membro desses coletivos sofreu várias remoções, seja em favelas ou em outras ocupações e sempre que ocorre um despejo os manifestantes entoam: "Um despejo, outra ocupação".

Para cada despejo, há a luta permanente de continuar ocupando até conseguir se estabelecer. No entanto, se a dinâmica de constante remoções marca a vida da população pobre, cada ocupação é acompanhada de um sentimento muito intenso de esperança por parte dos moradores, onde há um minucioso trabalho cotidiano de transformar um prédio abandonado, muitas vezes taxado de “inabitável”, em um *lar*.

1.2 Antropologia e imagem: visibilidades e contracampo

Apesar de sua grande atividade política, fomentando mais de dez ocupações no centro do Rio, a partir de 2009 essa rede sofreu uma grande incidência de despejos, concomitante com a redefinição socioespacial da cidade através de projetos de desenvolvimento, urbanização e revitalização. Assim, em 2015 quando entrei em contato com alguns amigos do coletivo da Quilombo das Guerreiras (já despejada) para realização do filme, a proposta foi que pudessem dar a sua visão acerca da revitalização do Porto Maravilha através da narração de sua própria história e trajetória enquanto coletivo. Nesse sentido, a intenção é que o filme seja *para* o coletivo, em que ofereço minhas habilidades como apoiadora e cinegrafista para produzir um

material que lhes seja útil, e não propriamente um "filme etnográfico", no sentido de que não tem como foco os objetivos da pesquisa ou a abordagem de conceitos antropológicos.

Dito isso, o filme realizado nas condições deste trabalho também não tem como função ser apenas uma “moeda de troca”, como forma de inserção do pesquisador no grupo, pois como já exposto foi minha condição prévia como apoiadora que possibilitou essa parceria para realização do filme. O trabalho realizado nesta dissertação é embasado no processo de realização do filme, tomando-o como centro da análise. Nesse sentido, não é apenas possibilitado por ele, mas também desdobrado a partir dele, possuindo algumas especificidades que são mote deste item. Discorro a seguir, portanto, sobre algumas perspectivas do uso de imagens neste tipo de trabalho e implicações que a antropologia visual pode trazer para o "campo" antropológico.

Como exposto por diversos autores (CLIFFORD, 1998; PINNEY, 1995; GUPTA E FERGUSON, 1997), o trabalho de campo legitimou a antropologia como disciplina de conhecimento, auferindo autenticidade e status profissional ao se diferenciar de outras abordagens desqualificadas como cientificamente válidas. Nesse processo de legitimação da autoridade etnográfica, o uso de recursos visuais variados (fotografias, filmes, desenhos, etc) serviu desde o princípio para inventariar, juntamente com os itens culturais materiais coletados, práticas culturais e fabricar visibilidades acerca dos povos estudados.

Pierre Jordan (1995), Clarice Peixoto (1999) e Marc Piault (1995) abordam os caminhos cruzados do surgimento da antropologia e dos recursos visuais. Desde as primeiras experimentações que levaram à fotografia e a captação de imagens em movimento, já se utilizou a imagem para retratar o exótico. Esse tipo de uso da imagem está ligado à uma ciência colonial que tem como objetivo “colecionar a vida de todos os povos”, para usar a expressão de Regnault[7] (apud PEIXOTO, 1999, p.92). A imagem nesse contexto é vista como reprodução da realidade, sendo usada como instrumento de objetividade nas pesquisas científicas e tem como função a documentação. Essa exposição do exótico, uma *tomada* do “outro”, *da a ver* (produz evidências) os povos não-ocidentais sob o olhar viciado dos europeus urbanos.

Piault (1995) afirma não termos nos livramos totalmente das bases do pensamento positivista que embasou as ciências e técnicas de mensuração e objetividade na época, que continuou sendo reatualizada na expansão dos modos políticos e econômicos de viver do

7 Médico, membro da *Société d`Anthropologie* de Paris, e que produziu as primeiras imagens etnográficas de uma mulher Ouolof fabricando um pote de cerâmica na exposição universal de Paris. Regnault usou o cronofotógrafo de Etienne-Jules Marey para registrar cenas de três etnias africanas – Ouolof, Fulani e Diola – expostas no pavilhão da África Ocidental (PEIXOTO, 1999).

Ocidente sobre toda superfície do globo, reforçada pela lógica que enquadra povos e culturas dentro dos Estados-nação.

Recursos visuais e etnográficos serviram à pretensão cientificista de *elucidar* o outro através de métodos e instrumentos de objetividade afim de extrair evidências e dados que funcionam como índices de verdade sobre essas culturas. "O uso de uma observação dinâmica e totalizante, a passagem 'pelo campo' e assim, a experimentação, faziam do cinema e da etnografia os filhos gêmeos de um empreendimento comum de descoberta, de identificação, de apropriação e, talvez, de uma verdadeira devoração do mundo e de sua história" (PIAULT, 1995, p. 27).

O uso extensivo de recursos imagéticos (fotografias, filmes e outros aportes) por diversos antropólogos ao longo do tempo contrasta com a definição incerta da antropologia visual que oscila, nas diferentes produções, entre uma técnica de pesquisa, um campo de estudo, um instrumento pedagógico ou de divulgação dos conhecimentos antropológicos (MACDOUGALL, 1998; RUBY, 2005). Como apontam Jordan (1995) e Peixoto (1998), muitos ilustravam suas pesquisas com imagens, mas poucos se lançaram a criar sentidos antropológicos a partir da própria montagem narrativa com imagens.

Pinney (1996) sugere que a relativa desimportância da fotografia nos trabalhos acadêmicos se deve a assimilação da função fotográfica pelo próprio antropólogo no modelo vitorioso de campo *malinoswkiano*. Bastaria o antropólogo academicamente treinado ser "exposto" ao trabalho de campo por longa duração (PINNEY, 1996, p.38), que ele captaria a verdade sobre aquele povo, conhecimento que seria apenas transposto em forma de registro e testemunho para a etnografia escrita.

Assim, a resistência à antropologia visual e ao uso de imagens na pesquisa ainda hoje parece ter suas raízes na supremacia do texto escrito nas ciências sociais e na crença em sua objetividade imparcial. MacDougall (1998) afirma que uma das grandes resistências ao visual se dá pelos "perigos da imagem", cujo sentido polissêmico nunca pode ser totalmente controlado, pois gera uma nova realidade fílmica, distinta de todas as outras (MACDOUGALL, 1998, p. 70-71).

Como aponta Etienne Samain, tal objetividade é tanto "ameaçada pelo 'visor' da câmera do que pelo 'caderno de campo' do antropólogo" (SAMAIN, 1995, p. 25). Como vem afirmando Samain (1995) e Peixoto (1998), escrita textual e visual não são dois modos de falar sobre a mesma coisa, possuindo, cada um, potencialidades próprias, são complementares e não excludentes.

A imagem usada como registro ótico do visível em campo funciona como transparência da mesma forma que o texto etnográfico, confundindo assim o "campo" de pesquisa com o "campo da imagem", evocando através de seu imediatismo esse remoto espaço *outro* demarcado pela distância do pesquisador e sua sociedade, assegurando autenticidade ao “estive lá”.

A ocultação do autor, atuando como se a presença da câmera/antropólogo não existisse, ficciona uma naturalidade em que as imagens refletiriam ações e gestos que aconteceriam mesmo se o pesquisador não estivesse lá, mise-en-scène que monta o presente etnográfico (CLIFFORD, 1998). Busca também identificar o olhar do espectador à visão construída e parcial do autor oculto. Por isso muitos autores (MACDOUGALL, 1998; NICHOLS, 2012;) apontam que o movimento atual da antropologia é de auto reflexividade ou autoconsciência, não apenas da posição do autor, mas também do papel de negociação com os interlocutores e com os espectadores.

É nesse sentido que os desdobramentos das críticas do *Writing Culture*, do pós-estruturalismo e da semiótica incentivaram o interesse pelo visual sobretudo a partir dos anos 1990. MacDougall (1998) aponta que a história da antropologia visual parece perseguir dois caminhos opostos. Por um lado, esse interesse inicial na imagem como reprodução da realidade, como transparência e ligação “direta” e “imediata” com o mundo concreto, com seu poder de escrutinar e evidenciar. No entanto, um interesse relativamente recente na imagem surge justamente por seu potencial de abordar o não-visível, onde se deixa de utilizar a imagem apenas como registro do visível em campo e se passa a explorar a necessidade de *construir* um *discurso fílmico* (MACDOUGALL, 1998, p. 67).

Assim, a crítica ao caráter representacional das imagens desdobrou questionamentos acerca da representação antropológica em si, e sobre como a etnografia escrita moldou as categorias do conhecimento antropológico (MACDOUGALL, 1998). A medida que as críticas reflexivas da antropologia levaram à compreensão de que a descrição textual também constrói uma narrativa repleta de enquadramentos, selecionando dados a serem expostos enquanto mantém outros de fora, o uso de imagens passa a ser mais um campo de possibilidades a ser explorado.

Assim, o sentido da imagem não está apenas no que pode ser visto, mas o conhecimento através do filme é sobretudo através do compartilhamento de experiências, ideias, emoções e sensações, âmbitos da relação humana do reino do invisível. Como nas experiências do cinema-verdade/cine-transe, é preciso construir no interior do filme esse espaço/tempo onde colocamos o espectador em relação com os participantes e propiciamos, pela montagem e recursos óticos, a compreensão de emoções, pensamentos e discursos. O cinema como linguagem, afirma Piault,

tem a capacidade de “apresentar a realidade e não somente transcrever, traduzir ou reproduzir a realidade do real” (PIAULT, 1995, p. 29).

> Na passagem da realidade para a imagem há uma ordenação particular; o olhar que observa não é mais uma máquina que registra, ele também escolhe e interpreta. Para legitimar este registro do real e torná-lo não apenas compreensível mas aceitável, isto é, sujeito a todo tipo de questionamento, convém explicitar as modalidades, entender as condições, identificar as orientações. Assim se constitui uma verdadeira situação, ou seja, o espaço de interação define as condições particulares no interior das quais se dispõe e se apresentam os parceiros que não são apenas sujeito e/ou objetos ou os observadores e observados. O jogo de cada um não cessa simplesmente na disposição particular que privilegiaria o olhar 'armado', como diria Vertov, de um antropólogo-cineasta e que seria, de uma vez por todas, dado a ver. A passagem à imagem supõe um acesso a esta imagem como composição, senão como resultante de uma negociação, de uma transação entre os agentes e sua fabricação (PIAULT 1995, p. 29).

Assim, aponta o autor, a antropologia visual se dirigiria não apenas a fixação, dentro do espaço/tempo fílmico, do movimento/tempo sociais, mas visa “o sistema de valores que ordena a escolha das imagens, a escolha dos ângulos, dos quadros e das distâncias” (idem, p. 28).

Nesse sentido, mais do que tomar o observável em campo como objeto de análise, torna-se importante abordar o contracampo[8], o que se desenrola na frente e por trás das câmeras, o que é dito e mostrado tanto quanto os silêncios, o invisível e o que se escolhe deixar de fora da narrativa (Peixoto 1995; 1998). Peixoto (1995) nos fala sobre a importância de saber ler as imagens, de buscar o invisível por detrás do aparente, destrinchar as relações que constituem o filme, o contexto em que foi produzido e "reconhecer, na banalidade dos planos, as manifestações cristalizadas das relações sociais" (PEIXOTO, 1995, p. 8).

Assim, o filme é, como coloca Piault (1995) a "materialização concreta desta troca intencional". Porém, lembra ele, "este produto é também objeto de um terceiro olhar, o do espectador-consumidor-questionador" (PIAULT, 1995, p. 28). É nesse sentido que podemos atentar para o processo de delimitação das fronteiras e distâncias que marcam e separam identificações, sujeitos e grupos. O que essas representações nos trazem é a realidade circunstancial criada no interior da relação entre esses elementos de produção (e circulação) da imagem.

A modificação do "campo" como "lugar onde 'Outra' cultura espera por ser observada e descrita" (GUPTA E FERGUSON, 1997) no contexto multicultural e urbano da contemporaneidade, levou a questionamentos que abalam esse pilar da antropologia. O que se

[8] Termo de Albuquerque (2014), ao desenvolver o conceito de campo e contracampo de Godard: “o campo define o lugar do escriturado, portanto ficção que torna o imaginado a certeza e o contracampo o espaço do real, lugar ainda destituído de escrituração e, portanto, espaço da incerteza” (102).

entende classicamente como “campo”, neste trabalho se desdobra em uma verdadeira “montagem” de lugares, pessoas, espaços e tempos. Não apenas porque acompanhei o movimento ao longo dos anos, como apoiadora e porque a própria história do grupo (e de seus participantes individualmente) passa por uma rede de fluxos entre ocupações, movimentos, espaços e tempos diversos, mas devido à natureza do audiovisual, na qual uma sobreposição de discursos, espaços e tempos congregam uma mesma narrativa.

A complexificação da relação observador/observado, o papel participativo do espectador na formação do sentido, levou a antropologia autoreflexiva a resituar os papéis dos envolvidos na relação (identidade relacional). Com a redução das distâncias entre esses dois polos, afasta-se da ideia de controle total da imagem por parte do autor e se percebe o peso dos "observados" na negociação de sua imagem e do espectador na recepção, pois é neste entre-espaço que se delineiam as fronteiras do campo/contracampo. Como coloca MacDougall (1998), hoje os principais e mais críticos espectadores do filme etnográfico são os “objetos” mesmo de pesquisa, os sujeitos que participam do filme em sua elaboração e que vão julgar a pertinência da narrativa.

A tarefa de realizar um filme sobre este coletivo não se mostrou nada simples. Primeiro devido a complexidade da sua história em si. Através desse coletivo sem-teto poderia desenrolar toda uma *trama* que envolve os interesses políticos e econômicos de agentes de diversas ordens: de outras ocupações e milhares de outras famílias pobres removidas do centro, governos municipal, estadual e federal em sua diversidade de órgãos e instâncias, grupos financeiros nacionais e internacionais, etc. Estando, assim, no âmago da questão da construção da imagem da Cidade Olímpica.

Em um outro sentido, mesmo contando com a participação e intervenção dos interlocutores na confecção do filme, uma questão fundamental que se colocou diz respeito a responsabilidade de produzir e gerir a imagem do grupo, que envolve não apenas as expectativas de um coletivo, mas de dois. Para os ex-participantes da ocupação, a re-narração de seu passado enquanto trajetória do coletivo Quilombo das Guerreiras é essencial, porém atualmente constituem o coletivo do Quilombo da Gamboa, grupo com formato e participantes diferentes no qual novas questões e desafios se colocam. Pode-se dizer, assim, que a narrativa transita por uma multiplicidade de tempos (passado, presente, possíveis futuros) e espaços.

Assim, a elaboração conjunta do filme cria a possibilidade de promover situações que, no processo mesmo de construção da narrativa, trazem diversos elementos significativos acerca das distinções e transbordamentos de fronteiras identitárias. O que se escolhe dizer/mostrar e o que se prefere ocultar em meio a este “lapidamento” e as negociações de uma imagem que é

coletiva, mas que passa por histórias e perspectivas individuais, revela muito sobre as dinâmicas sociais nos quais o grupo está inserido. Dinâmicas que só podem ser compreendidas se abordadas a partir das suas condições de elaboração: com que elementos dialogar na hora de reafirmar uma imagem? Que outros atores são produtores de sentidos e narrativas sobre o grupo? Que discursos e categorizações, portanto, são levados em conta, mesmo que indiretamente, quando é preciso pensar e expressar sua imagem coletiva?

Devido sobretudo a proximidade afetiva e afinidade política desenvolvidas na militância, minha proposta foi "abraçada" por três ex-moradores da ocupação que protagonizam os relatos: Ângela de Morais, Roberto dos Santos e Nilde Moraes. Inicialmente, após a proposta de narrarem sua visão das reformas do Porto e de sua trajetória enquanto coletivo da ocupação Quilombo das Guerreiras, marcamos uma data para filmar todos juntos. Foi escolhido um local comum público, o Museu do Amanhã, por ser um símbolo da revitalização, e pelo próprio fato de terem sofrido remoção. Busquei deixar em aberto para que decidissem o que achavam relevante expor, em imagens, sobre sua história, e a partir disso realizar minha análise na etnografia.

É importante compreender como a relação entre eu e meus interlocutores, e a posição que ocupam no grupo, tem impacto na construção narrativa do filme e mesmo desta pesquisa. Os três têm um forte engajamento com o movimento social e não militam em partidos, adotando em suas falas análises e críticas próprias que podem não representar a visão de outros participantes do grupo. Provenientes de uma experiência política de moradia coletiva na ocupação, eles possuem mais tempo de engajamento não só na organização do projeto atual, mas também na militância por moradia de forma geral, trazendo para esse novo contexto perspectivas e significados sobre a luta pautados nessa experiência ligada ao movimento social específico do qual faziam parte (abordado no item 1.1 deste capítulo). Embora todos defendam o direito de moradia e critiquem o despejo e o projeto que o move, cada um também ressaltou em sua fala aspectos particulares.

No entanto, se fazia preciso compreender todos os fatores e atores que estavam em jogo na produção de sentido acerca da ocupação e de sua luta, compreender as condições dos discursos para ir além do que emerge como visível (o que se mostra, se dá a ver) e como dizível. Dessa forma, para compreender essa trajetória era necessário abordar o contexto de luta que se encontravam e que papel esse filme teria na estratégia política do grupo para negociar com as dinâmicas de poder que estavam postas. Assim, acompanhei o projeto atual em atividades, atos e assembleias, quase sempre produzindo imagens. Como gravar com o projeto não dependia apenas do coletivo do Quilombo das Guerreiras, pois envolve a imagem de muitos outros

grupos, solicitei o direito para realizar as filmagens em assembleia, como é de praxe, apresentando meu trabalho.

Não sendo intenção adentrar o debate sobre "não-intervenção x participação"[9] na pesquisa/filme, no contexto de realização deste trabalho não busquei ocultar minha participação, ou seja, não pretendi filmar o "cotidiano como se eu não estivesse presente" pois a própria posição de apoiadora envolve participar e auxiliar quando se é esperado em algumas atividades. Desde o começo, portanto, minha câmera e participação já estavam limitadas a circular nesses espaços de forte dimensão coletiva, onde os meandros do movimento se teciam, e não tanto nas vidas particulares de seus participantes. Isso se dá por dois motivos. O primeiro: eles estavam deslocados de suas casas, vivendo separados e em locais muitas vezes precários ou exíguos, assim esse cotidiano enquanto grupo só se concretizava nas reuniões mensais do projeto ou em atividades como mutirões de limpeza, festas e protestos.

O segundo motivo se dá pelo próprio foco da pesquisa. A proposta do filme é bastante fechada e sua narrativa é focada na remoção da ocupação e na luta por moradia no Porto. Trata-se mais de uma intenção que pretende ser politicamente útil para o grupo, vinculando os movimentos de *denúncia* e *justiça* que se fazem importantes nesse momento enquanto coletivo militante.

Pode-se dizer que o documentário transita pelos modos participativo e expositivo, tendo em mente que os participantes de iniciativas sem-teto e de luta por moradia, grupos políticos e militantes serão os espectadores, mas também visando atingir um público mais amplo, uma vez que o objetivo do movimento social é mobilizar política e afetivamente as pessoas contra a remoção de comunidades e apelar para que seja feita justiça no âmbito da moradia. O exercício reflexivo deste encontro fica reservado, portanto, à análise antropológica desta dissertação.

Assim, não é um obstáculo que esses discursos e imagens estejam condicionados por essas condições, mas devem ser tomados como dados. A pesquisa antropológica se desdobra a partir dessa situação fílmica específica, interessada não meramente no conteúdo registrado, no que emerge como visibilidade, mas do sistema de valores que ordena as imagens em sequências, a escolha de quadros e ângulos.

Tendo consciência da inevitável intervenção que não só o pesquisador, mas também a câmera, geram, diversos antropólogos visuais chamam a atenção para a forma como a imagem é apreendida pelos interlocutores na relação de pesquisa (PEIXOTO, 1995; MACDOUGALL,

9 Para o debate entre cinema observacional e participativo, assim como sobre cinema-verdade e o cine-transe de Rouch ver: DA-RIN, S. *Espelho Partido*, 2004. e NICHOLS, B. *Introdução ao documentário*. 2012

1998), além de cada vez mais dominarem o discurso visual buscando controlar o sentido de sua identidade. A facilidade de manuseio, e certa discrição, das novas câmeras digitais permitiram que realizasse todo trabalho de filmagem sozinha com uma câmera digital DSLR e um gravador. Hoje, os celulares e o acesso fácil à internet são instrumentos preciosos de registro de todo e qualquer grupo social urbano. Assim, com as ameaças de despejo eminentes a partir de 2013, diversos vídeos foram realizados voltados para a solidarização com a Quilombo das Guerreiras e vinculados no *youtube*, promovendo mobilização e apoio para barrar politicamente a remoção.

Na tentativa de elaborar uma narrativa visual que expressasse a perspectiva do grupo da Ocupação Quilombo das Guerreiras quanto à revitalização e à remoção que sofreram, imagens e enunciados de ordens distintas se fizeram presentes. O coletivo é atravessado por diversas representações, seja aquelas calcadas no discurso de autoridade veiculadas por agentes e órgãos legitimados como representantes do Estado, seja as narrativas difundidas pela grande mídia, mas também porque produzem eles mesmos seus discursos visuais e formas de expressão.

Longe de serem um empecilho para a pesquisa, as diversas representações visuais do grupo fazem parte da análise e foram incorporadas na montagem do vídeo. Nesse sentido, coletei os vídeos feitos por militantes junto aos ex-moradores, assim como selecionei vídeos institucionais do Porto Maravilha e busquei materiais que se referissem à ocupação, e à gestão da moradia no Porto, para compreender os diversos atores que inferiam na produção de representações sobre o grupo.

Com dificuldades para encontrar moradia no valor do aluguel social e ainda sem previsão para o início da construção do prédio MCMV prometido, a história de lutas e despejos forçados do coletivo é recontada oficialmente pela Prefeitura nesses documentos e vídeos institucionais como exemplo de sucesso da política habitacional municipal e das alternativas propostas para os grupos removidos com a revitalização. No extra-campo dessas imagens, está a experiência das ocupações urbanas, conflitando com o que é apresentado. As imagens captadas em campo, as narrativas dos removidos e o que eles vêm produzindo sobre sua experiência – denúncias, fotografias, vídeos, manifestações – se contrapõem aos discursos oficiais promotores da revitalização.

Um aspecto dessa denúncia da injustiça sofrida com a remoção diz respeito a dimensão de *dor* e trauma que envolveu os moradores. Isso está presente nos vídeos[10] realizados nos

10 Curta "Mulheres Guerreiras" (2013). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q8cYHXxcmL4

"Declarações de apoio à Ocupação Quilombo das Guerreiras" (2013). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jbGMUiyfMgY

últimos momentos da ocupação em que há um forte apelo à solidarização e naqueles em que buscam mostrar que as perdas com o despejo são incomensuráveis e não podem ser suprimidas com indenizações. Nesses relatos os participantes procuram compartilhar o que a Quilombo das Guerreiras representava para eles, não apenas na ligação política e afetiva com o lar que ali estabeleceram, mas também o impacto transformador que a ocupação teve em suas vidas pessoais, nos laços comunitários e sentimento de pertencimento que construíram, e como a experiência de vida coletiva na ocupação moldou, portanto, seu próprio senso identitário. Lea Ribeiro, no filme *Mulheres Guerreiras* (2013) chega a afirmar: "Se a Quilombo das Guerreiras acabar, acho que acaba uma parte da minha vida também".

Assim, mais uma vez emerge a questão: como abordar com imagens aspetos subjetivos e sensíveis, não-materiais, da vida? Para mostrar essa história e transmitir esse sentimento, pedi que selecionassem imagens antigas da ocupação de seus acervos pessoais para rememorar os momentos de “vida” da ocupação. Peixoto discute a questão da memória e rememoração como potencialidades da imagem quando analisa imagens da e sobre a família (2008). Como dizia Jean Rouch: "O cinema tem uma memória impiedosa que é também sua verdadeira grandeza. Ele guarda a vida apesar do tempo" (1995, p. 74).

Assim, rememorar os momentos de vida da ocupação pode ser muito doloroso pelo sentimento de perda, mas também reafirma um senso de pertencimento coletivo, reforçando suas fronteiras e se diferenciando (POLLAK, 1989). Igualmente, reformular essa memória em seus próprios termos, recontando sua história, é uma forma de restituir essa justiça perdida, ao menos no sentido de restituir o poder sobre sua representação, extirpada e controlada pelos discursos oficiais. Segundo Pollak (1989), "o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo", um jogo pelo controle da memória que é condicionado pelas suas condições de enunciação, e que em condições de desprivilégio político e social, que vão contra ao discurso e à memória oficial, enunciar a dor requer que se encontre uma escuta (POLLAK, 1989; DAS, 2011).

"O problema que se coloca a longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do 'não-dito' à constatação e à reivindicação: o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização" (POLLAK, 1989, p. 9). Assim, o vídeo emerge também como uma possibilidade de *escuta*, e um voto de *esperança* visando interferir no curso futuro de sua luta por moradia (dimensão melhor explorada no capítulo 3 desta dissertação). No entanto, enquanto "memórias proibidas",

que se opõe à memória oficial, pode ser que o filme fique restrito à circular nos "meios subterrâneos".

Busquei dar ênfase a esse embate através da contraposição da visão dos ocupantes sobre a revitalização e dos vídeos que "vendem" o projeto Porto Maravilha. Através da montagem, que apesar de congregar na mesma narrativa contínua diferentes descontinuidades, nem sempre significa uma harmonia entre os planos. Aqui eles se chocam conflituosamente, trazendo à luz essa ruptura entre o que Foucault (1999) chamou de "visibilidades incompatíveis" (4), onde o que sustenta uma representação necessariamente exclui a outra.

Tanto os discursos e práticas que impulsionam as reformas do Porto Maravilha, quanto a perspectiva do coletivo exposta no vídeo, são tomadas como *narrativas* que buscam traçar suas próprias representações da cidade. Nesse sentido, as narrativas apresentadas são entendidas em termos de jogos de *visibilidades* e *opacidades*, onde a transparência das afirmações é deslocada de seu lugar de estatuto de verdade para as margens que a sustentam, só podendo ser compreendidas a partir das relações que se desenrolam no extra-campo formando suas condições de possibilidade.

2 NAS MARGENS DA CIDADE OLÍMPICA

2.1 O Porto como vazio

Em 2009 foi aprovada a lei municipal que classifica a zona portuária como Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) e instaurada a Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha. O Porto Maravilha é uma operação de *requalificação* urbana que possibilita a intervenção via PPP (parceria público-privada) na zona portuária com a criação de condições para a compra dos terrenos portuários pelo setor privado, através de leis de isenção fiscal de todo tipo, como IPTU nas zonas residenciais, abono de dívidas dos imóveis públicos e privados, antecipação de investimentos, redução do custo de produção, etc.

Valorizando a zona portuária como centro histórico de fundação da cidade, cria-se o discurso de urgência de uma "retomada" deste patrimônio que estaria sendo arruinado pelo "abandono e degradação". A iniciativa consiste em buscar atrair investidores para instalar suas empresas, negócios, lojas e condomínios residenciais na zona portuária, e com isso promover a "integração do porto à cidade".

> Considerada durante décadas como a porta de entrada do país, desde a abertura dos portos em 1888, a região portuária, apesar do atual cenário de abandono e degradação, guarda em si um potencial extraordinário para se transformar em uma nova e forte centralidade comercial, residencial e de lazer, polarizadora de novos investimentos na cidade" (trecho transcrito do vídeo institucional Porto Maravilha)[11].

O Porto do Rio aparece em diversos discursos políticos e propagandas institucionais como um local abandonado, externo à cidade e em ruínas: "A cidade do Rio de Janeiro nasceu e viveu durante séculos voltada para o Porto. Agora chegou a hora do Porto se voltar para a cidade. O Projeto Porto Maravilha vai reintegrar o Porto à cidade. É o Rio resgatando as suas origens com um olhar voltado para o futuro" diz um dos vídeos promocionais do Porto Maravilha veiculado pela Prefeitura.

Ao aludir a um passado mitológico do Porto como "porta de entrada do país", aciona-se a ideia do risco de "perda das origens", justificando-se assim um resgate em um duplo sentido: resgate histórico e resgate territorial. Dessa maneira, o discurso que embasa a revitalização engloba, por um lado, a ideia de ameaça do patrimônio, e de outro, a construção

[11] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=P5FVL9vfWm8

de uma imagem atrativa do local para investimentos, muito calcada na noção de que este espaço estaria ao mesmo tempo degradado e arruinado, e vazio e disponível.

Figura 3: Fotograma do vídeo institucional

Neste vídeo[12], a região aparece interligada aos principais focos de exploração turística da cidade - aeroportos, praias, Pão de Açúcar, Corcovado, Maracanã, etc. (figura 3). A iniciativa, continua o narrador, "extrapola a área central e posiciona a cidade do Rio de Janeiro em um novo patamar internacional".

O projeto Porto Maravilha veio atrelado ao projeto de urbanização para o Rio de Janeiro ligado à ideia de *Cidade Olímpica,* em que a possibilidade de atrair investimentos transnacionais com os megaeventos é propagada pela Prefeitura como um momento histórico diferenciado que concretizaria a "antiga vontade" de reformar o Porto.

A Prefeitura atua na região através da CDURP, órgão municipal responsável por administrar e fiscalizar a operação. Obras de melhoramento da infraestrutura urbana, como iluminação e asfaltamento, e serviços públicos como coleta de lixo e fornecimento de energia, são realizadas pelo Consórcio Porto Novo, coligação de algumas das mais famigeradas empreiteiras do país. O Porto Maravilha é aclamado pela Prefeitura como "o maior projeto de requalificação urbana do Brasil":

> (…) irá investir R$ 8 bilhões (em recursos privados, através de parceria público-privada) em obras e serviços e transformar um perímetro de cinco milhões de metros quadrados da Zona Portuária, com novas ruas, avenidas e túneis, renovação das redes de serviços públicos e a reurbanização de três grandes comunidades da área: os morros da Providência, da Conceição e do Pinto (PREFEITURA DO RIO, 2015).

O projeto Porto Maravilha, embora se apresente como uma iniciativa inovadora, está inserido dentro da perspectiva de *requalificação* que domina o debate do planejamento urbano

[12] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=kiSBpTvsSOI

desde os anos 1980. Guimarães (2016) coloca que a partir de então vigoram os megaprojetos, aliando a ideia de preservação da diversidade cultural com o conceito de ordenamento urbano, modelo que teve sua aplicação pioneira nos projetos do Corredor Cultural do Centro (79-87) e Sagas (83-88), se consolidando com a política das Apas (1988) e Apacs (Área de Proteção ao Ambiente Cultural) no Plano Diretor de 1992.

Nessas gestões, afirma a autora, consolidam-se medidas como "o combate a desordem urbana; o controle do espaço público; a inserção do Rio de Janeiro no cenário de competição internacional entre as grandes metrópoles; a realização de parcerias entre setores públicos e privados" (BARANDIER apud GUIMARÃES, 2016, p. 159).

Apoiados na noção de *reabilitação* do patrimônio histórico e pela gestão descentralizada, nos anos 1990 uma série de políticas municipais provocaram mudanças na funcionalidade de diversas áreas centrais da cidade. Consolidou-se, então, o discurso da necessidade de revitalização do centro e, já durante as gestões César Maia (1993-1997; 2001-2009) e Luiz Paulo Conde (1997-2001), diversas intervenções de reurbanização e requalificação buscaram promover um mercado cultural em torno dos bairros centrais.

Abordando o papel da política patrimonial na gestão do território portuário, a autora mostra que as regulamentações de preservação estipularam divisões entre espaços, práticas e elementos do Porto a serem preservados, e áreas consideradas "vazias" disponibilizadas para serem exploradas pelo mercado: "Operando distinções entre o que seria supostamente 'histórico e cultural' e o que não seria, sua ação patrimonial indicou o que era inalienável e o que, em contrapartida, poderia ser mercantilizado, produzindo um relato que teve o papel de redistribuir simbolicamente os espaços portuários" (GUIMARÃES, 2016, p.161).

Como posto por Guimarães (2016), ao mesmo tempo que as empreitadas de requalificação promoveram a visibilidade de experiências culturais diversas, vieram aliadas à valorização econômica, levando a conflitos entre movimentos locais de moradores e interesses imobiliários, turísticos e urbanísticos. Ao mesmo tempo que se visava valorizar culturalmente essas experiências, acabou por massifica-las transformando-as em produto de consumo (GUIMARÃES, 2016, p. 163).

Nessas iniciativas de reabilitação, imóveis do Centro do Rio, e em especial de bairros da região portuária, foram valorizados em seus aspectos patrimoniais como "testemunhas de um passado histórico" (GUIMARÃES, 2016; GUTTERRES, 2016), em que a lógica que vigora é de que a preservação material dos imóveis garantiria a permanência das identidades coletivas.

Para a autora, os moradores dessas áreas foram identificados como parte do que se classificou como "desordem urbana", noção pautada no imaginário da *cidade partida*[13] de "favela *versus* asfalto" que predominou na última década: "seus bairros deixaram de ser representados como local de moradia e da autêntica cultura popular para serem ressignificados como ocupados por 'prostitutas, mendigos, traficantes e favelados'" (GUIMARÃES, 2016, p. 159). Assim, o valor patrimonial da região foi associado a um "passado colonial distante"[14], que estaria ameaçado pelo "abandono e degradação" em função dos "maus usos" (idem).

Embora as políticas de reabilitação que clamam por um *resgate* das áreas centrais não sejam um fenômeno novo, elas tiveram grande impulso a partir de uma série de políticas recentes e que vieram aliadas a diretrizes de urbanização e habitação em nível federal, estadual e municipal. Assim, foi pautado nas noções de ordenamento urbano e de reabilitação do patrimônio cultural que já vinham sendo implementadas que o projeto de revitalização Porto Maravilha se consolidou.

O ano de 2001 é um marco neste processo. Cria-se neste momento o Plano de Recuperação e Revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, que veio aliado de diversas outras iniciativas para viabilizá-lo. Deu-se início, à patrimonialização da Zona Sul, associada ao redirecionamento do potencial de construção para o Porto e empreendimentos na Barra da Tijuca e Jacarepaguá, já dentro da ideia de prover a cidade de uma estrutura urbana capaz de comportar megaeventos e atrair investimentos e equipamentos de cunho internacional. Já antes da OUC, construções como a Vila Olímpica da Gamboa e a Cidade do Samba já integravam esse projeto e visavam reestruturar a área para atração dos novos empreendimentos.

Ao mesmo tempo, é promulgado o Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001) que define diretrizes de urbanização a nível federal, exigindo que a propriedade urbana deva ser submetida a um "funcionamento útil" para o "bem coletivo". Ainda em 2001, o Instituto Pereira Passos (IPP) iniciou uma série de pesquisas sobre o perfil da população carioca, em especial da chamada AP1 (Área de Planejamento 1), o centro da cidade. Com isso, constata que o centro mantém uma taxa constante de 10% de imóveis vagos, fenômeno classificado como *esvaziamento habitacional*.

[13] Problemática amplamente trabalhada nas pesquisas desenvolvidas por Márcia Leite (2012).

[14] Gonçalves (2002) coloca que empreitadas de preservação valorizam objetos espacial e temporalmente distantes, atuando por uma retórica da perda do patrimônio em que "o presente, assim como tudo o que é espacialmente próximo, aparecerá corroído por um processo de perda oposto àquela situação original" (24).

Corroborando essa ideia, em 2009, a Operação Urbana Porto Maravilha se propõe a promover o "adequado aproveitamento dos *vazios urbanos* e dos terrenos subutilizados ou ociosos" da zona portuária. Articulando análises estatísticas e dispositivos legislativos, uma série de discursos e recursos vinculados pelos agentes promotores da revitalização passam a justificar a reforma difundindo a ideia de que a região portuária estaria abandonada e teria sofrido com um descenso populacional e funcional, sendo necessário reintegrá-la e lhe "dar vida".

A retórica do Porto do Rio como um *vazio a ser preenchido* foi assim amplamente difundida e construída, associando as categorias de abandono, ruína, degradação e marginalidade.

> Com a desertificação humana da área central, instalou-se um quadro de degradação e insegurança, onde a marginalidade acaba se instalando. Podemos constatar que a grande percentagem de imóveis muito degradados ou mesmo já em estado de ruína na área central da cidade, com maior incidência em determinadas regiões, já se torna razão incontestável para uma intervenção rápida (PREFEITURA DO RIO, 2003).

O Porto caracterizado como "vazio" e "sem vida" é representado como um espaço fora do/de ordenamento, repleto de atividades, práticas, imóveis e moradias irregulares e ilegais, onde impera a degradação e a marginalidade. A este espaço supostamente sem regulamentação, fora de ordenamento, ou onde atuariam *outras* ordens, caberia, portanto, uma retomada, um resgate e reintegração, urgindo normatizá-lo, regulamentá-lo, colocá-lo em funcionamento útil em relação à cidade.

Além da implementação da OUC Porto Maravilha, outros dois processos seriam cruciais no ordenamento do centro da cidade do Rio: a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e o programa Morar Carioca. Na esteira do conceito de urbanização, o Morar Carioca faz parte do *Plano Municipal de Integração dos Assentamentos Informais Precários* criado com o intuito de urbanizar todas as favelas do Rio de Janeiro em dez anos com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Prefeitura realiza obras de infraestrutura na comunidade e efetua a regularização fundiária do local. Segundo o programa, "a medida beneficia não apenas o morador, mas também o poder público que passa a ter o controle urbanístico e tributário da região". Esse programa, que tem como objetivo declarado o controle do crescimento das favelas, intervém diretamente nas comunidades com o discurso de integrá-las à cidade, porém foi responsável pela retirada de centenas de casas em comunidades como a Providência[15].

15 Tema abordado por mim no documentário Casas Marcadas (2012) e pelo trabalho de Gutterres (2016).

Tal empreitada só poderia ser efetivada se aliada à política das UPPs, impedindo outras forças de organização e gestão do espaço. Com a instalação da UPP Providência (2010), a ocupação do território pelas forças securitárias veio aliada da proposta da UPP Social (ou Rio+Social), e organizada em conjunto com o Instituto Pereira Passos, cuja justificativa era promover uma "integração social" da comunidade. Apesar do controverso fracasso desse projeto social, a UPP possibilitou uma inserção mais próxima das instâncias administrativas na comunidade e proporcionou um amplo estudo e mapeamento dos dados populacionais da área.

Subdividindo toda a região que compreende a AEIU do Porto em setores e as analisando especificamente, o Instituto Pereira Passos (IPP) levantou e sistematizou dados sobre a quantidade e características da população distribuída por renda, sexo, idade, escolaridade, condições de habitação e densidade populacional da região. Os dados populacionais e as características dos imóveis servem de embasamento para o planejamento[16] da reforma e são cruzados com dados projetivos voltados para o investimento empresarial.

Diversos mapas de Paisagem Empresarial da região portuária foram realizados demonstrando a localização de empreendimentos, comércios, bares e pontos culturais já existentes, assim como as condições dos imóveis para investimento comercial ou residencial, malha de transportes disponíveis, níveis de circulação, características regionais como o mapeamento dos Domicílios Particulares Improvisados, além da disponibilidade de fornecimento adequado de luz, água, coleta de lixo e esgotamento dos domicílios, etc.

Dessa forma, cada parte do Porto foi mapeada e estudada minuciosamente visando promover a atuação estratégica do mercado de investimentos diferenciados para cada subsetor, que apresentariam potencialidades de exploração econômicas distintas. A prefeitura estimula o perfil de construções do setor privado através do aumento de potencial construtivo diferenciado (figura 4) para cada subárea do porto. Dessa maneira, através dos variados CEPACs, definem-se áreas para arranha-céus, empreendimentos comerciais, hotéis, e áreas mais voltadas para lazer e cultura, com forte apelo histórico, destinadas a bares, museus, etc.

16 *Diagnóstico para o Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) do Porto do Rio*. IPP/ Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2016.

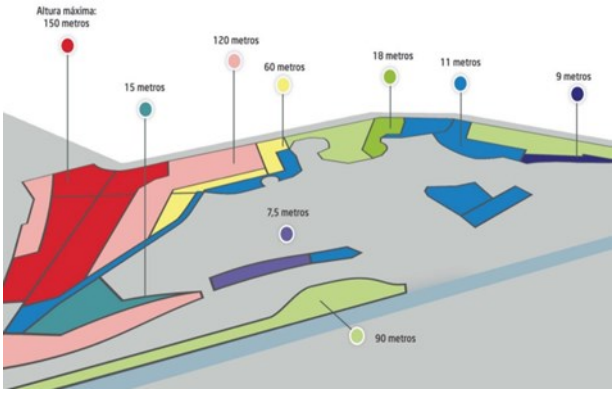

Figura 4: Mapa novos limites CEPACs

A proposta habitacional do projeto para sanar o suposto "vazio habitacional", consiste em destinar metade dos imóveis portuários a serem especulados pelo setor privado para construção de empreendimentos residenciais, visando supostamente "todas as classes", prometendo assim atrair 100 mil moradores para a região.

Monteiro (2015) aponta para o uso recorrente do componente habitacional como vetor de revitalização seguindo padrões internacionais de urbanização que propagam os centros urbanos como locais de "mistura social" (Monteiro 2015:442) e assim, um campo de exploração imobiliária. Ao analisar o Programa Novas Alternativas, o autor afirma que a política municipal atua, através da Secretaria Municipal de Habitação (SMH), realizando exemplos pontuais de reformas de imóveis antigos nessas zonas históricas "degradadas" com forte presença de moradias pobres a fim de estimular o investimento privado como real ator principal da revitalização. Esses empreendimentos têm como foco, portanto, a especulação voltada para atração das classes médias e do empresariado urbano.

Diversos pesquisadores vêm criticando o discurso do abandono e esvaziamento da região como uma construção retórica dos agentes da revitalização para proporcionar a comercialização do território (MONTEIRO, 2015; GUTTERRES, 2016; GUIMARÃES, 2016). O primeiro estranhamento que se pode apontar é a ideia de que o Porto estaria abandonado pelo próprio "Estado", de fora de sua ordem e necessitando ser resgatado, quando esta afirmação contrasta com as sucessivas políticas voltadas para a região implementadas por diversas gestões.

O discurso de que o Porto estava abandonado é problemático também porque retira a responsabilidade das instâncias de governo pelo estado de degradação dos imóveis. Como apontado pelos próprios levantamentos imobiliários do *Plano de Habitação*, grande parte dos imóveis vazios e ociosos são de propriedade pública de todo tipo, seja remetendo à funções que

datam do Império e da República, seja doado de órgãos administrativos diversos em um verdadeiro emaranhado burocrático. Nesse sentido, a alta taxa de imóveis vazios se deu em grande medida pela incapacidade do "mercado" formal e do próprio "Estado", em suas diversas instâncias e autarquias, de atribuírem função social aos imóveis, mantendo-os subutilizados por anos.

Se por tanto tempo diversos imóveis da localidade permaneceram ociosos não é porque a região teria sido abandonada e se mantido sem função alguma, precisamente porque funcionou de uma forma específica para a cidade. Grandi (2010) sugere que muitos imóveis da região portuária cumprem "fins especulativos, servindo enquanto reserva de valor para empresas e particulares sem aterem-se às atuais exigências legais de cumprimento da função social da propriedade" (168).

Monteiro (2015) demonstra que o dito fenômeno de "esvaziamento habitacional", medido pela taxa de imóveis vagos, é contradito pelas taxas de crescimento da população residente no centro e em toda região portuária nos últimos dez anos. Sugere, portanto, que o adensamento populacional sem o aumento de imóveis disponíveis revelaria que os bairros centrais teriam passado por um incremento recente no número de famílias habitando em favelas, cortiços e moradias informais.

Fenômeno que se comprova ao nos aproximarmos da experiência das ocupações sem-teto que povoaram a região portuária. Por muitos anos, enquanto a especulação imobiliária mantinha os imóveis ociosos, muitas famílias pobres se mudaram para lá.

> [...] a centralidade do núcleo original da cidade não foi abalada, continuando a ter papel fundamental no que envolve as opções de geração de renda da maioria da população da cidade. Sendo assim, muitos ainda optavam pela moradia no Centro – pela proximidade com fontes de renda (como trabalhadores formais ou informais) e pelo baixo custo da moradia (notadamente em favelas, em casas de cômodos, ocupações ou, muitas vezes, nas próprias ruas) (GRANDI, 2010, p. 168).

A história da região portuária se mistura à história das ocupações sem-teto que lá habitavam. A partir dos anos 2000 o movimento sem-teto, em especial a parcela ligada à FLP e ao CMP, como abordado no primeiro capítulo, passa a realizar diversas ocupações na área central. Freire (2011, p.38) relata a realização do Encontro de Ocupações Sem-teto em 2006, do qual participaram membros de trinta e oito ocupações sem-teto da área metropolitana da cidade, demarcando um fenômeno em crescimento na época. Desde então, além da Chiquinha Gonzaga em 2004 e da Zumbi dos Palmares em 2005, muitas ocupações ainda surgiram, como a Quilombo das Guerreiras, a Flor do Asfalto (2006), a Manoel Congo (2007), a Domingos Passos (2007) e a Machado de Assis (2008).

A revitalização "Porto Maravilha", no entanto, desdobrou um processo de regularização fundiária que instituiu práticas divisoras que separaram moradias e formas de habitar consideradas *adequadas* e habitações classificadas como irregulares, insalubres ou inabitáveis. Assim, classificadas como inadequadas, habitando prédios arruinados ou áreas consideraras de risco, uma série de remoções afetou milhares de moradias populares na região, atingindo de maneira decisiva as ocupações urbanas. Apenas neste grupo de ocupações relacionadas à Frente de Luta Popular (FLP), mais de 1.000 famílias foram removidas em 5 anos (2009 -2014)[17].

Dessa forma, sobretudo a partir de 2009, dezenas de ocupações do centro da cidade foram despejadas: Ocupação Nelson Mandela (2008), Lima Barreto (2008), Guerreiros do 510 (2009), Guerreiros do 234 (2009), Casarão Azul (2009), Poeta Chynayba (2009), Carlos Mariguella (2010), Guerreiros Urbanos (2010). Nos anos que seguiram seriam removidas também a Zumbi dos Palmares, a Machado de Assis e a Flor do Asfalto em 2011, até que, por fim, a Quilombo das Guerreiras foi despejada em 2014.

Figura 2: Mapa Ocupações e Remoções no Porto

Alguns casos envolvem a reincidência de despejos de um mesmo coletivo diversas vezes. A Ocupação Guerreiros Urbanos teve diversas tentativas e é um bom exemplo do contexto diferenciado que se instala no plano da moradia a partir de 2009 (ver gráfico 1). Inicialmente sendo despejados de um prédio na Rua Sara (Morro do Pinto) em 2009, três meses

17Embora esse número não possa ser auferido com precisão, uma tentativa de sistematização dos dados de removidos com os mega-eventos foi elaborado pelo Comitê Popular da Copa e estão disponíveis no Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2015:36.

depois ocupam o imóvel na Av. Mem de Sá 234 (Praça da Cruz Vermelha), sendo brutalmente reprimidos por dezenas de policiais e ocasionando prisões e processos jurídicos que duram até hoje. Em 2011, o mesmo coletivo tenta ocupar um casarão abandonado há mais de 10 anos de propriedade da Universidade Santa Úrsula, dessa vez em uma ladeira entre a Lapa e Santa Teresa, porém com menos de uma semana são despejados novamente.

No mesmo momento, a Ocupação Flor do Asfalto contava seus últimos dias, deixando o imóvel que habitaram por cinco anos na Av. Rodrigues Alves para dar lugar as obras do Porto Maravilha. Na conjuntura em que todas as ocupações iam sendo removidas e o projeto de revitalização avançava, as perspectivas de conseguirem resistir à remoção foram se reduzindo. Assim, sob pressão da prefeitura para sair, os moradores aceitaram receber indenização para deixar o imóvel.

A Ocupação Zumbi dos Palmares abrigou centenas de famílias durante cinco anos no endereço Av. Venezuela 53, quando foi removida pelo Porto Maravilha em 2010. Durante anos a ocupação lutou contra as ameaças constantes de despejo que aliavam os interesses dos proprietários do imóvel, o INSS, e a Justiça. Freire (2011) acompanhou a ocupação quando a Prefeitura apresentou o projeto Porto Maravilha para Av. Venezuela. Ele relata que em um determinado momento há uma polarização entre o Ministério das Cidades, que propõe a regularização do imóvel, e a Prefeitura que impõe o despejo.

A "proposta" foi que os moradores deixariam o prédio em apenas um mês e receberiam aluguel social de R$ 400,00 mensais sob a promessa de aguardar a construção de um prédio MCMV na Rua do Livramento. Para quem não quisesse aguardar recebendo aluguel social, foi oferecido a mudança para o prédio MCMV em Campo Grande, na Zona Oeste. Freire (2011) relata o descontentamento dos moradores com as propostas devido à incerteza da moradia caso saíssem do prédio, levando o coletivo a realizar manifestações, passeatas e ocupações de instâncias de decisão buscando garantir a permanência.

Porém, conta Freire (2011, p. 153), com medo de "sair de lá sem nada", a maioria dos moradores negociou receber indenização para deixar o imóvel, indo morar em distritos e bairros distantes ou se mudando para favelas. Histórias similares de remoção se repetem em muitas outras ocupações, invasões e favelas atingidas por projetos de urbanização.

"A questão desses megaeventos veio, e veio atropelando tudo e todos", afirma Roberto. Os megaeventos aparecem como um momento diferencial na narrativa da política Porto Maravilha, mas aparecem também como marco temporal, social e pessoal, na trajetória das ocupações e seus moradores. Simbolizado na questão dos megaeventos estão uma série de

práticas e políticas de reordenamento urbano ligadas ao planejamento urbano da Cidade Olímpica e que são vivenciados de forma decisiva pelos moradores das ocupações do Centro.

Sobretudo partir de 2009, não apenas as tentativas de ocupar novos imóveis na região central foram se tornando cada vez mais difíceis por conta da forte repressão policial, como mesmo as ocupações que já estavam consolidadas foram sendo despejadas e/ou pressionadas a saírem aceitando as negociações da Prefeitura que ofertava aluguel social, indenizações ou inscrição no PMCMV.

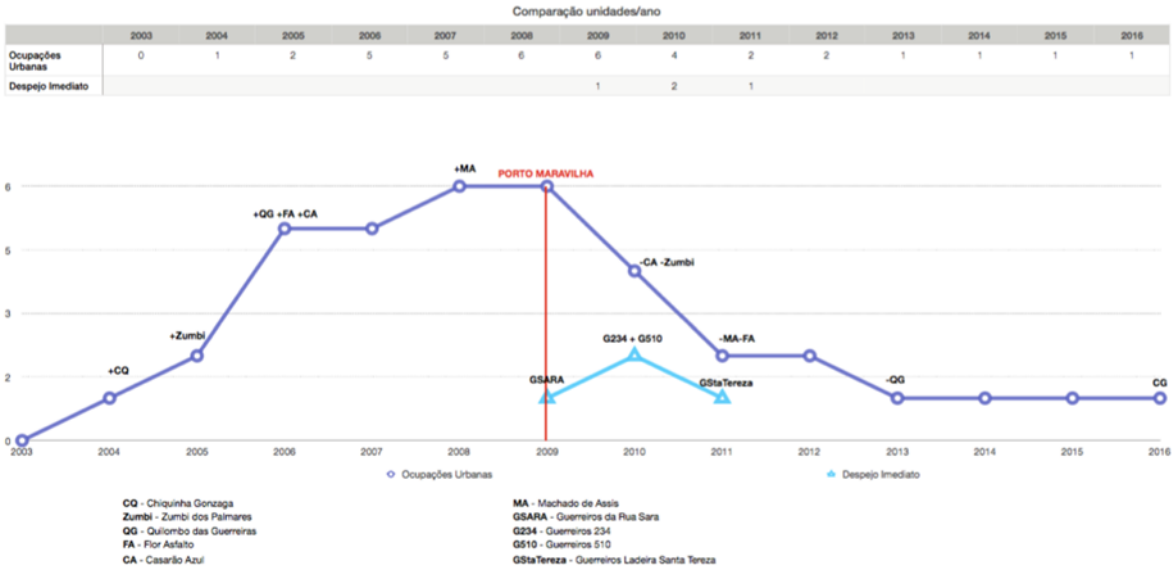

Gráfico 1: Remoção de ocupações/ano

A operação de requalificação, ao promover a reestruturação da infraestrutura do bairro e flexibilizar taxas e legislações para aquisição dos imóveis, apresenta uma estratégia de atrair agentes econômicos e estimular a ocupação e circulação de estratos das classes médias e alta, tendo como resultado a transformação do perfil da população local marcadamente popular. Para vender uma imagem atrativa do Porto, foi preciso não apenas investir na propaganda, mas de fato torná-lo disponível e "vazio" dispersando grande parte da população residente formada por famílias de baixa-renda.

Assim, enquanto os movimentos de moradia já denunciavam o real problema do alto número de imóveis ociosos perante à alta taxa de vulnerabilidade habitacional que atinge a metrópole carioca, o que a política do Porto Maravilha promoveu foi justamente o esvaziamento desses locais ao remover as moradias.

Corroboro, portanto, a perspectiva de Guimarães (2014; 2016) e Gutterres (2016) a cerca do funcionamento da *retórica do vazio* como um dispositivo que cria a necessidade de

preenchimento, quando na prática esse esvaziamento tem sido produzido pela própria empreitada de revitalização através das remoções. O *Porto como vazio* não é apenas produzido discursiva e simbolicamente, mas materialmente pelas remoções e obras que põe abaixo toda região.

Segundo Gutterres (2016), ocorre um processo de *desabitação* dos pobres da região. Porém, aponta a autora, a remoção de moradias é apenas uma de suas faces, "pois ela é um ato mais profundo de desarticulação e desconstrução de redes de afeto e de convivência, que são estabelecidas a partir da partilha de espaços coletivos comuns, caminhos e percursos – vividos ou lembrados" (GUTTERRES, 2016, p. 187).

Nesse sentido, realizo uma análise etnográfica do processo de remoção em especial da Ocupação Quilombo das Guerreiras, buscando ressaltar esses aspectos afetivos, políticos, identitários, etc. que conformam significações e vivências compartilhadas do grupo com território do Porto. Interrogo, portanto, o que significou a revitalização, que impactos causou em termos pessoais e coletivos, para os moradores da ocupação a partir da visão de alguns de seus participantes.

> Entre 2010 e 2013 já era declarado a questão da Copa do Mundo, dos grandes megaeventos que estariam para acontecer. Primeiro veio a Copa do Mundo e em seguida viria as Olimpíadas. Desde o primeiro momento que entramos na OQG, embora a gente lutasse o tempo inteiro, 'issemos' em diversas instâncias de governo para tentar fazer daquele prédio uma requalificação e transforma-lo de fato em moradia para todas as pessoas que lá estavam, a gente via que (...) era uma situação muito difícil mas nunca desanimamos, até o último momento lutamos, lutamos lutamos… mas como falei anteriormente, a questão desses megaeventos veio e veio atropelando tudo e todos dentro dessa proposta da moradia (SANTOS, Roberto. Entrevista à autora. Rio de Janeiro, 2015).

Vianna (2015), ao analisar narrativas marcadas pela violência do Estado, chama atenção para os usos do tempo, em que este se torna um elemento na gestão do sofrimento. A autora evidencia que o próprio tempo se torna objeto da luta, nesse contínuo resistir, continuar lutando por reconhecimento e não se dar por vencido mesmo com o passar dos anos e o tamanho das dificuldades. Os megaeventos, porém, aparecem como uma *fatalidade,* um evento disruptivo na narrativa.

Entende-se esse processo, portanto, como um *trauma* que se dá não apenas pela perda da moradia, mas através de diversas violências que se configuram antes, durante e depois da remoção. Deve-se encarar, portanto, o próprio movimento de narrar o evento, *testemunhar* a violência como coloca Das (2011), como parte da gestão do sofrimento em que se busca restituições de justiça influenciando processos de lembrança/esquecimento.

Por terem sido removidos através de um processo muito traumático, ainda que dialogando com o governo, para Ângela e outros militantes do coletivo da Quilombo das Guerreiras, já com uma tendência política mais autônoma, o Estado é alvo de duras críticas, cultivando uma profunda desconfiança e descrédito perante as políticas públicas.

> Esse Estado que é um Estado de exceção, não é um Estado de Direito para o trabalhador. Direitos humanos aqui é pra quem pode pagar. O Estado não nos representa, não tá aqui pra classe trabalhadora, tá aqui pra uma elite mesmo. E a gente percebe isso quando você vê essa área aqui toda revitalizada até ali, você vê um prédio daquele, e você vê hoje a população passando por vielas, uma população oriunda dessa área (…) porque pra essas pessoas não existe planejamento (MORAIS, Ângela de. Entrevista concedida à autora, Rio de Janeiro, 2015).

Figura 4: Praça Mauá revitalizada

Figura 3: Obras do VLT na Mauá 2015

Estávamos sentadas durante a entrevista ao lado do Museu do Amanhã na Praça Mauá revitalizada, que agora se chama Pier Mauá e é palco de alguns shows e festivais. Nesse momento, Ângela aponta em direção ao Museu do Amanhã e ao Museu de Arte do Rio (MAR), logo atrás. Era 2015 e as obras do VLT ainda não estavam finalizadas e a revitalização ia literalmente "até ali", todo resto daquela área era um enorme canteiro de obras esburacado, tubos e canos expostos e muita lama.

Figura 8: Rua da Gamboa 2015

Depois da região da Praça Mauá, grande parte do Porto ainda estava em obras, principalmente nas ruas internas onde construiam a Binária do Porto e o caminho do VLT. Na

altura da Rua da Gamboa (figura 8), no galpão destinado ao projeto de moradia do qual a Quilombo participa, a situação era ainda pior. Todos os dias surgia ou sumia uma rua e a população local andava no meio da lama. As obras ocasionavam grandes transtornos para os moradores. Moradores de várias partes da Gamboa relatam que as obras, além de atrapalharem a passagem nas ruas, aumentaram a insegurança e apesar da promessa de trazerem serviços e equipamentos urbanos, provocaram a interrupção de diversos serviços. “A gente tá vivendo um inferno com essas obras”, afirma Ângela, que além de participar do projeto também aluga uma casa na região:

> E a luz que todo dia falta? E a água que todo dia falta? E todo dia se faz um buraco e fecha um buraco (…) e o esgoto voltando pra dentro da casa das pessoas, pessoas que pagam aluguel, que moram aqui há 60 anos (…) dizem que nunca viram a zona portuária do jeito que está hoje. Uma zona histórica, importante dessa, nesse total abandono. Porque a lama daqui não é a lama da zona sul, a obra daqui não é a obra da zona sul, como a intervenção aqui não é a mesma da zona sul (Idem).

Configura-se uma situação em que temos muitos “Portos” e muitas intervenções diferenciadas como denuncia Ângela. Essa produção concomitante de espaços “revitalizados” e espaços em que os moradores têm de conviver com escombros dentro da mesma AEIU (Área de Especial Interesse Urbano) é notado por Gutteres (2016): “São criados locais específicos nesta mesma Área de Interesse que são assinalados como restos de obra e de demolições, imóveis incompletos por licitações não concluídas, equipamentos urbanos inacabados, abandonados. Há, portanto, uma seletividade na produção desses espaços urbanos gentrificados que acaba por reconfigurar simultaneamente lugares vizinhos em ruínas ou escombros” (GUTTERES, 2016, p.184).

Figura 9: Mauá x Gamboa 2015

A autora expõe que a revitalização tem efeitos contraditórios, marcados por uma "representação objetivamente heterogeneizante", onde o discurso é de "devolver" o Porto à cidade e promover a diversidade nesse local, e "subjetivamente homogeneizante", pois classificam retoricamente a área como vazia, invisibilizando a população residente que é vista genericamente como marginalidade, construindo o espaço voltado para circulação e consumo da classe média e alta, "vidas elegidas para ocupar o ambiente revitalizado" (GUTTERRES, 2016, p.185).

Ao olharmos para estas imagens e discursos, as percepções dos participantes do movimento sem-teto e as formas como o Estado se apresenta em suas políticas e propagandas parecem se opor quase diametralmente. Como o Estado de Direito versus o "Estado de Exceção" aludido por Ângela, o discurso do governo municipal de colocar os vazios em funcionamento para o bem da sociedade, que promoveria políticas de habitação social, contrasta radicalmente com a experiências das ocupações sem-teto, que presenciaram justamente a destruição de suas moradias e um processo de produção de "vazios" sem igual na política carioca recente. Essas representações tão destoantes do "Estado" não estão se referindo a objetos distintos, mas se referem precisamente ao mesmo fenômeno.

Como uma extensa bibliografia antropológica vem sugerindo, muitos inspirados no pensamento foucaultiano, o Estado não deve ser entendido como uma instituição monolítica, mas tem sido entendido como representação (ABRAMS, 1977), ou um conjunto de práticas e processos cujos efeitos não se restringem a instituições, e cada vez menos a fronteiras geográficas fixas (TROUILLOT, 2001). Para esses autores, o "Estado" existe enquanto fenômeno vivenciado que interfere relacionalmente na constituição dos sujeitos e que, assim como a ideia de nação, não perde sua importância no contexto de capitalismo global, mas este provoca uma reconfiguração das relações de poder que deve ser objeto de estudo na antropologia.

Gupta (2006) sugere que uma antropologia do "Estado" só é possível observando como se constrói discursivamente a noção de "Estado" através dos "encontros" vivenciados no cotidiano, onde determinadas *práticas* levadas a cabo por agentes que representam essa ordem pública são interpretadas como *efeitos* dessa abstração considerada o "Estado". Ele só pode ser estudado, portanto, a partir do que se entende como seus *efeitos* (MITCHELL, 2006), realizando uma etnografia de como o "Estado" se inscreve na vida das pessoas, em suas múltiplas *assinaturas* (DAS, 2004).

Ao nos atermos a uma noção de Estado enquanto entidade coesa representativa da aplicação racional das leis, esvaziamos de sentido as relações e situações que são apresentadas como sem ordenamento, sem lógica, não integradas, fora do Estado ou fora do político, etc. Assim como situações em que há uma miríade de procedimentos em que não é possível isolar o "Estado" do "mercado" ou da própria "sociedade" (ABRAMS, 1977; TROUILLOT, 2001; MITCHELL, 2006).

Ao invés de partir dessa imagem de espaços e grupos sem lei, sem ordem, sem vida, como se neles o "Estado" estivesse ausente ou fosse se rarefazendo nas margens da cidade (DAS E POOLE, 2004), entende-se que são parte essencial da produção da cidade. Partindo dessa perspectiva de que o "Estado" produz suas "margens", trata-se de "refletir o modo como as práticas e políticas da vida nessas áreas modelam as práticas políticas de regulação e disciplinamento que constituem aquilo que chamamos 'o Estado'" (DAS E POOLE, 2004, p.3).

2.2 Uma Quilombo no Porto Olímpico

A operação de revitalização pretende transformar a Av. Francisco Bicalho no *Porto Olímpico* (figura 10), aumentando o gabarito permitido dos edifícios para até 150 m² e, assim, destinando a área para aquisição do alto capital financeiro e construção de arranha-céus.

Figura 10: Mapa subdivisões do Porto Maravilha, 2010

A área, onde se localizava a ocupação Quilombo das Guerreiras e diversas outras moradias populares, foi caracterizada no levantamento realizado pelo Instituto Pereira Passos (IPP) para o plano de urbanização como um dos locais com menor índice de desenvolvimento social (IDS) na região. Lá habitavam famílias que possuíam as menores rendas e maior densidade não apenas de domicílios, mas de habitantes/quarto.

Segundo os dados do *Diagnóstico para o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto do Rio*, além de ser uma das áreas com maior densidade habitacional (junto da Pedra Lisa, parte mais pobre do Morro da Providência) é a região do Porto que mais recebeu habitantes nos últimos dez anos, contrariando o suposto movimento de esvaziamento. O local, que era repleto de galpões vazios, foi progressivamente ocupado por milhares de famílias pobres.

Pretendendo tornar a área o quarteirão com os edifícios mais altos e caros da cidade, a empreitada seria um símbolo de recuperação e modernização de uma área tida como "degradada" e o *Porto Olímpico* representaria a "porta de entrada" da cidade para o mundo. O Porto Olímpico é, portanto, símbolo da revitalização e parece representar o próprio projeto maior de *Cidade Olímpica*.

Segundo O Globo[18], a área é considerada o "filé" do Porto Maravilha:

18 Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/gente-boa/post/as-notas-de-hoje-526033.html

> Vai custar R$ 58 milhões à prefeitura a compra do terreno da Companhia Docas na Av. Francisco Bicalho, onde hoje ficam a quadra da Unidos da Tijuca, o Clube dos Portuários e um depósito de máquinas caça-níquel apreendidas. A área é considerada um dos filés da Zona Portuária para o setor imobiliário; **mas tem um prédio invadido por grupos de sem-teto.** (O Globo)

O "prédio invadido" ao qual a matéria se refere é a Ocupação Quilombo das Guerreiras. Como uma pedra no caminho da revitalização, ou um(a) Quilombo no caminho do Porto Olímpico, no meio da questão da construção de um projeto de Cidade Olímpica está a Ocupação Quilombo das Guerreiras, sendo esta, assim, um campo privilegiado para análise desse emaranhado de disputas políticas na produção das fronteiras políticas e sociais da cidade.

Em 2013 espalhou-se o rumor de que o terreno da Quilombo das Guerreiras seria comprado para construção das *Trump Towers Rio* (figura 11), um complexo de arranha-céus que promete ser o maior centro financeiro da América Latina. O terreno da ocupação foi transferido juridicamente para a Prefeitura afim de facilitar sua comercialização, e o imóvel abandonado e endividado que abrigou a ocupação por anos foi parar na lista de "terrenos integralizados*"* através do Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha (FIIPM)[19], sendo recolocado no mercado imobiliário com vantagens.

Figura 11: Projeção Trump Towers na Francisco Bicalho

Como conta Roberto, " (…) muito atrelado a CDURP, já estavam sondando a área que possivelmente seria um dos empreendimentos do arquimilionário Donald Trump, era isso o tempo inteiro que *eles falavam pra gente*, que o prédio seria destinado pra esse milionário". Este empreendimento é propagandeado pela Prefeitura como parte deste projeto de urbanização

19 O FIIPM funciona através da compra de CEPACS via Caixa Econômica Federal com dinheiro do FGTS e revenda para o setor privado.

de “Porto Olímpico” para a Av. Francisco Bicalho que promete atrair diversos condomínios, empresas, hotéis e escritórios para transformar o perfil da região.

Embora a informação de que o terreno seria comprado por Donald Trump tenha sido alardeada pela mídia e pela Prefeitura, parece não ter embasamento concreto pois até hoje esta compra não foi efetivada. A notícia, porém, além de servir como propaganda e promessa da revitalização, serviu para propagar desinformações entre os moradores da ocupação e provocar pressões e justificativas para que deixassem o prédio, afinal, seriam eles contra o futuro (hoje atual) presidente dos Estados Unidos.

Apesar da remoção da Quilombo ser obviamente um fator conveniente para a especulação imobiliária, pois sua presença desvalorizaria o empreendimento, não foi a compra do imóvel, no entanto, que provocou o despejo da ocupação. Esta passou por um processo de precarização e desestabilização, provocado direta e indiretamente pela revitalização, que em um curto período de tempo culminou em justificativas para sua remoção.

Até 2013 a OQG ainda se mantinha estável, com reuniões organizativas mensais, atividades políticas, pedagógicas, realização de eventos, manutenção dos espaços coletivos, etc. Mesmo com o fatídico avanço do Porto Maravilha, que os levaria a deixar em algum momento o prédio para a Rua da Gamboa junto ao projeto de reassentamento[20], a ocupação mantinha suas atividades regulares, sendo um exemplo de luta auto organizada no movimento sem-teto da cidade, e caminhava para seu sétimo aniversário. Na época, eu realizava aulas noturnas de alfabetização para adultos, que aconteciam na sala da biblioteca recém-reformada.

Transformando a pista em um enorme canteiro de obras, a Avenida Francisco Bicalho, que já não era segura, se tornou por meses um cenário de filme de terror: tubos abertos, calçadas destruídas, árvores derrubadas, montanhas de areia e a rua constantemente sem iluminação pública. A sujeira, o barulho, e os problemas que uma ocupação coletiva naquela região já tinha, pioraram e o clima de insegurança aumentou.

Obrigada a manter suas portas abertas para a circulação de homens e máquinas do Consórcio Porto Novo, ao lado da portaria do prédio pilhas de areia e materiais para obra eram despejados e a comissão rotativa de segurança do portão passou a funcionar de forma intermitente. As obras ocasionaram a constante queda do fornecimento de luz e água, que já era irregular, contribuindo para a precarização das condições de vida na ocupação. Esta ficava no breu, e nos dias em que não havia luz para ir e vir da ocupação era preciso andar acompanhado. Com a falta de luz e de segurança, as mães também não deixavam seus filhos descerem para as

20 Como exposto anteriormente, desde 2009 o grupo negocia uma iniciativa de habitação social no Porto.

atividades no salão, e assim aos poucos as atividades pedagógicas e políticas cotidianas também foram deixando de acontecer.

"Tem luz agora [que a ocupação foi despejada], tem água. A gente até tentou mediar a ligação da água e da luz através do ministério público e nunca tivemos sucesso para isso", comenta Ângela. A dificuldade de acesso aos serviços básicos é recorrentemente citada pelos ocupantes como fator de precarização. Todas as ocupações, caso bem-sucedidas e consigam permanecer no imóvel, passam por um período inicial de privações onde são negados o acesso à luz e à água. E como a longo prazo é impossível morar sem luz e sem água, as famílias se veem forçadas a obter esses "bens" de forma clandestina e ilegal.

Dessa maneira, processos e agentes ligados a própria agência estatal muitas vezes agem no sentido de manter as condições de precariedade e "ilegalidade" nas ocupações, o que reforça, de forma cíclica, o apelo por despejo. A degradação das condições mínimas de sobrevivência reforça a perspectiva de que as ocupações seriam formas de moradia insuficientes, pouco desenvolvidas, e assim também o argumento de abandono e precariedade do local.

Apesar da intensa mobilização e organização das ocupações são constantemente desqualificadas em discursos que acabam endossando justificativas e necessidades de despejo. Em uma publicação de 2015 sobre a política habitacional, a Prefeitura fala sobre as remoções das ocupações:

> Buscando sempre o diálogo e o entendimento, foram promovidas ações de reassentamento que geraram resistência inicial. Alguns casos foram amplamente noticiados, como a negociação com os moradores de um imóvel abandonado de Docas, na Avenida Francisco Bicalho. Em desuso há muitos anos, o local foi *improvisado* como moradia, com divisórias de madeira, onde se estabeleceu o chamado Quilombo das Guerreiras (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2015, p. 84 grifo meu).

A construção com tábuas de madeira, aqui simbolizando que a ocupação não era uma moradia propriamente dita, mas um assentamento "improvisado como moradia", foi na verdade uma tática para viabilizar a habitabilidade do prédio pelas famílias. Moradores relatam que a Cia. Docas impôs à ocupação a proibição de construção com tijolos, fazendo com que os moradores buscassem outros meios de subdividir os cômodos.

Muitos são os empecilhos colocados para o estabelecimento da ocupação, ao mesmo tempo que a precariedade da estrutura serve de argumento para uma remoção. Desqualificando as ocupações como precárias ou insalubres, endossa-se a necessidade de despejo devido às "condições de habitabilidade" do imóvel, em nome de salvaguardar a própria moradia, e em prol do desenvolvimento urbano da área central.

Em diversos discursos as ocupações são referidas como “assentamentos informais precários”, insalubres, “improvisados”, como se não fossem moradias “de verdade”, representadas sempre pela falta, pela insuficiência, pelo subdesenvolvimento e ressaltando a precariedade. Tal perspectiva reproduz uma visão recorrente que aproxima populações pobres de um certo conceito de “estado de natureza”, como estivessem no limite da sobrevivência, lutando contra forças que se sobrepõem a eles por condições mínimas de subsistência. Assim, através de medidas aparentemente técnicas, estabelecem-se práticas divisoras que instituem e regulam as formas de se viver e habitar no espaço urbano.

Como visto, no entanto, não são as ocupações que são necessariamente precárias, mas existe um movimento conjugado de minar suas condições de subsistência que configura como mais uma estratégia de remoção destes grupos. O que pude perceber, portanto, é que ocorre um *processo* de despejo, muito mais que um fato isolado num dado momento do tempo, em que desestabilizações de distintas ordens são infligidas às ocupações, fazendo com que sejam percebidas, portanto, como estratégias contra o movimento sem-teto:

> A questão deles é marginalizar nossas ações, deixam a gente sem água, deixam a gente sem luz, mesmo que a gente queira pagar uma taxa simbólica, eles deixam a gente sem nada, numa concentração ali… pra quê? Pra gente desistir né (MORAIS, A. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015).

O contexto de precariedade, mantido pelo próprio “Estado”, através de suas políticas, órgãos e agentes, e pelo empresariado que atua nas reformas do Porto, reforça a marginalidade dos grupos e atrai a ocupação para um regime de ilegalidade. A remoção começa já nesse momento em que as condições de vida pioram e, para alguns moradores, a perspectiva de sair dali para morar no subúrbio passa a ser uma possibilidade melhor e mais segura para suas famílias.

Gutterres (2016) nota que métodos de coação utilizados para aterrorizar moradores, como rumores, ameaças e a produção objetiva de escombros e ruínas, são usados em um movimento de *esvaziamento* do Porto e funcionam de modo a fundamentar a ideia de “abandono e degradação” que se alega combater. Como apontado por Gutterres (2016, p.183), apoiada no estudo de Veena Das, as “sensações de crise” são elementos fundamentais que interferem na reelaboração das narrativas sobre os sujeitos e acontecimentos, provocando pânico, favorecendo a propagação dos rumores e aumentando a instabilidade, e tem feito parte do modo pelo qual se produz o movimento de *desabitação* no Porto.

Assim, esses elementos foram efetivos no sentido de iniciar um processo de desestabilização que se aprofundaram rapidamente e causaram uma sensação crescente de

impotência. Com o cenário político da cidade, o avanço dos megaeventos e da revitalização, os rumores de que o terreno estava sendo negociado com Donald Trump, as pressões da Prefeitura e a queda drástica da qualidade de vida com as obras, os moradores se sentiam mais impotentes percebendo a impossibilidade de se manterem no prédio, sobretudo, com as remoções das outras ocupações do entorno.

Apesar do cenário, através da mobilização junto com o CMP e a UNMP que dialogaram o projeto de reassentamento com as instâncias de governo, havia o acordo com a CDURP de que o grupo permaneceria no prédio até a conclusão do projeto para serem transferidos para lá. Assim, Roberto conta que nesse contexto os moradores estavam receosos, porém mesmo com todos os desafios e dificuldades ainda se mantinham, "até que o inesperado aconteceu...": "Do nada" um grupo de famílias sem-teto removidas de outro local "foram despejadas de uma forma bastante violenta (…) e de um dia para outro apareceram lá nos fundos da OQG, que era uma parte que a gente não utilizava".

> (...) a gente entende que as pessoas precisam de moradia, mas (...) nós tínhamos toda uma organização criada pelo próprio coletivo. (...) E isso começou a causar certos impactos dentro da ocupação, a princípio eles estavam no fundo da OQG, e depois disso começaram a querer entrar, como de fato entraram dentro do prédio em si onde nós vivíamos e começaram a ocupar espaços, espaços, espaços e espaços, trazendo um outro tipo de proposta pra dentro do nosso coletivo, coisa que jamais nós aceitaríamos. E a partir disso houve vários tipos de discussões, atritos... aquele momento pra gente foi bastante triste porque a gente tava vendo que de fato a gente ia perder né, a OQG estava se esvaindo depois de tanta luta. (SANTOS, R. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015)

A transferência deste outro grupo sem-teto para o mesmo local da ocupação provocou a derrocada da organização coletiva, tomando espaços e descaracterizando a estrutura organizativa e os princípios éticos de convivência do grupo. O poder do coletivo também foi minado, juntando o isolamento, ataques e expulsão de moradores mobilizadores políticos, ao mesmo tempo que surgia tensões internas de pessoas que estariam colaborando com o outro grupo.

Apesar do conflito por território com o grupo, os ex-moradores da Quilombo responsabilizam a CDURP de ter articulado a situação e ser a real responsável pela degradação que minou a estrutura organizativa da ocupação, o que foi definido por Ângela como uma "estratégia suja da CDURP de colocar trabalhador para brigar com trabalhador por espaço". Para os militantes, portanto, não se trata de uma coincidência de adversidades, mas uma *estratégia* de remoção. Estratégia essa que também foi percebida por Gutterres (2016, p. 193) nas remoções do Morro da Providência ao apontar que o poder público gerava tensões, pânico e desconfianças entre os moradores colocando uns contra os outros.

É importante ressaltar como a centralidade da ação da Prefeitura, através da atuação da CDURP, aparece em todos os relatos dos entrevistados como responsável pela propagação de rumores, desinformações, e diversas outras estratégias de desestabilização que minaram a mobilização do movimento.

> E isso de certa forma articulado com a própria CDURP que traz essas pessoas não-organizadas pra dentro de um local organizado, obviamente já sabendo que ia causar um certo impacto, e de certa forma o que eles fizeram finalizou nesse despejo. Muitas pessoas tiveram que sair às pressas, que foi o meu caso... Como falei anteriormente nós não tínhamos pessoas que coordenavam o grupo, mas tínhamos pessoas que se doavam mais, e de certa forma acredito que eu, Ângela, Cida, éramos algumas dessas pessoas que se doavam mais e acabamos sendo taxados como de tais coordenadores. Eu fui uma das primeiras pessoas que abandonei a ocupação muito em função de ameaças de morte e tal (idem).

Em um mês, de forma surpreendente, uma das ocupações mais organizadas da cidade foi totalmente desestabilizada em suas atividades e seu poder coletivo. Assim, em 2014, com a ocupação já totalmente descaracterizada e diversos moradores expulsos, a Prefeitura despejou dos imóveis tanto o restante do coletivo da Quilombo das Guerreiras quanto as famílias dos galpões. Os moradores se sentem traídos pela CDURP cujo presidente, na época superintendente, teria garantido que a ocupação não seria despejada: "Nós temos um ofício em que o Alberto se compromete que a Quilombo das Guerreiras só sairia do prédio para o local de reassentamento" afirma Ângela.

O processo de remoção foi um trauma profundo para os moradores, não apenas pela queda drástica das condições de vida, mas porque envolveu um verdadeiro processo de terror, ameaças, desestabilizações do coletivo e da organização da ocupação, mas também na vida pessoal em especial desses moradores mais mobilizados, como denuncia Roberto que sofreu ameaças de morte. Ele conta também que antes de deixar a ocupação foi surpreendido uma noite com a notícia de que seu quarto tinha sido invadido e roubado não apenas em objetos e dinheiro, mas também o *pendrive* com sua monografia pronta da faculdade, causando transtornos e danos praticamente irreparáveis.

A invasão do prédio por este outro grupo removido pela Prefeitura, ocasionando a retirada forçada de moradores, ameaças, roubos e enfrentamentos somou-se à toda conjuntura de desestabilização do coletivo. Seja pela perda crescente de poder de gestão do prédio, seja pela desmobilização das atividades e da segurança, a deterioração das condições de habitação, o aumento da insegurança dentro e fora do prédio, aos rumores e desinformações, enfim, todos esses ataques à articulação da ocupação trabalharam de forma concomitante para seu fim.

Assim como Gutterres (2016) percebeu em sua pesquisa sobre as remoções no Morro da Providência, aqui também o *rumor*, o *terror* e a sensação de *crise* se apresentaram como

instrumentos da remoção. Esse processo, no entanto, não é isolado e se desdobra antes e depois do despejo. A precarização e as ameaças, como visto, já haviam levado à expulsão de alguns participantes antes do despejo total.

A remoção foi propiciada através de elementos distintos de precarização e de rebaixamento das condições de vida, ligados tanto a efeitos diretos do Estado e seus agentes quanto a fatores aparentemente externos a ele. Configura-se uma situação em que há uma *produção da precarização* desses grupos sem-teto por diversas frentes e formas, e que embora tenham sido deflagradas por distintos atores, são vistas como estratégias conjugadas no processo de remoção das ocupações urbanas.

Figura 5 : Grafite na OQG, 2015

O caso do despejo da Quilombo das Guerreiras é emblemático no sentido de abordar as diferentes formas como a ordem de precariedade é imposta à ocupação através de técnicas que não necessariamente passam pelo governo do Estado. O método de remoção da OQG envolveu técnicas de precarização e desestabilização operacionalizadas por múltiplos agentes: seu despejo entrecruza interesses do Porto Maravilha para a consolidação da revitalização na região do Porto Olímpico, da gestão municipal de requalificação da região, ao mesmo tempo do mercado internacional representado na figura do empresário Donald Trump, presidente dos EUA, e assim da própria imagem "renovada" que se criou para a Cidade Olímpica.

Os militantes entrevistados enxergam a questão como parte de um processo político mais amplo que visa minar o movimento sem-teto e afastar os pobres do centro da cidade. Roberto coloca:

> (...) sabíamos também que era uma luta bastante grande, nós estávamos brigando com o capital estrangeiro, com a proposta de um suposto Porto Maravilha, que a gente costuma dizer 'Maravilha para quem?'… e essa experiência já não é nova, desde lá da época de Pereira Passos já tinha essa proposta dessa questão da higienização pra tirar os pobres de seus locais de origem e jogarem eles pra outros locais. Porque de fato eles que ajudaram a construir, eles fizeram, eles que trabalharam, mas não podem viver naquele território (idem).

A correlação entre os interesses "públicos" e "privados" no despejo da ocupação, ligando fatores e forças aparentemente externos de precarização e desestabilização, os interesses dos projetos urbanos e das grandes corporações que alegam trazerem o desenvolvimento social e econômico para as áreas "degradadas" do centro, pode ser compreendida do ponto de vista do governo das populações ("governamentalidade") de Michel Foucault.

Esses processos contraditórios, normalmente vistos como uma exceção, falha ou deformação à racionalidade formal do Estado (ou uma imbricação indevida do público e do privado), são tomados como processos que constituem o "Estado" tanto quanto suas representações formais pela lei e discursos oficiais vinculados por seus agentes. Segundo o autor, o Estado como *técnica de poder* opera segundo racionalidades específicas (FOUCAULT, 2006) – deve ser estudado a partir das táticas, tecnologias e dispositivos da governamentalidade e não do ponto de vista de sua racionalidade interna.

Assim como sugere Gutterres (2016), a produção de ruínas, vazios, rumores, desinformações, e até práticas de legalidade duvidosa, por agentes entendidos como ligados à gestão estatal, podem ser vistas como *inscrições* do "Estado" nesses territórios de "margem" (DAS, 2004) vistos como "desordenados". Baseado no pensamento de Das (2004), o "Estado" se manifesta nas "margens" através da ilegibilidade de práticas, não porque sua razão não seja compreensível por leigos, mas porque é ilegível para seus próprios agentes e representantes. Isso ocorre porque, como colocado, o Estado não é uma entidade coesa, mas porque os agentes e autoridades locais refundam constantemente a jurisdição do Estado através da apropriação privada da justiça e da violência (DAS E POOLE, 2004, p.14).

Assim, o poder de *governar*, no sentido proposto por Foucault de ordenar e dispor grupos no espaço urbano, é entendido como um processo que perpassa a estrutura política e burocrática do que se seria o "Estado", mas o abrange, sendo levado a cabo por múltiplos atores, dispositivos, técnicas, saberes, etc. O poder é abordado, portanto, do ponto de vista dos dispositivos que gerenciam a população, fixam identidades, representações e categorias que organizam socialmente os grupos.

Foucault (1999) aponta para o período que se inicia a partir do final do século XIX como um momento de emergência de uma nova *forma de governar* as multiplicidades. Saberes como a medicina, o higienismo, o evolucionismo e a economia haviam lançado as bases para uma tomada do ser humano enquanto espécie e o surgimento do *problema da população*, tomando a vida da população como objeto, visando controlar seus efeitos próprios, suas eventualidades, medir suas taxas, recorrências e estatísticas (FOUCAULT, 1999, p. 289-297). Nascia assim o que chama de *biopolítica,* uma tecnologia de poder que tem como objeto e objetivo a *vida* (FOUCAULT 1999, p.303): gerir a vida, prolongar a vida, protegê-la contra as eventualidades e imprevistos, consolidando, portanto, uma *sociedade de segurança.*

Mitchell (2006) trabalha a perspectiva foucaultiana de governo para compreender como o processo de regulação e controle transborda as fronteiras do Estado. Ele aponta que a própria diferenciação aparente destas fronteiras entre "Estado" e "Mercado", ou público e privado, é ela mesma um mecanismo de poder:

> A aparência de que o Estado e a sociedade ou a economia são coisas separadas é parte do modo pelo qual uma dada ordem financeira e econômica é mantida. Isto é igualmente verdadeiro para a ordem social e política mais ampla. O poder de regular e controlar não é simplesmente uma capacidade armazenada no interior do Estado, de onde se estende para fora na sociedade. A aparente fronteira do Estado não marca o limite dos processos de regulação. É também ele mesmo um produto desses processos (MITCHELL, 2006, p. 175-176).

Foucault (1999, p. 246) afirma que o poder, exercido difusamente por vários atores e saberes na sociedade, se caracteriza por ser "um conjunto de ações sobre ações possíveis; ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável (...)". Entendo, portanto, que os múltiplos processos de desestabilização e precarização direcionados às ocupações, ligados ou não diretamente ao que se entende como "Estado", seriam técnicas de governo, dispositivos de ordenamento urbano e regulação populacional.

As reformas urbanas postas em prática nas cidades francesas a partir do século XVIII, nas quais a reforma Pereira Passos e outras foram inspiradas, são estudadas for Foucault (2008) como a constituição do espaço urbano como *espaço de segurança*. Passava-se da cidade-fortaleza que se fecha contra seus adversários, típico da guerra colonial, para a construção de uma cidade aberta, emergindo preocupações com os tipos de circulações. Segundo o autor, elas visam "desfazer aglomerações desordenadas, abrir espaço para as novas funções econômicas e administrativas, regulamentar as relações com o entorno rural e, enfim, prever o crescimento" (FOUCAULT, 2008, p.23).

Dentro da lógica de regulação dos processos e fluxos populacionais, as reformas de segurança visam o planejamento do meio urbano, o ordenamento de suas circulações, prevenções contra seus riscos, estimativas de produção, etc, e assim cumprem múltiplos objetivos:

> Em primeiro lugar, abrir eixos que atravessam a cidade e ruas largas o bastante para assegurar quatro funções. Primeira, a higiene, o arejamento, eliminar todas aquelas espécies de bolsões em que se acumulavam os miasmas mórbidos nos bairros demasiado apertados, em que as moradias eram demasiado apinhadas. Função de higiene, portanto. Segunda, garantir o comércio no interior da cidade. Terceira, articular essa rede de ruas com estradas externas de modo que as mercadorias de fora pudessem chegar ou ser enviadas, mas isso sem abandonar o controle aduaneiro. E, por fim - o que era um dos problemas importantes do século XVIII -, possibilitar a vigilância, a partir do momento em que a supressão das muralhas, tornada desnecessária pelo desenvolvimento econômico, fazia que não fosse mais possível fechar a cidade de noite ou vigiar com rigor as idas e vindas durante o dia; por conseguinte, a insegurança das cidades tinha aumentado devido ao afluxo de todas as populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assaltantes, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...]. Em outras palavras, tratava-se de **organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, maximizar a boa circulação diminuindo a má** (FOUCAULT, 2008, p.24, grifo meu).

Pensando a partir dessa perspectiva da sociedade de segurança, corroboro a visão de Guimarães (2014; 2016) e Gutterres (2016) de que a reforma urbana de revitalização promoveu uma reorganização da distribuição de circulações de bens, pessoas, práticas e dos fluxos populacionais neste espaço através da incitação e favorecimento de determinados usos do Porto em detrimento de outros.

Dessa maneira, dentro dessa empreitada que estabelece divisões entre o que deve ser removido e o que deve ser preservado aliam-se, como evidenciado por Guimarães (2014; 2016), processos de militarização, remoção e construção de habitações sociais visando conter os "maus usos" e elementos "perigosos", ao mesmo tempo em que se favorece, de forma oposta e complementar, a construção de condomínios, museus e praças.

> Como ocorrido em outras áreas centrais e portuárias do mundo transformadas em "sítios históricos" ou "patrimônios culturais", essas intervenções operaram a classificação desses bairros cariocas como portadores de um estilo de vida "autêntico", "alternativo" e "boêmio". Assim, no curto período de uma década, eles receberam jovens famílias de classe média, artistas plásticos, ONGs, associações recreativas e culturais. No entanto, como obscuros efeitos sociais, essas intervenções também produziram a alteração do perfil habitacional popular e a especulação imobiliária. E serviram de base retórica para a intensificação dos mecanismos de controle e disciplinamento de alguns espaços e habitantes tidos como "perigosos" ou "marginalizados", com a implantação em suas "favelas" de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e a remoção de habitações "irregulares" ou "em risco" (GUIMARÃES, 2014, p.3)

Nesse sentido, a regulação das circulações populacionais na reforma do Porto do Rio se deu, como visto, por múltiplas práticas de criação de condições e estímulos para a construção de áreas comerciais e de lazer específicas, visando a atração da classe média e alta para habitar, frequentar e consumir. Enquanto que ao mesmo tempo podemos acompanhar uma série de processos que incidiram contra a população das ocupações, invasões e favelas da região de modo a multiplicar as dificuldades, os obstáculos e empecilhos para se manterem no local, atentando contra suas condições de vida ou até mesmo contra suas vidas diretamente.

No caso da Quilombo das Guerreiras podemos ver que todos esses processos de precarização não só iam minando a vida cotidiana e o funcionamento do coletivo, privando os ocupantes de meios básicos de sobrevivência, como o aumento da insegurança ao redor da ocupação somada à desestabilização da segurança interna possibilitaram expor o grupo a riscos, levando à invasão, roubos e ameaças de morte.

A questão é elaborada por Ângela como a valorização de vidas específicas, da classe média e alta, em detrimento de outras, configurando um movimento de expulsão dos trabalhadores pobres, e assim da população negra, do centro da cidade:

> Essa questão de revitalizar, que significa dar vida, mas não é uma vida qualquer, é uma vida específica. As instâncias de governo, a Prefeitura, o governo do Estado, o governo federal, eles querem uma vida específica. O trabalhador, a população mais pobre, a população negra, sempre foi expulsa das áreas centrais e continua sendo expulsa. Então quando fala de 'dar vida', se você olha ao entorno, as pessoas não moram aqui (MORAIS, A. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015).

"Vida, o centro tinha", diz Ângela, com as ocupações que "de fato revitalizavam a região portuária", dando utilidade aos imóveis mantidos inativos durante todos esses anos pela especulação imobiliária. Essa vida, no entanto, foi retirada pela operação de revitalização e a dimensão que isso têm para os envolvidos não pode ser compreendida em estatísticas. Essa produção de vazios, e no limite da morte, significa para os removidos a ruptura com vínculos, trajetórias, projetos, sonhos, e toda uma infinidade de relações que transbordavam de vida a OQG.

Os moradores relatam que foram impedidos de retirar seus pertences pessoais remanescentes no prédio e atribuem ao ocorrido um peso na fatalidade que acometeu seu companheiro Ivan que não pode pegar sua medicação. O despejo não só representou um grande trauma devido a seu processo conturbado e violento, como acarretou prejuízos incomensuráveis, e de diversas ordens: materiais, afetivos, pessoais e coletivos.

> […] Para que nossos filhos não precisassem sair da escola e que cada um de nós não precisasse abandonar o trabalho, vamos ter que inteirar o aluguel nos próximos meses, pois R$ 400,00 não paga aluguel em nenhum lugar no centro do Rio. Quanto às

> negociações que duraram meses, as quais o prefeito menciona na entrevista, ocorreram de fato porque a própria CDURP se intitulou responsável em resolver nosso "problema". Este, foi ocasionado pela própria Companhia quando removeu comunidades de outros locais e despejou cerca de 70 famílias como lixo humano na parte de trás do imóvel da Av Francisco Bicalho 49, onde residíamos. A sequência deste fato, como se pode deduzir, é que pouco a pouco foram chegando pessoas negociando espaços e alguns moradores da Quilombo das Guerreiras foram ameaçados diretamente por um pequeno grupo de pessoas que só queriam ter lucro, mesmo com o desespero e a miséria das pessoas vivendo sua real necessidade de moradia. Tal situação "legitimou" o despejo na Av Francisco Bicalho 49, gerado por esta nova e cruel estratégia do Governo. Alguns moradores, neste processo, perderam por completo suas coisas. Entretanto, como já mencionamos aqui, para determinadas coisas não existe indenização. Em meio a isto tudo, perdemos um companheiro valoroso (Ivan Vasconcelos) que teve suas coisas presas no prédio por uma semana, dentre elas sua medicação controlada e seu gato de estimação e, ao conseguir, depois de tudo, permissão para entrar no prédio, foi simplesmente para constatar que NADA mais existia. (Coletivo Quilombo das Guerreiras, Carta aberta, abril de 2014)

Quando ouvimos que "se a Quilombo acabar, acaba uma parte da minha vida", está se falando de algo muito maior que um teto. O processo de remoção provoca uma ruptura profunda nos laços comunitários, na trajetória pessoal e na própria percepção identitária de si atrelada à vida compartilhada na ocupação. Gutterres (2016) coloca que essas afirmações de pessoas atingidas que "reivindicam a permanência justificando que não podiam sair pois 'a minha vida está aqui' denuncia a retórica do 'vazio urbano' e a episteme da revitalização, que é executada por procedimentos ilegais de remoção de moradias produzidos através de meios formais" (GUTTERRES, 2016, p. 186).

Foucault (1999) questiona: como pode uma tecnologia que visa estender e proteger a vida, atentar contra a mesma? O autor coloca que nesse período de emergência dessa nova técnica de poder e do problema da população, passa-se então a uma nova forma de fazer guerra onde esta é vista como "a política por outros meios". A partir de então, para proteger a vida da população não se deflagra guerra apenas contra ameaças externas, mas há o ímpeto de protege-la contra seus próprios perigos internos.

Assim, paradoxalmente, para melhorar a vida, aprimorá-la, atingir um nível ótimo de suas taxas, essa técnica de governo que visa *"fazer viver"* é capaz de atentar contra parcelas de sua própria população em sacrifício do todo. O *biopoder* pode *"deixar morrer",* expor à morte, multiplicar os riscos de morte para partes da população ou relega-las à mortes sociais, excluir de determinada ordem, dificultar sua extensão, sua proliferação, enfim, tirar a vida (FOUCAULT, 1999, p. 304-309).

Diria, então, que a reforma de revitalização promove uma ressignificação da própria vida nesse território ao retirar esses grupos pobres do Porto, multiplicando os riscos de morte e obstáculos para eles. Para usar uma expressão de Giorgio Agamben, diminui-se tanto o valor da vida que se pode "matar sem cometer homicídio" pois o próprio limite entre vida e morte é

politicamente estipulado. Funciona de modo que se possa atentar contra a vida de determinados grupos, pois são colocados do outro lado de seu limiar, vistos como "vazio", "deserto humano", como se fossem considerados de antemão desprovidos de vida, e permitindo que sejam alvos de processos que vulnerabilização, precarização e morte.

Pode-se pensar também do ponto de vista de Gutterres (2016), baseada no pensamento de Judith Butler, de que a revitalização cria zonas de vulnerabilidade para determinados grupos. Assim, abre-se a condição para que as ocupações e seus membros estejam passíveis de serem precarizados, sofrerem atentados contra suas condições de vida e contra sua própria vida, e que dentro de um projeto que melhoramento da infraestrutura urbana, eles convivam com escombros e sejam expulsos.

Ainda seguindo a perspectiva foucaultiana, e tendo o governo das multiplicidades como um processo amplo, as identidades de o que deve ser removido e o que se preserva são fixadas dentro da lógica de administração das diferenças, cuja finalidade é o equilíbrio das taxas da população. A moradia opera um papel central na lógica do controle da vida da população em que o *biopoder* instiga determinadas formas de *como* viver.

Todos esses mecanismos de poder somados, práticas disciplinares, fixações de identidades, regulações de taxas populacionais, etc, têm como efeito o controle não apenas geral da população, e de como habitar, mas controla-la também dentro de suas casas e, mais a fundo, no âmago de quem são ao exigir que se negocie com essas identidades fixas.

No cerne da questão habitacional se engendram processos sociais profundos que dizem respeito a essa gestão de pessoas e grupos no espaço urbano, a regulação da família e, por trás disso, o funcionamento útil dos corpos e comportamentos. Segundo o Foucault, a cidade em si articula mecanismos disciplinares do corpo com mecanismos regulamentadores da população:

> [A cidade] articula mecanismos disciplinares de controle sobre o corpo, sobre os corpos, por sua quadrícula, pelo recorte mesmo da cidade, pela localização das famílias (cada uma numa casa) e dos indivíduos (cada um num cômodo). Recorte, pôr indivíduos em visibilidade, normalização dos comportamentos, espécie de controle policial espontâneo que se exerce assim pela própria disposição espacial da cidade. (...) E depois você tem toda uma série de mecanismos que são, ao contrário, mecanismos regulamentadores, que incidem sobre a população enquanto tal e que permitem, que induzem comportamentos de poupança, por exemplo, que são vinculados ao habitat, à locação do habitat, e eventualmente, à sua compra; sistemas de seguro-saúde ou seguro-velhice; regras de higiene que garantem a longevidade da população; pressões que a própria organização da cidade exerce sobre a sexualidade, portanto, sobre a procriação; as pressões que se exercem sobre a higiene das famílias; os cuidados dispensados às crianças; a escolaridade, etc (FOUCAULT, 1999, p. 299-300).

A reforma de prédios para parâmetros de "habitabilidade", a remoção de casas "irregulares" e "insalubres" para criação de habitações sociais que seguem padrões urbanísticos,

habitacionais e arquitetônicos faz da urbanização não simplesmente uma operação que visa combater as moradias irregulares ou ilegais, mas que visa gerir as taxas populacionais e o ordenamento dos corpos no espaço urbano.

As ocupações, enquanto moradias coletivas, autoconstruídas, "embaralham" estas categorias e não se enquadram nesta métrica. Relações que se restringiriam ao núcleo familiar tradicional são estendidas e compartilhadas entre um amplo coletivo, que engloba desde a organização e gestão do espaço, limpeza, construção, decisões sobre a moradia sendo discutidas em grupo, alimentação coletiva, até mesmo o cuidado com as crianças. Enquanto muitas mães têm de trabalhar, as crianças da ocupação são criadas juntas, brincando, cuidando umas das outras e tendo na organização coletiva diferenciada da ocupação um ponto de referência em sua criação e educação, pois a ocupação provê não só biblioteca e sala de brinquedos, mas atividades socioeducativas e reforço escolar todos os dias realizados pelos colaboradores.

Sendo assim, não apenas sua própria estrutura enquanto moradia foge de uma organização pautada sob a lógica do poder disciplinar, mas sua proposta política das relações cotidianas vai de encontro, se opondo diretamente, a formas de habitar e viver normativas. Ocupar, portanto, não é apenas um ato de sobrevivência ou o simples arrombar de uma porta, é também transpassar fronteiras sociais, políticas, identitárias.

Entendo que essa mobilização não se dá apenas em espaços normativos como próprios da política, como manifestações e movimentos sociais organizados, mas sobretudo na política do cotidiano por tecer novas formas sociais em esferas a princípio individuais, como o lar e as relações interpessoais, ou mesmo nas práticas de construção coletiva dos meios de vida (organização da alimentação, do espaço, prover água, etc).

Espaço de "desordem", espaço de contraordens ou de *outras* ordens, a luta cotidiana nas ocupações para recriar e reapropriar um certo controle sobre a gestão da vida, e também sobre o sentido de sua identidade, não é marcado pela escassez, pela "falta de vida", ao contrário, abre diversas possibilidades e devires, individual e coletivamente. Assim, a ocupação sem-teto como prática política abre perspectivas de disputas pelo ordenamento da cidade, inscrevendo novas e outras ordens (*heterotopias,* espaços *outros*) no espaço urbano.

3 A LUTA POR MORADIA NAS MARGENS ENTRE O LEGAL E O ILEGAL

3.1 Ocupações, invasões e habitações sociais

Recentemente, com a Instrução Normativa nº33 do Ministério das Cidades (2014), o governo federal passou a exigir que o planejamento de habitação para os imóveis adquiridos via FGTS seja prioritário da população pobre da região. Assim, foi regulamentado o Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha (PHIS-Porto) que, segundo a Prefeitura, permitirá a permanência dos atuais moradores da região, através da promessa de construção de mais de 1.000 unidades habitacionais. O PHIS-Porto deveria ser o responsável por delimitar Áreas de Especial Interesse Social (AEIS), previstas desde 2001 como diretriz nacional no Estatuto das Cidades, porém estas não foram implementadas.

Figura 13: Modelo Habitação de Interesse Social

A Prefeitura propõe um modelo[21] (figura 13) de habitação social que comportaria padrões modernos e adequados de habitabilidade, e que consiste em edificações de até 200 unidades habitacionais com áreas comuns e o uso misto com empreendimentos comerciais. O modelo busca incentivar também que o setor privado invista nesse tipo de empreendimento e segue a lógica das demais políticas em que a Prefeitura daria exemplos pontuais de sua aplicação, provando que seria possível "resgatar" essa área degradada e cheia de moradias precárias, e assim estimular o investimento privado como ator principal.

A produção habitacional por parte da administração pública, que seria a única realmente acessível para as classes de baixa e baixíssima renda que representam 80% da população atual

21 Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4379079/4108731/HabitacaoSocial.pdf

do Porto[22] e que não tem condições de competir no mercado imobiliário formal, fica restrita aos programas de reforma de cortiços já existentes e à política federal Minha Casa Minha Vida, pois o PHIS não indica quais recursos pretende adquirir para construir residências, lacuna que já vinha sendo apontada por analistas[23].

Apesar do PMCMV do Governo Federal ser basicamente o único instrumento de construção habitacional para essa população de baixa renda que é maioria no Porto, 80% de suas iniciativas não estão localizadas no centro da cidade[24].

> O número de HIS localizadas dentro da operação urbana fica, portanto, abaixo da indicação de 3.000 unidades previstas inicialmente pelo diagnóstico. Nenhuma delas está localizada nos setores de maior potencial construtivo, que continuam reservados aos interesses do mercado. O PHIS Porto corre então o risco de promover justamente o oposto daquilo que deveria incentivar: em vez de garantir a permanência das famílias, de perfil marcadamente popular, que hoje vivem na região, atraindo também mais pessoas das camadas de baixa renda para compor os 70 mil novos residentes do Porto Maravilha, o Plano as dispersará por toda a região central. Enquanto isso, já se observa a construção de torres comerciais e residenciais de alto padrão, como também o aumento dos alugueis nos bairros, o que pode ainda ser agravado pela conversão, por meio de operações de compra e venda, de habitações populares em habitações destinadas às classes médias e altas. (CARVALHO et all. 2015)[25]

A partir de 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (lei federal 11.977) passa a ser o principal meio pelo qual se administra a política habitacional em todo país. Regulamentando também a Regularização Fundiária de Interesse Social dos chamados "assentamentos irregulares", o programa fomenta a aquisição da casa própria através do financiamento (via Caixa Econômica Federal) assistido para diferentes classes sociais.

22 Segundo o *Diagnóstico*, 80% da população local se encontrava na faixa de 0 a 3 salários-mínimos.

23 GALIZA. *Porto Maravilha e a política de reabilitação de áreas centrais*. 2015.

24 Segundo dados da Prefeitura (2015), 80% das famílias removidas foram destinadas para casas MCMV na Zona Oeste e Norte. Disponível em: https://www.entendahabitacaonorio.com.br

25 *O Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha*: avanços e controvérsias a superar. Boletim do Observatório das Metrópoles, 30/07/2015

Figura 14: “Minha Casa Minha Briga” stencil na OQG. Acervo apoiadores

Apesar de conceder maior crédito nos casos da população da chamada “faixa 1” (0 a 3 salários-mínimos), cujo financiamento corresponde a 10% da renda familiar durante 10 anos, o programa ainda é fortemente calcado no direito à propriedade privada e para muitos ainda não é uma alternativa viável. A obrigatoriedade de inserção na ordem do mercado “legal” implica uma série de endividamentos, não apenas com o próprio financiamento da moradia MCMV, também com tributos, impostos e contas do custo dessa nova moradia que oneram ainda mais sua renda familiar.

Os imóveis desapropriados de famílias pobres por serem “domicílios improvisados”, sem “condição de moradia”, muitos inclusive públicos, são hoje o único estoque de imóveis disponíveis para habitação social e obras MCMV. É o caso da Ocupação Machado de Assis, cujo imóvel desapropriado em 2011 é um dos únicos projetos municipais de habitação social no Porto, intitulado projeto de habitação Colombo/Unilever (proprietários do imóvel abandonado). Apesar do elaborado planejamento arquitetônico, seguindo padrões urbanísticos no modelo de habitação social, com áreas de circulação, áreas comuns e verdes[26], o projeto não saiu do papel até o presente momento.

Enquanto a maioria dos projetos de HIS e MCMV localizados no Centro da cidade continuam sendo promessas não concretizadas, para não serem obrigadas a se deslocarem para a Zona Oeste, muitas famílias se veem pressionadas a aceitarem a indenização ou o aluguel social temporário, e continuarem buscando moradia perto da área central. Esse é um destino comum da maioria dos participantes dessas ocupações despejadas dos quais pude ter notícia.

Os únicos projetos realmente existentes, apresentados pela Prefeitura como iniciativas integrantes do Plano de Habitação de Interesse Social no Porto (PHIS-Porto), são as três iniciativas do movimento social, anteriores ao PHIS, classificadas como “empreendimentos de

26 Ver: ITDP (2015). Disponível em: http://itdpbrasil.org.br/relatorio-mcmvportomaravilha/

autogestão": o Projeto Quilombo da Gamboa, a Ocupação Mariana Criola e a Ocupação Chiquinha Gonzaga, e que se mantém praticamente sem qualquer apoio do governo. A CDURP[27] conta com as famílias alocadas nessas ocupações para apresentar que foram realizadas mais de 200 unidades habitacionais sociais na zona portuária.

O projeto *Quilombo da Gamboa* foi negociado ainda em 2009, cuja promessa era a construção de um prédio de *habitação social* para o coletivo da OQG e grupos removidos de mais cinco comunidades, como famílias de renda familiar mínima, despejadas da Ocupação Guerreiros Urbanos e da Rocinha. O projeto deverá ser construído de acordo com as especificações urbanísticas do HIS no formato de pequenos prédios de 200 unidades habitacionais, cumprindo com o padrão e com o planejamento para o bairro no Porto Maravilha.

Na porta do Quilombo da Gamboa passa a nova Av. Binária do Porto. Nesta há demarcação para uma ciclovia, e das estações de VLT Santo Cristo, Cidade do Samba e Gamboa. Espremida entre os arranha-céus modernos e corporativos que "crescem" rapidamente nos bairros da Gamboa e Santo Cristo (ver figura 15), e entre escombros intermináveis de obras, a iniciativa ficou literalmente no meio do projeto Porto Maravilha.

Figura 6: Morro da Gamboa refletido nos espelhos de um prédio novo, 2015

O sistema de transporte VLT, que passa em sua porta, liga esses prédios corporativos do Porto Olímpico e Santo Cristo e as áreas culturais e históricas, onde também começa o

27 PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Explicando a política de habitação da Prefeitura do Rio*, 2015. Disponível em: https://www.entendahabitacaonorio.com.br

chamado *Parque Linear* que conecta o bairro da Saúde até a Praça Mauá (ver figura 16). Essa é a nova imagem do Porto que se quer mostrar: um bairro moderno com os arranha-céus e novos museus, e que ao mesmo tempo conserva sua "originalidade" com imóveis antigos e sítios arqueológicos.

Figura 7: Mapa Remoções / Núcleo (2015)

Enquanto o caso do despejo da OQG faz parte do movimento de remoção das ocupações urbanas que integra um processo que retirou de mais de 70.000[28] pessoas de áreas de intervenção e desenvolvimento ligados ao planejamento estratégico da cidade do Rio, a promessa de um prédio de habitação social no centro do Porto Maravilha para este grupo é transformada em *símbolo* da política habitacional social do governo municipal. Mais do que um exemplo qualquer, portanto, cumpre uma função específica e uma posição estratégica no projeto de revitalização.

A política de habitação social, portanto, é parte integrante da revitalização funcionando como engrenagem dentro do processo de esvaziamento das habitações populares do centro para conter o que se consideraram seus "maus usos". Dessa forma, dispositivos legais como o PHIS do Porto são utilizados para justificar os despejos e, sob o pretexto de regularizar os grupos alvo, desloca-os não significando uma maior estabilidade, mas uma maior precarização da moradia.

[28] Levantamento do Comitê Popular da Copa. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2015.

> Instrumentalizada com o objetivo de auxiliar no processo de "revitalização" da área central carioca, a produção de habitações de interesse social promovida pelo poder público municipal tem corroborado com o fenômeno de segregação socioespacial, através da realocação de famílias para imóveis do programa MCMV erguidos nas franjas periféricas da cidade. O mesmo processo também tem corroborado com a precarização das condições de habitabilidade dos moradores desalojados – que impossibilitados de acessar o mercado formal de aluguéis, passam por um processo de realojamento nos cortiços já sobrepopulados da zona central (MONTEIRO, 2015, p. 451).

Percebe-se que a regularização tem sido utilizada como instrumento de remoção, ao invés de se tornar um vetor de democratização do acesso ao terreno urbano, como se propõe, concedendo o uso de moradia para imóveis ocupados que estavam ociosos. Se por um lado, para os grupos sem-teto, é importante o reconhecimento dentro das categorias governamentais porque asseguraria, ao menos temporariamente, a permanência na moradia, por outro, o processo de regularização implica em uma série de práticas de controle, mapeamento, classificação de administração dessas populações.

É importante assinalar que o processo de regularização destes grupos divulgados como parte do PHIS no Porto Maravilha parece não avançar e encontra diversos obstáculos. A Ocupação Chiquinha Gonzaga existe desde 2004 e, assim como a Mariana Criola, viveu muitos anos de mobilização estruturada pelo movimento sem-teto. Ambas pleitearam a reforma de seus prédios para moradia via FNHIS (Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social), porém enfrentam uma enorme dificuldade para ter acesso ao financiamento para a realização da obra.

A Chiquinha Gonzaga e a Manoel Congo (localizada na Cinelândia) foram praticamente as únicas ocupações do Centro da cidade que avançaram no procedimento de regularização, conseguindo a *concessão de direito real de uso resolúvel* (CDRU, revogável pelo Estado) e o direito a uma reforma do prédio. Apesar disso, a Chiquinha Gonzaga aguarda, desde 2008, o financiamento do FNHIS, aprovado em edital do Ministério das Cidades, para reformar o prédio. Esses "benefícios", no entanto, podem ser retirados a qualquer momento caso se considere que a ocupação descumpriu algum dos pré-requisitos, como a prática de atividades ilegais.

A Chiquinha fez 10 anos em 2014 e a obra do prédio financiada pelo FNHIS nunca começou até a presente data. Os próprios órgãos públicos não facilitam o acesso ao financiamento da reforma, reforçando a situação de precariedade do prédio e aumentando os fatores que põem a ocupação novamente em risco de despejo, e assim tornando-o vulnerável a invasões. A estabilidade parece não se concretizar, mantendo os moradores das ocupações em uma constante apreensão, onde um processo rápido de desestabilização, assim como na OQG, poderia levar ao desalojo violento, acionado quando menos se espera.

O processo de precarização, como estratégia de desestabilização (pessoal e coletiva) praticado na remoção de Quilombo das Guerreiras, parece ser geral e afetar todas as ocupações do centro do Rio. As intermináveis obras na região da Central provocam o mesmo efeito que nos demais pontos de revitalização, gerando escombros e degradando as condições de vida do entorno repleto de moradias populares. Enquanto a precarização, as práticas de ameaça, a difusão de pânico e a desinformação são utilizadas como mecanismo de controle e remoção das ocupações sem-teto, as instâncias de governo, agentes financeiros e grupos em disputa por território acionam pretextos e empecilhos para dificultar a concretização das habitações sociais regularizadas.

Desde o despejo da Quilombo das Guerreiras, o projeto de moradia em andamento Quilombo da Gamboa reúne a expectativa de viabilizarem uma moradia no centro da cidade para o grupo, e que permitiria manter a vida coletiva. A Prefeitura ofereceu às famílias despejadas casas MCMV na Zona Oeste, pagamento de indenização, ou o recebimento de aluguel social temporário enquanto o prédio de reassentamento MCMV, na Gamboa, não estivesse pronto. O coletivo buscou reuniões com órgãos da administração estatal, promoveu protestos e atos em instâncias gestoras exigindo uma solução imediata de moradia coletiva, além do pronto início das obras do projeto.

Essa experiência é recontada nos discursos oficiais de forma a invisibilizar todo processo de trauma que vivenciaram, eximindo a administração pública de responsabilidade e exaltando a política habitacional municipal. No documento *Entendendo a Política de Habitação*, o caso é narrado pela Prefeitura do Rio (2015) como uma "invasão" de um grupo desconhecido e recontado de forma a enfatizar a suposta assistência que o órgão teria provido, destacando o projeto Quilombo da Gamboa como uma grande promessa de habitação social.

> Antes mesmo que o Quilombo das Guerreiras pudesse ser reassentado, o prédio foi invadido por um segundo grupo, chamado Bairro 13. No início eram 20 famílias, mas o grupo chegou a reunir 1.300 famílias. As famílias do Quilombo das Guerreiras estão recebendo aluguel social até que o empreendimento do MCMV Entidades fique pronto. (...) A ocupação era formada por 55 famílias que mantinham ligações com a Central de Movimentos Populares (CMP) e a União Nacional de Luta pela Moradia Popular. Por meio desses movimentos, conseguiram aprovar projeto de moradia popular no Ministério das Cidades pelo programa "Minha Casa, Minha Vida Entidades", que inclui recursos e terrenos na Rua da Gamboa. O Ministério das Cidades comprou dois terrenos na região para implantação desse projeto. Em 2010, a Prefeitura investiu R$ 500 mil - recursos do Porto Maravilha – para desapropriar outros dois terrenos vizinhos, na mesma rua. Juntos, estes quatro terrenos formariam área necessária à construção de um conjunto com 117 unidades habitacionais para as famílias do projeto Quilombo da Gamboa (Quilombo das Guerreiras e outras ocupações da área portuária), a ser erguido pelo governo federal. (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2015).

O coletivo enfrentou e desmentiu, constantemente, os discursos dos agentes do poder público por se figurar como uma violência contra sua história e sua memória, em uma disputa pelo estatuto da verdade não só quanto à história de sua trajetória, mas que diz respeito também a sua identidade coletiva e individual. A história de luta e de despejos forçados desse coletivo é recontada como um exemplo de sucesso dos projetos de revitalização do Porto e das alternativas oferecidas pelo governo à população removida.

Em abril de 2014 o prefeito Eduardo Paes declarou em entrevista ao *Jornal Globo* o sucesso das negociações para retirar a Quilombo e afirmou ter entregue casas ao coletivo. Na ocasião, dezenas de famílias foram violentamente removidas de um prédio abandonado na zona norte do Rio, pertencente à empresa Oi/Telerj. Como os ocupantes alegaram terem sido removidos ou viverem precariamente em favelas da cidade, o prefeito afirmou que seria uma "ação organizada", e não de pessoas "carentes de verdade", e comparou com o caso da Quilombo das Guerreiras.

> Tivemos outras tentativas de invasão no Alemão e na Cidade de Deus. A gente viveu isso agora na Região Portuária, no Quilombo das Guerreiras. A gente tinha negociado há seis meses, o pessoal que estava lá saiu e ganhou casas novas, mas foi um tal de família invadindo. Quando nós demos o aluguel social, ninguém apareceu porque todo mundo tinha renda maior. [...] Para mim, aquilo é uma ação organizada. Não estou dizendo que não tenham pessoas carentes, mas a prefeitura dispõe de canais adequados para a oferta de moradias. A gente não vai ficar passando a mão na cabeça de quem ficar invadindo área da posse (Paes, E. em entrevista concedida ao jornal Extra 05/04/2014)[29]

Em resposta, além da realização de protestos, o coletivo lançou a carta aberta em que desmente a declaração do prefeito de terem recebido casas, e denuncia a CDURP por ser responsável pelo problema habitacional. Na carta, o coletivo enfatiza a insatisfação com a ação da Prefeitura, que é apontada como a principal responsável por causar o despejo, o descontentamento com a alternativa oferecida de aluguel social e as diversas formas de violência e descaso que foram submetidos. Vemos, portanto, que a relação entre os poderes administrativos e os grupos das ocupações sem-teto é permeada de conflitos e negociações complexas.

Afirmações como a do Prefeito Eduardo Paes, que opõe o que entende serem grupos sem-teto "carentes de verdade" e "ações organizadas", são interessantes para pensar as categorias com que as famílias do movimento de ocupação têm de lidar. A colocação dá a entender que famílias "carentes de verdade" não podem promover ações organizadas porque

[29] Disponível em: http://extra.globo.com/noticias/rio/pessoas-que-invadiram-terreno-da-oi-esperam-agora-os-programas-sociais-12101911.html#ixzz2yGUP0kIT

isso desqualificaria sua condição de vítima. Da mesma forma, desqualifica-se o que seriam "ações organizadas". Quando o prefeito diz que o governo "não vai ficar passando a mão na cabeça" de invasores, alude à categoria socialmente oposta à de vítima, "bandido". Em ambas as situações, não se reconhece o movimento de ocupações como um movimento social pelo direito à moradia, esvaziando-se seu sentido político.

Figura 17: Ato na CDURP

As políticas que permitem a possibilidade de regularização exigem diversos enquadramentos, não meramente técnicos e burocráticos, tais como se encaixar na parcela estatística da população-alvo, mas também morais e disciplinares. As próprias leis exigem posturas que dizem respeito ao modelo ideal de vítima, de sem-teto "carente", como a exigência de permanência "pacífica" no imóvel e uma manutenção de uma taxa útil do terreno.

Adriana Vianna (2011; 2015) analisa, a partir do drama vivido por familiares de vítimas de violência policial durante as negociações com o Estado, as formas como grupos considerados à margem negociam ou lidam com um intrincado sistema de classificações e identificações que busca fixar uma determinada verdade sobre os sujeitos.

> O tempo como trajetória é vertido em narrativas que precisam conviver, negar ou aceitar as categorias de identificação, matizando-as, dando-lhes outros contornos, inscrevendo o singular do tempo de vida de cada um em meio à padronização e rigidez das classificações e suas oposições vitais (trabalhadores ou bandidos, refugiados ou migrantes). A administração (de justiça, de cidadania, de pessoas e de corpos), para conseguir levar a cabo sua tarefa de gestão, tem que se desfazer dessas ambiguidades, contradições, dúvidas e esquecimentos que costumam caracterizar as experiências vitais das pessoas (VIANNA E FACUNDO, 2015, p. 49).

É preciso entender, portanto, o porquê de recontar essa história sobre o processo de despejo e mostrar a sua importância para os membros do coletivo, fazendo justiça ao que

acreditam ser a verdade dos fatos. Suas narrativas estão inseridas em disputas por sentido dentro de uma lógica em que os grupos são impelidos a se fixarem em categorias de identificação: trabalhador/bandido, vítima/culpado, legítimo/ilegítimo.

A legitimação de suas narrativas depende de uma série de comprovações morais sobre os sujeitos. O *tempo lento* de "estar à espera" (idem), buscando continuamente dar legitimidade a sua narrativa perante instâncias de governo por meio de comprovações, documentos, registros para o enquadramento nessas categorias de identificação, marca a dissimetria dessa relação que infere na narrativa das pessoas sobre si mesmas. Envolve legitimações de uma imagem coletiva que distancie a causa sem-teto da visão do "criminoso" e transforme esse significado em reivindicação justa perante os olhos de diferentes grupos e atores.

A revitalização, ao estabelecer distinções entre o que deve ser removido e o que deve ser preservado, separando legítimos de ilegítimos, impele os grupos a negociarem com a identidade de vítima, comprovando que são "carentes" e não "invasores", e acionarem estratégias de legitimação para garantir sua permanência. Essa questão fica mais diretamente evidente no processo de negociação do projeto de habitação social. Porém, entre o sem-teto invasor e o sem-teto beneficiário de políticas de segurança social, há um "longo caminho" a ser percorrido.

Três anos depois do despejo, no entanto, muitas famílias do coletivo da Quilombo ainda têm dificuldades para encontrar moradia no valor do aluguel social e permanecem sem indícios do início das obras de construção do prédio de habitação social. Os dois imóveis na Rua da Gamboa comprados via Ministério das Cidades para o estabelecimento do Quilombo da Gamboa abrigam hoje algumas famílias removidas dessas comunidades e que não encontraram moradias no valor do aluguel social. É lá também que realizam as reuniões mensais de organização do projeto, atividades e mutirões do coletivo.

O dia a dia do projeto envolve extenuantes reuniões mensais em que diversos desafios burocráticos são colocados aos participantes para efetivar a regulamentação e o financiamento MCMV. As declarações mensais de renda, documentos e identificações necessárias à comprovação junto à CDURP e órgãos de fomento (no caso, a CEF), são exigências percebidas como um controle rígido dos membros do projeto. Nenhuma família pode faltar mais de três vezes à reunião mensal, e também nenhuma delas pode ultrapassar a renda familiar de 0 a 3 salários-mínimos, prevista nas leis que regulamentam a habitação social, com risco de perda da vaga. Essa comprovação é sistemática e frequente.

Outro desafio além da burocracia nesse longo processo de sair da esfera do ilegal/irregular para o regulamentado, são os entraves financeiros para ter acesso aos

documentos e papeladas exigidas pelo projeto, tais como comprovantes de situação de pobreza, documentos que listem todos os moradores e seus dados, além de medidas e pareceres técnicos do terreno, etc.

Nem completamente legais e regulamentados ainda, mas também não completamente ilegais, a definição de seu estatuto, muito mais que uma passagem de uma categoria à outra, se apresenta como um processo constante no qual o grupo precisa se legitimar. Se aparentemente os participantes do projeto estão recebendo "benefícios sociais", na prática eles têm que organizar constantemente protestos, caminhadas, ocupações de gabinetes de órgãos públicos, etc., e exigir o andamento do projeto como solução imediata às remoções que sofreram.

Nessas experiências dos grupos sem-teto do centro, percebo que categorias aparentemente opostas como regularizados e removidos, "habitação social" e "invasões", "legítimos" e "ilegítimos", "legal" e "ilegal" se aproximam no sentido de que essas fronteiras muitas vezes são frágeis e permeáveis. Acompanhando a trajetória deste grupo sem-teto, removido enquanto Quilombo das Guerreiras, em sua luta por legitimação como habitação social no projeto de moradia Quilombo da Gamboa, pode-se ver a fragilidade deste limiar que diferencia legal de ilegal.

O que separa o projeto Quilombo da Gamboa e outras iniciativas regularizadas, dos milhares de removidos que receberam pouco ou quase nada para perder suas casas com tudo dentro, ou que simplesmente se veem obrigados a parcelar uma casa MCMV na Zona Oeste, é de fato uma linha tênue.

Ser colocado de um lado ou de outro deste limiar é reflexo das relações de poder e disputas políticas acerca do mérito dos demandantes, e não de uma distinção efetiva entre "trabalhadores honestos" e "bandidos invasores", e aqueles que não são "carentes de verdade". Como observei, muitas famílias despejadas de ocupações que não lograram serem legitimadas, participam do projeto de habitação social. Da mesma forma temos o exemplo da Chiquinha Gonzaga, ocupação em processo de regularização, que integra os mesmos círculos de mobilização e apoio dos mesmos movimentos sociais que outras tantas iniciativas despejadas.

Segundo Vera Telles (2010), entre o legal e o ilegal existe uma miríade de posições, negociações, acordos, disputas. E é isso que podemos ver no caso das ocupações urbanas, sua relação com práticas de governo estatais coloca-as em uma situação de fragilidade e vulnerabilidade, pois dificilmente logram conseguir estabilidade e garantias oficiais, mas estão sempre negociando sua permanência nas margens do legal/ilegal. Seguindo o pensamento foucaultiano, Telles (2010) afirma que há uma transitividade na fronteira entre legal/ilegal, seus limites são porosos e não estanques.

> Não se trata de universos paralelos, muito menos de oposição entre o formal e o informal, legal e ilegal. Na verdade, é nas suas dobras que se circunscrevem jogos de poder, relações de força e campos de disputa. São campos de força que se deslocam, se redefinem e se refazem conforme a vigência de formas variadas de controle e também, ou sobretudo, os critérios, os procedimentos e dispositivos de incriminação dessas práticas e atividades, oscilando entre a tolerância, a transgressão consentida e a repressão conforme contextos, microconjunturas políticas e relações de poder que se configuram em cada qual (TELLES, 2010, p.102).

Existem diversos meandros, portanto, entre esses polos da "invasão" à "habitação social". Da classificação enquanto "invasores", permitindo que forças policiais ataquem o grupo e o removam, até a regularização da moradia, passa-se por diversas negociações burocráticas e judiciais, acordos com figuras e órgãos administrativos, pressões políticas e manifestações. Seus limites são, portanto, maleáveis.

A regularização de fato não é um ato jurídico simples e técnico, mas um longo processo de validações. Para iniciar um processo de regularização o ITERJ exige uma associação de moradores legalmente constituída, opera um levantamento das certidões para averiguar o estatuto fundiário do imóvel, realiza uma medição e descrição topográfica minuciosa de todo o terreno com áreas construídas, ambientes coletivos, passagens, ruas e entorno, cadastra nominalmente todos os ocupantes e os classifica segundo situações socioeconômicas e somente então o processo de tramitação da titulação começa e passa para diversos órgãos para ser emitido, ou não.

Desde o primeiro momento da ocupação de um imóvel, o movimento social tenta negociar com a burocracia estatal para evitar o despejo imediato via reintegração de posse. Esta, em geral, é rapidamente atendida por juízes de plantão e efetivada pela ação policial. São batalhas judiciais nas quais o grupo recorre de várias formas, e recursos, para "ganhar tempo", postergando ao máximo a ação de despejo. O tempo conta não apenas para salvaguardar as famílias do despejo e para pensar estratégias e alternativas, mas para conferir legitimidade à ocupação.

Embora a permanência por cinco anos no prédio, prevista em lei como possibilidade de reconhecimento de posse, não impeça a remoção, espera-se que o tempo de permanência e organização da ocupação auxiliem a conferir legitimidade e diminuam os riscos de despejo. A legitimação tem um longo percurso, desde as manifestações, discursos e tentativas de provar judicialmente que são famílias trabalhadoras com o *direito* de estar lá, até a manutenção do imóvel por meio de mutirões de reparação e limpeza, organização dos espaços para moradia, fornecimento de luz e água, prover comida coletiva, retirar os entulhos, etc.

Embora em muitos casos se tente realizar a regularização dos serviços básicos e se dê entrada a um processo jurídico por reconhecimento da legitimidade da moradia, obstáculos

colocados pelas próprias instâncias de governo para efetivar essa regularização impulsionam as ocupações para a ilegalidade. Para esses grupos, o "Estado" aparece mais como um entrave do que um promotor de direitos, onde se consegue a moradia apesar dele e não graças às políticas públicas. Mesmo quando algum acordo com as instâncias de governo é feito, esse diálogo só é possível mediante muitas mobilizações para abrir canais de negociação, como manifestações, ocupações de departamento, exigências coletivas de reuniões com funcionários, etc.

Acompanhar o movimento de moradia significa caminhar por esses trajetos de negociação burocrática, desde atos em secretarias de habitação, ocupações da Caixa Econômica Federal pressionando para obter o financiamento das obras de habitação social, reuniões com a CDURP, cadastramentos, registros, exigências de documentos, comprovantes, até mesmo atos na CEDAE por negar o fornecimento de água, etc.

As ocupações, assim como outras práticas que foram categorizadas de forma genérica como parte da "degradação e marginalidade" que assolaria o Porto, espaços permeados de irregularidades e ilegalidades que o "Estado deveria retomar", não são removidas meramente por sua ilegalidade/informalidade segundo a lei. Como procurei demonstrar, o Estado nunca esteve ausente desses espaços dada a multiplicidade de agentes e órgãos com os quais o movimento sem-teto buscou negociar para garantir a permanência nos imóveis.

A reforma de revitalização promove a reorganização das circulações que é também, nos termos de Telles (2010), uma redistribuição dos *ilegalismos* urbanos, onde se modificam os critérios de tolerância e incriminação de determinadas práticas, aumentando a perseguição e a criminalização não só de ocupações e invasões, mas desses "ilegalismos populares", como o comércio informal de rua, dentre outros.

Foucault (2008) diz que a constituição da sociedade securitária, preocupada, a partir do século XIX, com o equilíbrio e eficiência das taxas populacionais, ocasiona uma "nova economia política dos ilegalismos populares" em que a ilegalidade não significaria uma transgressão das leis, e que estas não têm como objetivo suprimir esses ilegalismos, mas sim organizar as transgressões, hierarquizá-las e diferenciá-las internamente. Quando esses autores tratam da "produção da delinquência", se referem a lógica de trabalhar com taxas e recorrências, onde a contínua "delinquência" permite, também, sustentar o discurso de permanentemente combate-la.

Assim, não se trata de combater e erradicar as irregularidades e ilegalidades, mas de diminuir as taxas desses "maus" usos, regular os fluxos, otimizar seu funcionamento. É nesse sentido que as propostas de "colocar a propriedade sob funcionamento útil" e promover a "habitação social" se aliam ao mesmo movimento de despejo de habitações e produção de

vazios e ruínas. Entende-se, portanto, a reforma urbana Porto Maravilha como um reordenamento dessas fronteiras em que as ocupações urbanas aparecem em suas *dobras*.

Procurei mostrar a fluidez entre legal e ilegal nas negociações destes grupos com esferas de poder, apontando para o fato de que assim como o estatuto de ilegalidade das ocupações não é totalmente dado e definido posto que permeado de acordos legais ou não, a regularização também não é tão definitiva assim. Os diversos obstáculos para se regularizar apontam tanto para a precarização como para a burocracia como instrumentos de poder que mantém estes grupos em uma constante instabilidade, em que a plena garantia e legitimidade dificilmente são alcançados estando sempre expostos à vulnerabilidade e podendo ser removidos.

Assim, a precarização das condições de vida, o encarecimento do bairro com a revitalização, a exposição aos riscos de vida, os empecilhos burocráticos e financeiros, a desinformação, essa "confusão" entre os próprios órgãos administrativos que faz com que os militantes tenham que negociar com várias instâncias, sem caminho simples e direto para uma regularização, enfim, todas essas práticas figuram como mecanismos de poder onde as fronteiras entre esses processos não são claras.

Como apontado por Das (2004), a *ilegibilidade* dessas fronteiras entre legal/ilegal, ou mesmo entre Estado e Mercado, é *em si* um instrumento de governo. Nem legais nem ilegais, os grupos sem-teto são mantidos na margem, em um estado de indeterminação. Como notado por Das (2004) e desenvolvido no trabalho de Gutterres (2016), é justamente através da *indeterminação,* das opacidades e rumores, que permite o Estado operar nas margens. A fronteira legal/ilegal é constantemente reescrita e é o poder de classificar, delimitando constantemente quem fica dentro e quem fica fora da ordem do legal, e sobretudo a *indeterminação* desse estatuto, podendo sempre ser alterado, que concede tamanho efeito de poder sobre essas populações.

A *legitimação* da moradia de um grupo através da regularização coloca uma série de exigências para se enquadrar como merecedor desse reconhecimento e ter acesso a serviços, instigando comportamentos adequados. Não somente isso, como reforça divisões da população em situação de vulnerabilidade habitacional entre grupos legítimos/ilegítimos, autênticos/inautênticos, trabalhador/bandido, habitação social/invasão.

Assim, referenda-se a análise foucaultiana, pois essas políticas urbanas não têm como eficácia apenas reprimir, mas também possuem uma dimensão produtiva, fomentando subdivisões, diferenciações internas e instigando formas de viver adequadas. Segundo o autor, as diferenciações são ao mesmo tempo condições e efeitos das relações de poder. Portanto, analisar as práticas divisoras através das quais se estabelecem essas categorias e identidades é

estudar o poder a partir do sistema de diferenciações que permite agir sobre a conduta das pessoas. Esses julgamentos visam, portanto, administrar grupos, famílias, corpos e subjetividades, instigando a se encaixar em modelos adequados.

Ao afirmar que estes enquadramentos são atribuídos a esses grupos, não significa que subscrevemos a afirmação de que estes são locais periféricos, marcados meramente por uma luta por sobrevivência. A experiência de vida comunitária das ocupações urbanas se mostra rica em recriar de forma única as condições de vida precarizadas por dinâmicas de poder, e em tecer novas sociabilidades e afetividades entre pessoas, grupos e territórios.

Configura-se uma disputa que não se define apenas por uma opção entre categorias – "habitação social" ou "invasão" -, mas também por não se limitar por elas. Buscam exercer, assim, um poder sobre a imagem de si e do coletivo, ou, sob outra perspectiva, exercendo um contrapoder em relação às identificações que lhes são impostas. Nesse sentido, delineia-se um conflito que pode ser entendido do ponto de vista da relação de sujeição/assujeitamento proposta por Foucault (1995), caracterizando lutas que podem ser interpretadas como não dirigidas exatamente contra o Estado, mas contra uma *técnica de poder*:

> Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 1995, p. 235)

Ao mesmo tempo que as margens são esse lugar da *indeterminação*, onde grupos em desvantagem de aparatos e meios precisam continuamente negociar sua legitimidade diante da insegurança, é através das negociações dessas fronteiras diferenciadoras que os grupos podem recriar a si mesmos. As relações de poder constroem subjetivações, nessa intrincada relação entre sujeito/assujeitamento, porém em suas dobras há sempre uma terceira margem em que os sujeitos também criam estratégias próprias de poder. Se a vida se torna tecnologia de governo, ela não está confinada a esses meandros.

Mesmo dentro da luta por moradia vinculada a projetos de habitação social, esse estar na "dobra", na margem entre legal e ilegal, criam-se diversas estratégias de ressignificação de si e do grupo e, assim, da própria "cidade" ao converter essas categorias e valores para algo "entre". Nem "fora" nem "dentro", *entre* a "habitação social" e a "invasão", este movimento social pautado em princípios de autogestão busca impor à sua mobilização um sentido próprio de luta por moradia.

Enquanto um olhar superficial poderia ver a habitação social como um benefício da política municipal que os grupos sem-teto estariam recebendo, uma aproximação com o cotidiano de mobilização destes grupos mostra justamente o contrário. O projeto, ostentado pelo governo municipal como exemplo da política de *habitação de interesse social* bem no coração do Porto Maravilha, literalmente depende exclusivamente do esforço dos seus participantes, que atualmente ainda aguardam os trâmites burocráticos e financeiros para liberação das condições de iniciarem eles mesmos a construção do prédio.

3.2 Quilombo da Gamboa

A desconfiança perante as instâncias de governo, depois de toda a experiência com a Quilombo das Guerreiras, é grande e para alguns de seus militantes a relação entre a política habitacional e as remoções é bem clara. Estão, assim, alertas frente aos desafios e impasses inerentes à esta negociação com o projeto de moradia MCMV. Ângela revela a preocupação e a insegurança do grupo face às incertezas de não conseguir permanecer na área hoje enobrecida.

> Espero (...) que comece essa obra e que a gente consiga permanecer nessa região, que não é uma região pra gente. Já tentaram tomar esse terreno várias vezes, trocar esse terreno várias vezes, que definitivamente não é um terreno pra classe trabalhadora. É da onde saiu a perimetral, da onde vai demolir, da onde vai ter uma vista pra baía, onde vai ser construído uma praça em frente… isso é muito pra classe trabalhadora. É um terreno muito valorizado. Eu espero que a gente consiga através da auto-orgarnização, da autogestão, dar conta do projeto Quilombo da Gamboa, organizar o Projeto Quilombo da Gamboa… e que a gente não passe no Quilombo da Gamboa pelas coisas que a gente passou aqui também, de sofrer essas pressões de fora (MORAIS, Ângela. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015).

As mudanças provocadas pela revitalização para atrair empresas, corporações, hotéis, e principalmente, espaços destinados ao turismo acarretam a valorização da área e, consequentemente, ao aumento do custo de vida no bairro e à expulsão da população de baixa renda. Se antes a população local era marcadamente popular, hoje ela é percebida como ‘invasora’ e ‘exógena’ no ‘novo’ bairro do Porto.

Meus interlocutores têm uma visão do projeto, politicamente trabalhada, que não necessariamente reflete um posicionamento coletivo. Aliás, as tendências políticas dos grupos que participam das reuniões do projeto são constantemente disputadas. E como dito, eles transportam perspectivas do movimento de ocupações libertárias do qual participaram anteriormente para conferir sentido ao atual projeto. Este, além da própria necessidade de

moradia, é entendido por eles como luta por uma reapropriação do Centro da cidade pelos trabalhadores pobres.

> A gente tem alguma coisa contra a Zona Oeste? Não! Vão fazer 40 mil casas em Pedra de Guaratiba mas não tem uma escola, uma creche, um hospital, a gente não tem nada. A gente quer que as pessoas tenham condições de sobreviver nesses espaços. Agora, o centro é um direito do trabalhador. A gente quer lutar pelo centro como um direito do trabalhador. Centenas de anos o trabalhador foi expulso dessa cidade que ele construiu. [...] Como hoje é a proposta do espaço, construir 100 mil habitações aqui mas pra quem? De 10 salários mínimos pra cima? Não é pra classe trabalhadora que construiu a cidade (Idem).

O que constatamos é que os discursos oficiais levam a crer que se trata de uma inciativa corroborada e mantida pela Prefeitura, mas na prática este projeto se mantém com o próprio esforço dos participantes e, praticamente, à revelia da gestão estatal. Esta, por sua vez, não só não colabora como coloca diversos obstáculos, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento das iniciativas dos moradores.

O Quilombo da Gamboa é, portanto, um símbolo em disputa. Seu sentido é disputado pela Prefeitura, em seus diversos órgãos, gestores e departamentos, que busca apresenta-lo como exemplo da política de *habitação social*, mas também seus participantes disputam por definir seu sentido cotidianamente. O projeto é, também, um símbolo para o movimento de moradia, ao mostrar o esforço para conseguir manter 200 famílias pobres no Porto e resistir à revitalização e ao processo de retirada da população pobre, mesmo que parte dela esteja inserida na proposta de *habitação social*. É um desafio permanente, portanto, para driblar as adversidades e concretizar o projeto como uma iniciativa de luta e resistência.

Figura 8: Porta do Quilombo da Gamboa, 2015

Em termos materiais, poderia dizer que o projeto não passa de alguns galpões velhos ocupados de forma mais ou menos legal, ou do ponto de vista burocrático, um projeto social que não saiu do papel. Porém, o *Quilombo da Gamboa* toma forma no dia a dia da organização, das assembleias, da resolução coletiva dos problemas, no enfrentamento das barreiras burocráticas e financeiras reais com a dificuldade compartilhada de encontrar casa para alugar com preços acessíveis. Eles sonham com a moradia digna para morar e brigam por ela nas discussões, manifestações, ocupações de instâncias de poder. Ao mesmo tempo compartilham as tarefas cotidianas de limpeza, cozinha e cuidado das crianças, que constituem momentos de construção de um sentimento de coletividade e de pertencimento.

Figura 9: Entre-conversas no mutirão (2015)

Ser reconhecida como projeto MCMV-Entidades, uma habitação social administrada por um coletivo ou associação, permite maior liberdade de ação, ainda que no âmbito de um projeto governamental, cujas exigências são rígidas. Assim, o projeto passou a responsabilidade para a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião.

Ao mesmo tempo, conseguiram ser enquadrados como "empreendimento de autogestão" e os participantes puderam lograr a aprovação deles próprios construírem e gerirem o prédio. Assim, ao invés da obra ser licenciada para empresas, como a maioria dos MCMV, o Quilombo da Gamboa será construído coletivamente através de mutirões e grupos de trabalho. Muitos participantes têm experiência com construção, alguns inclusive tendo trabalhado nas próprias obras do Porto Maravilha.

Através de iniciativas de mutirão, da autoconstrução e da negociação coletiva dos problemas em assembleia, por exemplo, o coletivo não apenas busca participar realmente da administração do projeto, como toma para si responsabilidades que supostamente competiriam à administração pública, pois nunca puderam contar com esta. Como já dito, esse "Estado" provedor de benefícios, ou mesmo a ideia de um poder controlador total, no sentido do panóptico, se afasta da realidade destes grupos, processo já descrito por Veena Das (2004) ao abordar como o "Estado" aparece nas margens.

Figura 10: Mutirão de limpeza (2015)

A construção de um projeto alternativo de vivência, baseado na comunidade, aparece como preocupação para os movimentos sociais: "Dentre os projetos que a gente já indicou hoje, tinha uma padaria, uma cozinha coletiva, uma brinquedoteca prás crianças, uma sala das mulheres pra discutir questões das mulheres mesmo... Desses espaços de geração de renda comum que a gente pensou foi uma padaria e uma cozinha industrial", conta Ângela.

Acompanhei uma série de assembleias e atividades do coletivo, na condição de apoio e pesquisadora empenhada em realizar um vídeo, em que todas elas possuíam essa forte expressão de uma força coletiva. Foi essa dimensão de coletivo, problemática central para os participantes do projeto, que busquei trazer no ensaio fotográfico *Mutirão*, realizado durante um mutirão de limpeza do galpão, em dezembro de 2015. Com uma estrutura precária, a chuva intensa havia prejudicado o teto e alagado partes do espaço. A limpeza vinha na esteira de uma série de tarefas que preparavam o local para a confraternização de fim de ano do grupo.

Figura 11: Tirando o lodo

O coletivo tem desafios não apenas externos para se legitimar enquanto grupo político, mas também desafios internos para criar uma certa coesão e senso de coletividade entre pessoas que vieram de diferentes partes e experiências, porém que possuem a história comum de serem vítimas de remoção forçada. Participando de um projeto de moradia que pretende se consolidar enquanto "Coletivo", que debate e resolve problemas comunitários de forma horizontal e autônoma, eles têm um projeto político a ser construído.

Apesar de ser importante o foco em sua história enquanto coletivo da ocupação Quilombo das Guerreiras, para os meus interlocutores existe uma preocupação central na realização do vídeo, que diz respeito à consolidação de uma imagem do grupo atrelada à construção de um senso de coletivo comum. Por parte dos ex-moradores de ocupação, essa preocupação passa pelo fato das famílias provindas de outras comunidades não estarem acostumadas com a organização em coletivo, pois habitavam individualmente suas casas e buscaram vaga no projeto sem qualquer laço comunitário, o que poderia por em risco a proposta política do projeto.

Durante as gravações do vídeo, diversas questões e dificuldades foram emergindo que, no entanto, serviram para lançar luz à essas questões de negociação de fronteiras identitárias grupais que estavam em jogo. No mesmo dia em que propus o filme em assembleia, uma jovem militante de um movimento social organizado veio questionar o foco do vídeo sobre o coletivo do Quilombo das Guerreiras. Ela, preocupada com o sentido político do projeto que estava sendo construído, alegou que tratar o Quilombo das Guerreiras como um coletivo separado poderia gerar uma diferenciação interna no grupo, o que seria negativo frente ao desafio

permanente de criar vínculos comunitários entre esse grupo de pessoas com experiências tão diversas. Esse questionamento me despertou a atenção para a problemática das disputas pelo do projeto sentido que ocorriam ali mesmo no interior do coletivo, entre seus próprios membros. Seja para os membros de experiência política ligada à ocupações autogestionárias, seja para aqueles ligados aos movimentos sociais organizados (CMP, UNMP), com correlação partidária, todos buscam influenciar o formato do projeto.

Figura 12: Galpão Quilombo da Gamboa

Porém, como minha ligação e meu comprometimento era com o coletivo Quilombo das Guerreiras, optei por manter o foco tanto do documentário quanto da pesquisa, explicitando essa escolha, e expondo em que termos a perspectiva desses atores em específico "pesavam" sobre as representações que estavam sendo construídas, podendo não corresponder a visão de todo coletivo. Toda narrativa faz escolhas parciais, torna-se importante porém não ocultar essas tramas do poder que permeiam uma *política da imagem*.

Como nos lembra Peixoto (1998): "todo filme implica uma narração, mesmo que ele não conte uma história completa nem anuncie o espaço e o tempo em que se passa a ação escolhida pelo realizador. Não existe um ponto neutro em que a realidade falará por si mesma, da mesma forma que não é possível querer expressar todos os pontos de vista simultaneamente, sob todos os ângulos e em tempo real" (PEIXOTO, 1998, p. 7).

Dessa forma, pude perceber que o que estava em jogo era uma *gestão da imagem coletiva*, e que isso envolvia um intrincado complexo de atores em diferentes escalas. Os limites entre o que emergia como visível/dizível e os silêncios e lacunas carregavam muitas perguntas antropológicas que busquei desenvolver ao longo desse trabalho. Assim, os relatos e imagens construídas no filme sobre o coletivo devem ser entendidas no âmbito das disputas em que o que é "filmável" tem como limite a imagem (coletiva) que os membros do grupo buscam construir.

Figura 13 Mulheres do projeto no mutirão

Nesta fotografia (figura 23), tirada ao final do mutirão, estão simbolizadas algumas destas questões que preocupam o grupo no sentido de formar uma identidade comunitária comum. A foto dos que participaram do mutirão não só representa esse sentido coletivo, mas o refunda, reforçando esses laços. Mesmo havendo alguns homens presentes, o grupo quis tirar uma foto só com as mulheres, que eram a maioria presente no mutirão de limpeza, mostrando a disposição delas de tomar iniciativa no projeto. De fato, o que temos visto é que cada vez mais mulheres são chefes de família, cuidando sozinhas dos filhos e provendo o sustento. No grupo não é diferente, no âmbito da luta por moradia as mulheres também têm tomado a frente desta militância, assim como na gestão da moradia coletiva no caso das ocupações.

Durante a preparação da foto, os comentários eram sobre mostrar quem realmente estava "botando a mão na massa", quem ia às atividades, pois o envolvimento constante na construção do projeto é uma preocupação dos participantes. Como já dito, a dinâmica nestes casos de moradia gerida por projetos sociais parece ter uma certa ética interna onde o próprio grupo

pressiona os indivíduos a terem determinadas posturas, pois a não participação nas esferas de trabalho e decisão coletivas é vista como uma atitude que “enfraquece o coletivo”. No caso do projeto, o afastamento pode levar até a perda da vaga.

Embora a fotografia traga esta dimensão coletiva em que, com os instrumentos de trabalho em punho, se esteja simbolizando a força e o poder que o trabalho em conjunto criam, se olharmos apenas este fragmento isolado podemos correr o risco de acreditar que a negociação coletiva se dá de forma tranquila, transparecendo uma sensação de coesão e harmonia. No entanto, no extraquadro sabemos que as dinâmicas de formação do coletivo necessariamente estão implicadas em conflitos, acordos e disputas entre pessoas que têm visões muitas vezes destoantes sobre o projeto.

Através da produção das imagens, portanto, o que os interlocutores deixam transparecer está completamente imerso em relações de poder. Estão disputando sua imagem coletiva para “fora”, lidando com as instâncias com as quais são obrigados a negociar para se legitimar, e a sociedade em geral que também interferem nesta imagem que têm deles mesmos. Porém estão também disputando o próprio sentido do projeto entre eles.

Figura 14 Mutirão no galpão do Quilombo da Gamboa (2015)

Emergia a questão de negociar internamente a imagem e o sentido do movimento que estão construindo no Quilombo da Gamboa. Meus interlocutores, que como exposto, possuem

uma visão específica da luta, tentam se impor nesse jogo de controle e enquadramento da memória e da imagem, porém encontram contrapontos de outros participantes e grupos políticos que visam impor suas próprias perspectivas sobre grupo. Dinâmica essa que não é apresentada nos discursos, posto que transmitem estabilidade e continuidade através de suas narrativas.

Portanto, estava em jogo também não só as políticas de uma gestão da imagem coletiva, mas a tentativa de uma gestão *coletiva* da imagem, onde o princípio almejado de autogestão do projeto, era transportada para o âmbito das imagens. Problemática essa, portanto, presente tanto fora quanto dentro do filme, uma vez que minha intenção era compartilhar a construção de sentido da imagem do grupo. Como dito anteriormente, o documentário é *para* o coletivo, e mesmo ciente das desproporções de poder que filmar e editar envolvem, procuro lhes atribuir o poder de decidir o que querem ou não que seja mostrado, através de um processo de feedback das imagens realizadas.

Sem cair na utopia do "dar voz ao outro", acredito que um caminho para lidar com a questão dessas múltiplas autoridades narrativas é fazer esse movimento de olhar para os extra-campos buscando se desatrelar de uma suposta “inocência”, uma transparência das imagens, para focar nessas dinâmicas de poder de transparência/opacidade que fazem emergir certos elementos como visíveis enquanto recorta outros. Como afirma Peixoto (1995:93), a observação conjunta leva os atores a entrarem no jogo de espelhos e identidades fazendo-os abordar as representações de "suas" imagens, ao mesmo tempo que refletem sobre o nosso olhar.

A representação de variadas esferas administrativas acerca do grupo mobilizava discursos específicos na confecção do filme, que entrelaçavam questões como a necessidade de descriminalizar o movimento sem-teto e negociar com essas representações para, por exemplo, ter acesso às políticas públicas, que exigem um determinado enquadramento. Isso faz emergir alguns discursos como "adequados" que dialogam com a identidade de vítima esperada por essas esferas administrativas. E fazia com que se ocultasse as disputas de poder internas para fazerem frente à esse processo enquanto um grupo, pois a fragmentação poderia ocasionar no fracasso do projeto.

As vivências reais, no entanto, não cabem no modelo de vítima, que além de exigir uma certa passividade, permite apenas que certos relatos e experiências esperados, adequados e/ou autorizados venham à tona (Pollak 1989). No limiar dessas categorias estão os participantes buscando ao mesmo tempo driblar a política de remoção e se legitimar em seus próprios termos para a “sociedade”.

Assim, alguns silêncios estavam relacionados também a essas memórias indizíveis, em que a experiência vivida não pode ser partilhada porque coloca em risco a vida daqueles que

denunciam e acusam grupos dominantes, violências do Estado e relações “escusas” entre legalidade e ilegalidade. "Essa tipologia de discursos, de silêncios e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar escuta, de ser punido por aquilo que se diz ou, ao menos, de se expor a mal entendidos" (POLLAK, 1989, p.8).

Vianna (2015) assinala que esse “tempo de espera” por reconhecimento pode ser transformado em resistência no sentido de que, apesar da sensação de depender de poderes externos para ser legitimado, há um *trabalho sobre o tempo*, uma disputa contínua por retomar o poder de definir suas próprias categorias. O contínuo esperar, exigir, comprovar a sua legitimidade, mesmo nove anos depois de iniciado o projeto, através dos relatos, denúncias, fotografias, cartazes, manifestações, reafirmam a verdade que defendem através da re-narração de suas histórias.

É nesse sentido que as narrativas recontadas nas filmagens devem ser compreendidas, dentro de um cenário em que o que é narrado precisa reafirmar sua verdade, mesmo que isso exija ficcionar uma continuidade e estabilidade que, de fato, podem não existir na multiplicidade do coletivo. O que é filmado/mostrado para a câmera, como uma narrativa, também está a negociar com o limiar das categorias, onde se busca dotar o passado de um sentido específico em uma forte dimensão de futuro, pois a narrativa da espera aponta para um “ato de fé” num futuro melhor (VIANNA, 2015, p.49). Assim, em suas narrativas “está em jogo a fabricação de uma narrativa sobre o passado que tem poder moral, político e administrativo de redefinir o presente e o futuro” (idem).

> Os acontecimentos do passado, o sentido que este passado cobra no tempo presente e as possibilidades da própria existência projetada no futuro dependem, em grande medida, da luta por dotar ao tempo, aos espaços e aos corpos que os habitam de um sentido particular que os permita combater a força aniquiladora advinda da produção contínua de sua desimportância social ou de seu descrédito moral (VIANNA, 2015, p. 50).

Esse movimento é percebido no filme assim como é vivido cotidianamente de diversas formas. A própria crença no projeto, mesmo depois de perder a casa e de tantos anos sem ver frutos concretos, exige uma “visualização” do coletivo ou ao menos de seus efeitos. Isso é vivido nas assembleias, na resolução coletiva dos problemas que aparecem, na participação em atividades e espaços coletivos, como mutirões, oficinas, comissões de trabalho, organização de festas, atividades pedagógicas, etc. Assim, minha câmera circulou muito por locais marcados por esse sentido de Coletivo, como reuniões e atividades do coletivo como mutirões, festas e atos.

É a partir do trabalho de produção do discurso sobre si e sobre a história do coletivo que, no filme, emergem essas práticas divisoras de diferenciação em relação a qual os sujeitos se constituem. Fazem pensar, assim, quais técnicas de poder estão em jogo incidindo para o posicionamento dos atores, e que "contrapoder" pode se estar exercendo pelos atores através mesmo do filme como "contranarrativa".

A fabricação de imagens é um trabalho de construção de sentido nesse processo compartilhado que transpassa as fronteiras do filme, ou mesmo do indivíduo. Entre o indivíduo e o coletivo se desdobram também processos políticos mais amplos, entre um pequeno grupo sem-teto e um mega-projeto. A produção de imagens e narrativas não pode ser vista, portanto, de fora desse intrincado jogo de poder presente no extraquadro.

Através da fabricação dessas representações se tece um "contradiscurso" em relação à imagem e à história recontada sob a voz das autoridades que invisibilizam a experiência de trauma vivenciada pelo grupo removido, mas seu desdobramento não se restringe ao nível do discurso. A imagem funciona como um caminho de mão dupla, captura um fragmento, um aspecto, uma representação do grupo, mas ela não só reflete as relações existes como refunda e cria vínculos. Ela compartilha um sentido, uma representação comum ao grupo no sentido de estabelecer entre eles vínculos enquanto "Quilombo da Gamboa", reforçando assim o sentido de sua mobilização.

A produção de imagens sobre essa luta por moradia funciona, como dito, como um "ato de fé" de poder incidir sobre o futuro do desdobramento dos fatos, o que pode ser visto como uma *agência* das imagens. A imagem de fato *exerce* um papel na luta por justiça e reconhecimento, funciona dentro da lógica do trauma e da resiliência, mas também tem funções internas de fortalecer a identidade grupal e de depositar as esperanças de ter um impacto no deslanche da luta por uma moradia.

Até o momento de fechamento deste trabalho o filme não pôde ser finalizado, portanto análises sobre a recepção e circulação só poderão ser feitas em publicações futuras. Se ela encontrará *escuta* e de fato trará os efeitos almejados, só poderemos saber com o tempo, pois seu impacto depende da recepção, da circulação e da sua interpretação. Como apontado por diversos autores, o sentido da imagem não pode ser totalmente controlado (MACDOUGALL, 1998), pois é estabelecido em meio a uma relação múltipla entre os que produzem a imagem, os representados e os receptores desta (PEIXOTO, 1995; 1998).

Porém o processo em si se demonstrou riquíssimo para que possamos entender todas essas dinâmicas de negociação da imagem que estão em voga. O que pude ver é que as imagens desempenham um papel múltiplo nesse processo. Como busquei demonstrar, a produção de

imagens sobre o Quilombo da Gamboa faz com que as pessoas se identifiquem, reforçando tanto a ideia de coletivo, quanto a necessidade de mobilização, o que busca provocar essa identificação comunitária entre os membros para que participem mais integralmente do projeto se somando às atividades.

As fotos retiradas do mutirão de limpeza, muitas além das expostas neste material com finalidade acadêmica, logo depois de realizadas foram repassadas para o coletivo que as utilizou não apenas como recordação do momento, mas tiveram uma utilidade prática de servirem como denúncia e pressão sobre a CDURP mostrando a precariedade do estado do imóvel, os danos causados pelas chuvas e o trabalho que o grupo vem tendo de manter o espaço por esforços próprios.

Por outro lado, a produção da narrativa sobre a trajetória dos membros do Quilombo das Guerreiras figura um sentimento de restituição de justiça com a história do grupo em que o vídeo é utilizado para amplificar e propagar a versão do ocorrido na perspectiva dos moradores. Ao mesmo tempo que a exposição da forma como foi feito o despejo serve de pressão para uma reparação via projeto de habitação social, reforçando a urgência de deslanchar as obras, denuncia o projeto de revitalização.

O filme é utilizado pelos membros do coletivo para propagar sua análise política da operação urbana, denunciando a revitalização enquanto processo de expulsão da população pobre do centro da cidade e das táticas utilizadas para desmobilizar o movimento de ocupações sem-teto enquanto ameaça real à concretização dos planos e interesses dos grandes agentes econômicos.

Nesse sentido, a proposta é sua divulgação em plataformas online de amplo acesso para que de fato permita um diálogo abrangente. A intenção é que o vídeo circule entre os movimentos sociais, como dito também refundando os laços de mobilização e chamando a uma maior união no projeto de reassentamento, mas visa ser exibido tanto em espaços de luta, como ocupações, e em atividades em comunidades, em universidades, etc. buscando dialogar com um público externo ao movimento social. Assim, adquire não só as funções já descritas, mas também tem um viés sócioeducativo, ao ser proposto sua livre circulação para promoção de debates sobre o tema da moradia em universidades, pré-vestibulares, atividades culturais, etc.

Existe também a perspectiva de angariar apoio, fundos e recursos para a mobilização. O apoio de outros setores da sociedade é fundamental para dar peso à causa e pressionar a administração governamental, seja através da divulgação, seja trazendo pessoas para participar das manifestações e atividades. Em outro sentido, a venda de cópias nas exibições públicas para aqueles que queiram apoiar também permite levantar algum fundo, ainda que modesto, para o

projeto Quilombo da Gamboa, que tem nas despesas financeiras um empecilho para sua concretização.

A produção e divulgação de narrativas visuais sobre as ocupações que existiam na Zona Portuária permite reavivar a memória destes grupos removidos que, em sua maioria, não encontraram justiça. Assim, a ferramenta visual traz não só dados, mas aspectos do sensível da vida que lá existia, dos laços afetivos entre as pessoas e delas com o local, e do sentido que davam a ele.

Como busquei mostrar, viver em ocupação traz uma experiência de vida única, abre possibilidades materiais e permite adquirir novas perspectivas a partir da vida coletiva, algo que torna essa história muito densa e que dificilmente poderia ser compreendida apenas pela apresentação impessoal de números sobre a remoção. Espera-se, portanto, que embora o Porto Maravilha tenha sido um golpe para o movimento, a memória das ocupações as mantenham vivas através do narrar e renarrar suas histórias.

CONCLUSÃO: RUÍNA DA POLÍTICA OU POLÍTICA DA RUÍNA?

A partir da experiência de algumas ocupações sem-teto removidas em função da operação de revitalização Porto Maravilha, em especial a Ocupação Quilombo das Guerreiras, busquei neste trabalho contornar questões que aparecem como oposições dicotômicas entre legal/ilegal, vida/vazio, para abordar esse processo de desenvolvimento e requalificação que levou aos despejos daquilo que se classificou como "assentamentos informais precários" do ponto de vista de uma antropologia das margens (Das e Poole 2004). Isto é, da perspectiva dos dispositivos de poder que definem politicamente estes limiares que nos aparecem, portanto, como porosos (TELLES, 2010) e não fixos.

Propus, assim pensar a narrativa da *Cidade Olímpica* e a retórica do *Porto como vazio* a partir de suas margens, ou seja, do que é representado como *fora* da ordem, da legalidade, do que seria urbano e desenvolvido: ocupações, invasões, favelas, acampamentos, etc. E no limite, o que fica de fora da "vida" da "re-vitalização", cuja proposta de um Porto Maravilha significa diametralmente o "Porto Morte-da-vida" para as ocupações, para usar uma expressão do movimento. Como sugere Agier (2015), busca-se "apreender a cidade a partir do vazio deixado por sua não existência, a partir de seu limite, de sua negação, de seu exterior e de sua margem" (486) para perceber a *dialética do vazio e do cheio* (487).

Nesse sentido, elaborando uma análise etnográfica do processo de despejo da Ocupação Quilombo das Guerreiras observei que diversas técnicas de poder, desdobradas por múltiplos atores, se apresentaram como instrumentos e métodos de remoção. Foi possível acompanhar o processo crescente de precarização das condições de vida, não apenas com as obras que ocorriam no entorno produzindo escombros, cortes de serviços e invasões do terreno, mas através de uma série de boicotes e obstáculos que se colocaram que foram minando as condições básicas de infraestrutura e de subsistência da ocupação. Somaram-se a isso desestabilizações internas e externas de disputas de território, ameaças de morte, rumores e desinformações provindas de agentes diversos e de órgãos do governo municipal.

Concluo, portanto, que a precarização e a desestabilização, assim como situações de terror e rumores, como exposto por Gutterres (2016), figuram como mecanismos de controle populacional. Nesse sentido, corroboro a visão de Veena Das (2004) quando ela afirma que o "Estado" se inscreve em situações de margem através da obscuridade de seus procedimentos e ilegibilidade de suas práticas, onde há uma indeterminação de suas fronteiras e não uma aplicação racional da lei, mas uma miríade de negociações.

Foi pensando nessa trama dos jogos de poder de acordos e conflitos nas margens do legal que busquei compreender a luta do coletivo removido da OQG por regularização através do projeto de habitação de interesse social "Quilombo da Gamboa". A intenção foi pensar a transitividade dessas fronteiras baseada na perspectiva foucaultiana de *gestão diferencial dos ilegalismos,* proposta de Vera Telles (2010).

Diria que esse processo de regularização/remoção das ocupações urbanas da área central da cidade do Rio de Janeiro, delimitando os territórios legítimos e ilegítimos, não se dá devido a características essenciais destes, mas por um processo político de diferenciação e subdivisões internas. A regularização aparece como um processo diferenciador entre "carentes" x "invasores", não apenas reprimindo, mas incitando comportamentos adequados que têm como modelo uma identidade de vítima predeterminada.

Enfocando as múltiplas negociações que existem entre legal/ilegal, este processo entre o "irregular" e o "regularizado" é permeado de obstáculos e empecilhos como a precarização, e a produção de escombros e ruínas pela reforma, mas também de barreiras financeiras e burocráticas. Assim, aqui mais uma vez a precarização aparece como instrumento de governo, e a burocracia se configura como mecanismo de regulação, dificultando mesmo o enquadramento nos moldes da habitação social regularizada. Corroborando, portanto, a perspectiva de que se *produzem* os ilegalismos, sem haver a intenção de suprimir as transgressões à lei, pois através do dispositivo da ilegalidade esses mecanismos trabalham no sentido de manter esses grupos em situações incertas e vulneráveis.

O resultado é a desmobilização, a retirada e a destruição de milhares de domicílios considerados precários ou irregulares, atingindo fortemente estas ocupações em que uma minoria ínfima logrou permanecer e levar adiante (porém não concluir) processos burocráticos de regularização e acionando a concessão de posse visando habitação de interesse social.

Seria possível afirmar que a revitalização serviu apenas para afastar grupos pobres do centro da cidade? Embora isso seja parcialmente verdade, pois a remoção em massa com ofertas de moradia MCMV na Zona Oeste promoveu um deslocamento intenso para essa outra região, o objetivo de acabar com os "assentamentos informais" irregulares do centro tende a falhar.

Após o despejo da Quilombo muitos tiveram que se mudar do centro da cidade para favelas ou ocupações próximas, outros pagam aluguéis abusivos em cortiços ou quartos. Nilde Moraes, ex-moradora da Quilombo e mãe de três filhos, relata que as mulheres, principalmente aquelas que são mães, enfrentam muitas dificuldades para encontrar uma vaga no valor do aluguel social após o despejo, obrigando-as assim a habitar espaços exíguos e/ou distantes.

Destino esse que é similar para as famílias removidas das demais ocupações, revelando que este é um padrão recorrente nos despejos das ocupações.

> Eu tive que ir pra uma casa muito pequena, um espaço muito apertado com meus filhos e minha mãe. Tive que morar longe do Centro porque na região portuária tá muito difícil alugar alguma coisa, por conta da revitalização o imóvel ficou muito caro e a gente não consegue alugar. Então eu tive que ir pra longe do trabalho, tive que ir pra longe das escolas dos meus filhos pra um lugar que eu conseguisse pagar (MORAES, Nilde. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015).

Ângela denuncia que esta política gerou novamente "uma massa de sem-tetos para a cidade". Paradoxalmente, a política habitacional através do movimento de remoções tem colaborado com um incremento das moradias irregulares em favelas locais, por exemplo.

Dessa forma, esta política tem levado ao agravamento da vulnerabilidade habitacional ao promover a precarização da moradia, seja por oferecer uma habitação provisória ou irregular para estas famílias, seja por provocar a oneração do orçamento familiar com a regularização da moradia no mercado imobiliário formal. Seria um equívoco, portanto, afirmar que a revitalização acabou com as moradias irregulares com a remoção de determinadas habitações, como as ocupações e invasões dos galpões, prédios e fábricas abandonadas. De fato, ela provocou um novo crescimento de moradias informais.

Ângela levanta uma questão importante para a análise da reforma urbana em questão. Ela conta que é ainda mais doloroso passar pelo prédio da Quilombo das Guerreiras e o ver fechado, vazio, como se os tivessem feito passar por tudo isso "para nada": "É muito difícil quando eu passo com qualquer criança da Quilombo aqui, que nasceu aqui, que só havia conhecido esse prédio como moradia, quando eles dizem: Por que que a gente saiu daqui se o prédio tá fechado?".

> O que me causa dor (...) é saber que a gente tava nesse prédio que revitalizava a Francisco Bicalho, um prédio onde tinha uma sala de produção, onde tinha uma sala de jogos, onde tinha uma biblioteca, onde a gente podia fazer os projetos com as crianças... (...) quando a gente transforma esse prédio numa moradia digna, chama a atenção das instâncias de governo, e ai a gente perde esse prédio pra que? Pra nada. Ta aqui há três anos fechado, apodrecendo. Nós tínhamos uma horta urbana lá traz, vários projetos, projeto de teatro, projeto de capacitação com as crianças, reforço escolar... vários projetos que ficaram por ai pela estrada. (...) Mais um prédio vazio de 20 ocupações despejadas... (...) Não só a Quilombo ta fechada aqui há três anos, servindo ainda a especulação imobiliária, tentando fazer as negociações por conta dos grandes investimentos que tiveram pra Copa e pras Olimpíadas, como outros prédios, como Zumbi dos Palmares, como Machado de Assis, como várias ocupações que foram despejadas. (...) Todas as ocupações que foram despejadas, essas ocupações que de fato revitalizavam as áreas centrais, revitalizavam a zona portuária, elas estão ali fechadas, servindo à especulação. (MORAIS, Ângela. Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro, 2015).

A revitalização teria promovido, para estas pessoas, o oposto de ‘dar vida’ já que as moradas permaneceram inutilizadas e vazias após serem evacuadas. Quase nenhuma ocupação despejada deu lugar a um empreendimento novo, permanecendo lacrada e sem função alguma. Outras vieram abaixo apenas para servir como canteiro de obras.

Figura 15: O "amanhã" fora do Museu - crianças removidas da OQG, 2015

A construção de zonas culturais, de lazer e turismo, mais especificamente na região da Praça Mauá, interligada pelo “corredor cultural” ao longo do litoral, buscou atrair essas outras “vidas” de classe média/alta e de turistas para a região do Porto, ao mesmo tempo que serviu de base para a expulsão da população pobre vivendo “irregularmente” no território. No entanto, a proposta original da reforma - atrair novos empreendimentos e moradores para a região a fim de movimentar a economia local e preencher os “vazios urbanos” - não parece estar surtindo esses efeitos.

Em um outro sentido, a proposta de valorização da cultura popular e negra como um dos braços do projeto contrasta, afirma Ângela, com a remoção em massa de moradores populares e negros da região. As iniciativas de lazer e turismo, principalmente com a construção do Museu do Amanhã e do MAR, tornaram a área um centro de entretenimento, porém teriam invisibilizado a região como símbolo da história negra e afastaram parte dessa população do local. Sobre o Museu do Amanhã e a revitalização da praça Mauá, Ângela diz:

> Se você olha ao entorno as pessoas não moram aqui. Um museu desse, que não é museu, construído em cima de uma história suja, podre. Porque por aqui entraram mais de quatro milhões de negros escravizados. (...) Então é um museu para encobrir uma história de covardia. (...) Quem diz que isso aqui foi o cais onde os negros chegavam como mercadoria para serem vendidos, comercializados, mortos e abandonados? Ninguém diz, não tem uma referência. Quantos corpos tem embaixo dessa torre de marfim? (idem).

No âmbito da habitação o problema também é evidente. Apesar das promessas de atrair 100 mil moradores para o Porto, até 2014 pouquíssimos projetos residenciais tinham sido licenciados[30]. Neste grande projeto que redefine a região através da venda de CEPACs, mais de 500.000 m² já foram licenciados para empreendimentos comerciais e hotéis enquanto dos 2,5 milhões de m² prometidos para empreendimentos residenciais, não chegaram a 100.000m².

A tendência que ronda este projeto é tornar o Porto um verdadeiro vazio, pois apesar dessas áreas culturais e turísticas, a maior parte da região ainda não viu os frutos da empreitada. Nem há garantias de que irá. Da mesma forma que não existe garantia de que Donald Trump comprará o prédio da Quilombo, não se pode dizer se os investimentos nacionais e estrangeiros prometidos pela reforma de fato se concretizarão.

Figura 16 : O Vazio - Av. Rodrigues Alves (2015)

[30] Dados da CDURP. *Habitação no Porto Maravilha*, 2014.

Anos depois dos despejos, nenhum terreno destas ocupações desocupadas da Zona Portuária foi transformado em um novo empreendimento ou HIS. Qual seria o sentido então de despejar essas famílias e manter os prédios vazios e fechados? Se a revitalização não atingiu seus objetivos de aumentar a circulação no Porto e atrair novos moradores, e até mesmo a sua proposta de "erradicar" as práticas ilegais e irregulares não se concretizou, podemos dizer então que a revitalização é um fracasso? Qual a funcionalidade de produzir o Porto como um *vazio*? Teriam todas esses escombros, obras inacabadas e galpões esvaziados alguma utilidade, alguma lógica interna?

James Ferguson (2006), trabalhando com projetos de desenvolvimento econômico e social na África dos anos 1980, aborda o que considera ser a "utilidade do fracasso" nesse tipo de projeto que parece ser a norma. Ele se baseia no questionamento de Foucault (1979) sobre a utilidade do fracasso da prisão: como pode algo que constantemente dá tão errado continuar funcionando por séculos na nossa sociedade? No mesmo sentido, pode-se questionar sobre a utilidade do fracasso das políticas de revitalização e habitacionais, do velho e constante projeto de renovação do Porto e eliminação das favelas.

A operação de revitalização teve como efeito *produzir o Porto como vazio*, não apenas discursivamente buscando atrair novos agentes para se instalar no local, mas materialmente pelas remoções e pelo esvaziamento. Da mesma forma, foi responsável, através de uma miríade de agentes e processos, pela produção da precarização dessas moradias. Políticas habitacionais que removem, políticas de preservação que destroem, revitalizações que produzem vazios... Que lógica permearia essas políticas? Qual seria a utilidade da ruína?

O Porto foi tomado, nesse sentido, como *ruína* tal como proposto por Gonçalves (2002). Não apenas produziu concretamente escombros e ruínas como exposto por Gutterres (2016), paradoxalmente à sua proposta de reabilitar, mas se produziu o *Porto como ruína* no sentido de convidar continuamente a uma reconstrução (GONÇALVES, 2002, p. 114). Ao construir esse vazio e essas ruínas, refunda-se a retórica da perda, do abandono e da degradação (cultural e territorial), justificando constantemente empreitadas de resgate contra um processo de destruição.

Gonçalves (2002) aponta que esse tipo de empreitada tem como efeito "desenvolver um interminável trabalho de resgate, restauração e preservação de fragmentos visando a restabelecer uma continuidade" (p.24), sendo estas práticas, portanto, articuladas por um "desejo permanente e insaciável pela autenticidade" (p.26). No entanto, essa autenticidade é efeito de sua própria perda, pois é "a distancia espacial e temporal em relação àquilo que eles significam (o que pode ser o passado, o popular, o primitivo, o exótico, o autêntico) que os faz

desejáveis e, consequentemente, alvo das práticas de apropriação, restauração e preservação" (p.25).

Da mesma forma, o contínuo "fracasso" para resolver o "problema" habitacional permite que através do "abandono" essas regiões funcionem sob uma lucrativa ordem e economia, além de manter uma contínua justificativa de intervenção e "resgate" através reforço das representações desses espaços como fora-da-lei e da ordem. Como se buscou mostrar, não só a intenção é suprimir os assentamentos irregulares e ilegais, como os atores aparentemente ligados à legalidade engendraram processos de precarização, ilegalidade e levaram à formação de moradias informais em outros espaços.

Elabora-se, portanto, um *reordenamento* desses processos e fluxos urbanos, visando manter uma taxa adequada *útil*. Assim, a intenção não é alcançar uma adequação completa ao final, mas um movimento de eternamente adequar e melhor controlar essas populações. Na eterna promessa de resgatar o Porto, propalada por tantas políticas ao longo do tempo em que a OUC Porto Maravilha é só mais uma, mantém-se uma possibilidade lucrativa de constantemente intervir através da criação de necessidades geradas pela precarização, pela produção das delinquências e ruínas.

Ferguson (2006) aponta que estes projetos de desenvolvimento e melhoramento [*betterment*], frequentemente, não têm o efeito esperado, não atingindo os objetivos iniciais. Em contrapartida, seus efeitos colaterais aparecem no centro do processo pelo qual se administra a *surplus people*. O autor afirma que através de medidas aparentemente técnicas, intervenções de desenvolvimento são hoje uma das principais formas pelas quais a pobreza e a ação estatal são despolitizadas, provocando efeitos políticos centrais mediante esses efeitos "colaterais":

> (...) ao fazer os planos intencionais para o "desenvolvimento" tão visíveis, um projeto de "desenvolvimento" pode acabar realizando operações políticas extremamente sensíveis que envolvem a consolidação e expansão do poder estatal institucional de modo quase invisível, ao abrigo de uma missão neutra e técnica para a qual ninguém se pode opor. O "efeito-instrumental" então é duplo: ao lado do efeito institucional de expandir o poder burocrático do Estado temos o efeito conceitual ou ideológico de despolitizar tanto a pobreza como o Estado (FERGUSON, 2006, p.273).

O projeto de revitalização não trouxe o desenvolvimento, mas trouxe o aparato governamental, a extensão de seu controle, a militarização e o favorecimento da ação do mercado. Esses efeitos tidos como "secundários" passam desapercebidos perante o fracasso do que foi prometido e exposto como objetivo declarado do programa. Segundo o autor, os efeitos "colaterais" são instrumentos centrais no que seria a lógica não-declarada do desenvolvimento, importando pouco o que de fato se declarava serem os objetivos (FERGUSON, 2006, p.272).

O que se pode ver nesses processos de reurbanização e requalificação é a interpenetração de interesses de diferentes ordens. Forças policiais, projetos sociais, políticas públicas e pesquisas populacionais se entrelaçam no sentido de abrir caminho para a urbanização e para a exploração turística de áreas históricas, estendendo e reforçando malhas do controle administrativo governamental ao mesmo tempo que favorecem a atuação do mercado formal nessas áreas, desde a participação nas obras, obrigatoriedade de pagamento de serviços ao efetivar a regularização, até a própria oferta dos imóveis para investimento.

Mesmo com a falência de uma política habitacional, o movimento de regularizar não só promoveu os despejos, como intensificou os aparelhos de controle nesses espaços, aumentando a inserção do poder de gestão burocrática estatal nas comunidades e permitindo a gestão militarizada de locais considerados "perigosos".

A política pode ter gerado maior vulnerabilidade habitacional, mas teve também como efetividade aplicar, do ponto de vista dos participantes destas ocupações, um duro golpe contra estes movimentos sociais. Retirando as ocupações do centro da cidade, não apenas contribuiu para o afastamento dos pobres do local e gerou mais "sem-tetos", mas teve também como impacto desmobilizar estas ações políticas críticas e iniciativas autônomas que propunham uma outra forma de viver em coletividade.

Como abordado por Mitchell (2006), baseado em Foucault, o alinhamento de interesses de "mercado" e "públicos" é entendido como uma indistinção e ilegibilidade dessas fronteiras enquanto técnica de poder na gestão das populações e ordenamento dos pobres no espaço urbano. No entanto, nos meandros desses processos também se desenvolvem estratégias de criação de novas ordens. A *indeterminação* como mecanismo de regulação populacional, causando vulnerabilidade, permite um constante fixar e refixar fronteiras e classificar grupos, mas também possibilita negociações nas margens, recriações, reapropriações e contornamentos.

Como notado por Guimarães (2016, p. 163-164), ao mesmo tempo em que há essa conjunção de processos com pesado financiamento para favorecer usos dos bairros centrais pelos grandes empresários com exclusão das classes populares existem, na prática, disputas e negociações que levam a resultados imponderáveis.

Qual poderia ser o futuro do Porto Maravilha? Diria que, por enquanto, ele tende a ser um território vazio porque não atraiu nem os novos moradores, nem os investimentos, nem uma circulação maior da população carioca, mesmo com as áreas turísticas. Não é possível afirmar se com o tempo os efeitos de uma gentrificação tomarão conta da área, tornando o bairro um local de consumo da classe média/alta. É verdade que cada vez menos temos falado dos efeitos de poder totalizantes, no sentido de uma distopia de disciplina e vigilância totais que

controlariam todas as quadrículas do território urbano nacional (ou transnacional?). Parece mais coerente tratar de malhas e teias múltiplas de poder marcadas pela permeabilidade (Mitchell 2006) e pela porosidade (TELLES, 2010).

Como apontado, no entanto, a revitalização trouxe determinados efeitos de reorganização das circulações, certas utilidades mesmo através de seu suposto "fracasso" mantendo o Porto esvaziado. Surgiram dispositivos de militarização e as políticas de regularização/habitação social de alguma forma estenderam o poder burocrático de gestão populacional ligado ao governo estatal. Ambos os processos combinados levaram a um mapeamento, cadastramento e, enfim, produziram uma série de saberes-poderes com vistas ao controle da vida, ordenamento e circulação da população pobre. Porém, seus efeitos também não são totalizantes.

Com a crise financeira e política do Rio de Janeiro oficializada em 2016, os recursos destinados tanto à UPP quanto à UPP social e às políticas habitacionais foram cortados e provocaram a derrocada desses projetos. A crise política ocasionada por escândalos de corrupção ligados à gestão estadual Cabral-Pezão, que promoveu os megaeventos e projetos na cidade (a Copa do Mundo em 2014, as Olimpíadas em 2016) e a revitalização, é certamente um elemento de relevância futuras análises e balanços sobre o tema. Os enormes desvios de dinheiro e o favorecimento de grandes empresários e grupos financeiros, sobretudo as empreiteiras que realizaram as obras e gerenciam o Porto Maravilha através do consórcio Porto Novo, finalmente vieram à tona comprovando o que os movimentos sociais vinham denunciando há muito tempo.

Assim como diversas funções na cidade, o funcionamento do Porto Maravilha está estagnado, recentemente até mesmo serviços como a coleta de lixo estão sendo feitos de maneira intermitente. No plano da habitação, se a política já era insatisfatória para as famílias removidas, a crise passou não só a embarreirar duramente o financiamento destinado à habitação social, aumentando ainda mais os empecilhos para o Quilombo da Gamboa, mas também fez com que milhares de famílias ficassem sem receber o aluguel social.

Pode ser que o esvaziamento do Porto e a crise somada a esse incremento das famílias em situação de vulnerabilidade habitacional levem a uma nova geração de ocupações e invasões no Centro. Pode ser que a situação se agrave e, pelo contrário, medidas de militarização da vida cotidiana sejam endurecidas. Não é difícil prever que isso também significaria um disparo nos níveis de pobreza urbana como não se via nos últimos dez anos. Mas, são apenas suposições alimentadas pelas preocupações que me levaram a analisar essa questão habitacional das populações sem teto e que, me parece, não é tão específica do Rio de Janeiro.

Embora este trabalho pudesse ser reescrito à luz deste novo fato, as perspectivas desenvolvidas nele não são alteradas, mas reforçadas. Trabalhos já consagrados como de Gupta (2006) vêm se dedicando a pensar as *blurred boundaries* do Estado, a corrupção e a burocracia como dispositivos de poder. A corrupção como uma interpenetração das esferas entre "Estado" e "Mercado" revela essas permeabilidades das fronteiras, reforçando o que diz Mitchell (2006) quando nos lembra que a aparente separação destas práticas faz parte da forma como a ordem política e econômica é mantida.

Nesse sentido, acredito que os movimentos sociais têm um papel central no *fazer-cidade* (AGIER, 2015), em construir uma outra cidade. O reordenamento urbano do Porto veio acompanhado de diversas iniciativas que buscam imprimir novas e outras formas sobre o funcionamento da região. A auto-organização popular de projetos como o Quilombo da Gamboa permite organizar e reunir interesses minoritários múltiplos e produzir novos sentidos para o espaço urbano.

O trabalho destes grupos sobre o cotidiano, sobre as narrativas, sobre o próprio tempo, como visto, busca gerir o sentido de sua história e de sua vida, comprovando que não são definidos por processos e práticas de governo, que supostamente os fariam viver à beira da sobrevivência. Tecendo estratégias de contornar e agir sobre os discursos que são difundidos sobre eles, desenvolvendo todo um conhecimento para negociar e driblar processos jurídico-burocráticos de remoção, organizando-se para prover moradia, energia, alimentação, e não só bens de necessidade básica, mas projetos de educacionais, de geração de renda, etc. esses grupos demonstram iniciativas de prática política que muitas vezes não são reconhecidas.

A produção de imagens também pode ser entendida como políticas, um ato de retomar e moldar o sentido de suas representações. Do ponto de vista da perspectiva foucaultiana, as representações não apenas refletem as relações sociais, mas também são condição para elas. Assim, criar novas representações do grupo permite novas realidades. Principalmente neste momento de crítica à corrupção nos megaeventos, pode ser que a difusão destas denúncias de fato tenha um impacto positivo em agregar apoio para o grupo.

Corroboro, portanto, a visão de Das e Poole (2004) ao afirmarem que apesar dessas populações serem atingidas por diversas tipos de práticas de poder/saber que geram situações de crise, não se submetem a elas de forma passiva. As "margens" também são espaços onde formas alternativas de economia e política são instituídas (idem) tendo impactos para a própria política local. Como aponta Agier (2015), as ocupações devem ser vistas como um *agir político*, pois a cidade não é produzida apenas pelo oficial e estabelecido, mas por suas margens.

A questão da "política dos pobres" muitas vezes se dá pela visão de que essas populações não têm política, sendo passivamente determinados. Isso acontece porque suas práticas políticas em grande medida se dão fora dos espaços formalmente entendidos como "políticos". Sua política está na vida cotidiana, em um trabalho minucioso em que tecem estratégias para lidar com processos que envolvem contextos macro e micro, pessoais e sociais, de enfrentar a precarização até aprender a negociar com agentes públicos e privados de toda ordem.

Como vem apontando, dentre outros autores, Roy e Ong (2011), cidades do "terceiro mundo", e o funcionamento do "Estado" nelas, têm sido vistas como subdesenvolvidas, inacabadas, espaços precários em relação ao modelo eurocentrado em que supostamente operaria um Estado democrático racional. As experiências dos grupos vistos como "marginais" a estes referentes, e a relação que estabelecem com as práticas estatais, trazem desdobramentos centrais para uma análise do funcionamento dos arranjos políticos que fabricam as fronteiras da "cidade" e do "Estado" (ROY E ONG, 2011; AGIER, 2015).

Acredito, portanto, que a experiência das ocupações urbanas tem muito a ensinar sobre o funcionamento destes dispositivos de controle populacionais e, nesse sentido, sobre como as agências estatais operam de modo que as fronteiras entre legal e ilegal, público e privado, são indiscerníveis sendo parte central do funcionamento do "Estado", e não excepcional. Nos mostram o que é fazer política nas "margens", onde na prática a organização coletiva lida com interesses de agentes financeiros poderosíssimos, projetos de governo, milícias, agentes infra e extra estatais, ameaças de remoção, do tráfico, de terceiros, etc.

Assim, mais do que exemplificar o conturbado processo político que constantemente faz e refaz as fronteiras (tanto concretas quanto sociais, políticas, conceituais) da cidade, as ocupações também têm muito a ensinar sobre práticas políticas democráticas de criação de uma outra forma de habitar a cidade, de se relacionar com o espaço urbano e sobretudo sobre gestão coletiva e comum da vida. Elas nos dão diversos exemplos práticos de outras formas de gerir a cidade através da mobilização coletiva driblando todos esses obstáculos para prover moradia digna, alimentação, segurança, bens essenciais, educação, etc., recursos que têm sido historicamente negados à essas populações.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O Antropólogo, a margem e o centro. *Mana* v.21 n.3, p. 483-498, 2015

ALBUQUERQUE, Marcos. Sobre ima[r]gens etnográficas. *Iluminuras* v.15 n.35, p. 102-125, Porto Alegre, 2014

CARVALHO; WERNECK; SANTOS JUNIOR; O Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha: avanços e controvérsias a superar. *Boletim do Observatório das Metrópoles*, 2015. Disponível em: http://www.fam-rio.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Boletim-30-07-2015.pdf

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica*: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008 [1998]

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Megaeventos e violações dos direitos humanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2015

DAS, Veena; POOLE, Deborah; *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004

DAS, Veena. The Signature of the State: The Paradox of Illegibility in: DAS e POOLE. *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fé: School of American Research Press, 2004

_____. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu* n. 37, p. 9-41, Campinas, 2011

FERGUSON, James. The Anti-Politics Machine in: SHARMA, A. e GUPTA, A. *The Anthropology of the State*. A reader. Blackwell Publishing, 2006

FOUCAULT, Michel. *O sujeito e o poder* in: DREYFUS & RABINOW. Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999

_____. *Governamentalidade* in: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006

_____. *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FREIRE, Pedro. *Porto dos Desterros*. Morte e vida de uma habitação coletiva na área portuária do Rio. (Dissertação de Mestrado) PPGA/UFF, Rio de Janeiro, 2011

GALIZA. *Porto Maravilha e a política de reabilitação de áreas centrais*. 2015. Disponível em: https://raquelrolnik.wordpress.com/2015/07/16/o-porto-maravilha-e-a-politica-de-reabilitacao-de-areas-centrais/

GONÇALVES, José Reginaldo. *A retórica da perda*: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002

GRANDI, Mateus. *Práticas espaciais insurgentes e processos de comunicação*: espacialidade cotidiana, política de escalas e agir comunicativo no movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado) UFRJ: Rio de Janeiro, 2010

_____. Espacialidade cotidiana e processos de negociação no movimento sem-teto carioca: reflexões sobre um caso da variante por coletivo. *Revista Território Autônomo*, 2012

_____. *A construção escalar da ação no movimento dos sem-teto*. (Tese de Doutorado) UFRJ: Rio de Janeiro, 2015

GUIMARÃES, Roberta. *A arquitetura de um espaço de "salvação" em tempos de revitalização urbana da região portuária carioca*. 38 ANPOCS, 2014

_____. O patrimônio cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos* v. 29, n. 57, p. 149-168, Rio de Janeiro, 2016

GUTTERRES, Anelise. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na Zona Portuária do Rio de Janeiro. *Mana* v.22 n.1, p. 179-209, 2016

GUPTA, A. Blurred Boundaries: The Discourse of Corruption, the Culture of Politics, and the Imagined State in: SHARMA, A. e GUPTA, A. *The Anthropology of the State.* A reader. Blackwell Publishing, 2006

GUPTA, A. e FERGUSON, J. *Discipline and Practice:* "The Field" as site, method, and location in Anthropology. 1997

JORDAN, Pierre. Primeiros contatos, primeiros olhares. *Cadernos de Antropologia e Imagem* n.1, p. 11-22, 1995

LEITE, Márcia. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista brasileira de segurança pública* v.6 n.2, p. 374-389, São Paulo, 2012

MCDOUGALL, David. Visual Anthropology and the ways of knowing. *Transcultural Cinema.* Princeton University Press, 1998

MITCHELL, T. Society, Economy and the State Effect in: SHARMA, A. e GUPTA, A. *The Anthropology of the State*. A reader. Blackwell Publishing, 2006

MONTEIRO, João Carlos C. Habitação de interesse social em cenários de revalorização urbana: considerações a partir da experiência carioca. *Cad. Metrop*. v. 17 n. 34, p. 441-459, São Paulo, 2015

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário.* Papirus Editora, 2012

OLIVEIRA, Elaine. *Revitalização dos centros urbanos:* a luta pelo direito à cidade. (Dissertação de Mestrado). PPFH, UERJ, Rio de Janeiro, 2009

PEIXOTO, Clarice. O jogo dos espelhos e das identidades: As observações comparada e compartilhada. *Horizontes Antropológicos* ano 1 n. 2, p. 87-106, Porto Alegre, 1995

_____. Caleidoscópio de imagens: o uso das imagens e a sua contribuição à análise das relações sociais in: FELDMAN-BIANCO, B. e MOREIRA LEITE, M., *Desafios da Imagem:* fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais, ed. Papirus, 1998

_____. Antropologia e Filme Etnográfico: um travelling no cenário literário da Antropologia Visual. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 48, p. 91-115, Rio de Janeiro, 1999

_____. Family Film: From Family Registers to Historical Artifacts. *Visual Anthropology* v.2 n.21, 2008

PIAULT, Marc. A antropologia e a "passagem à imagem". *Cadernos de Antropologia e Imagem* n.1, 1995

PINNEY, Christopher. A história paralela da antropologia e da fotografia. *Cadernos de Antropologia e Imagem* n.2, p. 29-52, 1996

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos* v.2 n.3, p. 3-15, Rio de Janeiro, 1989

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *A retomada do Centro da cidade*. Coleção Estudos Cariocas, IPP, Rio de Janeiro, 2003

_____. *Habitação no Porto Maravilha*. CDURP, 2014. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br

_____. *Diagnóstico para o Plano de Habitação de Interesse Social* – PHIS do Porto do Rio. IPP, Rio de Janeiro, 2015a

_____. *Plano de habitação de interesse social do Porto Maravilha*. CDURP, Rio de Janeiro, 2015b

ROUCH, Jean. Jean Rouch, 54 anos sem tripé. Entrevista concedida à COLLEYN, J-P. In: *Cadernos de Antropologia e Imagem* n.1, pp. 65-74, 1995

ROY, Ananya e ONG, Aihwa. *Worlding cities*: asian experiments and the art of being global. Oxford, 2011

SAMAIN, Etienne. Ver e Dizer na tradição antropológica. *Horizontes Antropológicos* ano 1 n.2., p. 23-60, Porto Alegre, 1995

TEIXEIRA, Eduardo. *O "léxico espacial" do movimento dos sem-teto*: Um estudo do discurso e das representações sócio-espaciais da Ocupação Quilombo das Guerreiras (Rio de Janeiro). Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009

TELLES, Vera. Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e o jogo de poder nas tramas da cidade. *Dilemas*: Revista de Estudos de Conflitos e Controle social v.2, p. 97-126, 2010

VIANNA, Adriana; FARIAS; A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos pagu* n.37, p.79-116, 2011

VIANNA, Adriana; FACUNDO; Tempos e deslocamentos na luta por justiça entre "moradores de favela" e "refugiados". *Ciência e Cultura*, v. 67, p. 46-50, 2015